

Universidade Federal da Bahia



ANTONIO ALBINO CANELAS RUBIM

SALVADOR, 1979

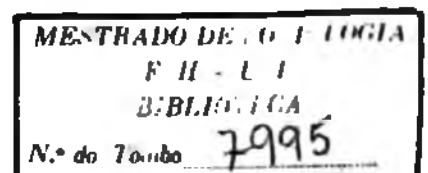
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
MESTRADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

SOBRE INDÚSTRIA CULTURAL

Antonio Albino Canelas Rubim

Dissertação para obtenção do
Título de Mestre em Ciências
Sociais

Salvador-1979



"Este texto é constituído pelas inúmeras relações que, em maior ou menor grau, fazem parte de minha existência e que estão de diferentes formas presentes nesta dissertação. A todos que, por seu carinho e ajuda, participam desta intertextualidade, dedico este trabalho".

Para Linda, Iuri e meus pais

Devo agradecer:

Ubirajara (em especial), Zuleica, Solange, Graça, Claúdio, Fátima, Ronaldo, Barreto, Hilton, Inaiã, Carmo, Loureiro, Itanajara, Marilene, Marcelo e Sérgio, alunos de Comunicação da UFBA de 1978 e Othon (meu orientador).

"Criar uma nova cultura não significa apenas fazer indivi
dualmente descobertas "originais". Significa também e es
pecialmente difundir criticamente verdades já descobertas ,
"socializá-las" por assim dizer e fazer com que se tornem
em bases de acções vitais, elemento de coordenação e de
ordem intelectual e moral. Que uma massa de homens seja con
duzida a pensar coerentemente e de uma maneira unitária o
real presente é um facto "filosófico" bem mais importante
e "original" de que a descoberta, feita por um "gênio"
filosófico, de uma nova verdade que permanece patrimônio de
pequenos grupos intelectuais"

ANTONIO GRAMSCI

"O estudo concreto do conteúdo ideológico da comunicação de massa é tanto mais urgente quando se pensa na inconcebível violência que os seus veículos exercem sobre o espírito dos homens..."

MAX HORKHEIMER e THEODOR ADORNO

"La clase que tiene a su disposición los medios para la producción material dispone con ello, al mismo tiempo, de los medios para la producción espiritual..."

KARL MARX e FRIEDRICH ENGELS

"As massas não são a medida mas a ideologia da indústria cultural ..."

THEODOR ADORNO

I N D I C E

INTRODUÇÃO	1
I - COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE: O ESPAÇO DA COMUNICAÇÃO .	3
II - SOCIEDADE CAPITALISTA, COMUNICAÇÃO E CONSCIÊNCIA BURGUESA	19
III - HISTÓRIA E COMUNICAÇÃO DO CAPITALISMO	57
IV - CONSCIÊNCIA BURGUESA E INDÚSTRIA CULTURAL	99
BIBLIOGRAFIA	128

I N T R O D U Ç Ã O

O objetivo desta dissertação de Mestrado é a discussão temática da Indústria Cultural. Para isto, partimos do conceito formulado por Theodor Adorno e Max Horkheimer e retomado por Gabriel Cohn, buscando, pelo relacionamento da comunicação com o social e com uma sociedade específica - a capitalista -, definir e caracterizar a Indústria Cultural. A possibilidade de uma discussão imediatamente conceitual - sem dúvida importante - fica, deste modo, afastada e faz-se uma clara opção por um estudo contextual, onde, através da relação com a infra e supraestrutura capitalista e com a consciência burguesa, procuramos delimitar e caracterizar a comunicação/cultura nas sociedades capitalistas desenvolvidas, utilizando o conceito de Indústria Cultural. Com este objetivo, trabalhamos quatro capítulos.

No capítulo um - "Comunicação e Sociedade: o Espaço da Comunicação" - expomos nossos pressupostos, entendidos como uma concepção do mundo (e em decorrência do social) e suas articulações com a comunicação. Neste momento, definimos nossa proposta de pensar a comunicação a partir de suas determinações infra e supraestruturais e do condicionamento que exerce no social (do qual só metodologicamente pode ser "separada"). Para concretizar esta proposta, outra opção metodológica se impõe: a escolha da esfera da produção da comunicação e cultura, pois somente desta maneira as relações de determinação e condicionamento podem ser explicadas.

No capítulo dois - "Sociedade Capitalista, Comunicação e Consciência Burguesa" - procuramos observar, em termos teóricos, as especificidades da utilização da proposta esboçada acima numa sociedade específica. Com esta finalidade, discutimos as peculiaridades da totalidade capitalista - a "pura" sociedade de classes - e as suas características infra e supraestruturais, apontando a importância adquirida pela consciência social (e, consequentemente, pela comunicação) nesta sociedade. Na parte final do capítulo, dada a valorização da consciência (em particular, para a supremacia burguesa), buscamos "ferramentas" teóricas que possibilitem estudá-la e entender suas relações com a comunicação. Assim discutimos noções como: hegemonia, ideologia e falsa cons

ciência, recorrendo a diversos autores.

O capítulo três - "História e Comunicação no Capitalismo" - objetiva retomar historicamente e, portanto, concretizar as propostas do capítulo um (as relações de determinação e condicionamento e o privilegiamento da esfera da produção) e do capítulo dois (as determinações na sociedade capitalista, a atuação da comunicação nesta sociedade, a valorização da consciência e as noções trabalhadas). A contextualização da comunicação na história do capitalismo aponta a gênese e formação da Indústria Cultural e as relações econômicas entre a sociedade e a comunicação contemporâneas, via publicidade.

Delineadas estas articulações econômicas, é preciso buscar as relações ideológicas, justamente um dos objetivos do capítulo quatro - "Consciência Burguesa e Indústria Cultural" -. Para isto, voltamos à problemática da consciência burguesa e de suas expressões contemporâneas, procurando compreender as relações (determinações) supraestruturais e, num segundo momento, propor a Indústria Cultural como síntese de determinações infra e supraestruturais, que tornam-se "internas" às próprias mensagens da Indústria Cultural. Concluindo a partir de toda contextualização realizada e da contribuição de diversos autores, indicamos uma caracterização da Indústria Cultural que, mesmo provisória, torna o conceito concreto e operacional.

CAPÍTULO 1

COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE: O ESPAÇO DA COMUNICAÇÃO

1. O desenvolvimento da comunicação como campo especializado de conhecimento é bastante recente. Só a partir dos anos 30 são elaborados, não por coincidência, nos Estados Unidos, os primeiros estudos de comunicação, tendo como preocupação dominante as funções (efeitos) dos meios de comunicação de "massa". O aparecimento destes trabalhos iniciais decorre; de um lado, do grande aumento quantitativo dos meios de comunicação já existentes, do surgimento de modernos meios eletrônicos e do nascimento de algo qualitativamente novo: a indústria cultural; de outro lado, dos interesses econômicos e político/ideológicos em criar/manipular as "massas"⁽¹⁾. Os fatores explicativos da criação desta nova disciplina específica estão, portanto, longe de razões científicas ou de motivações acadêmicas. Daí, o caráter instrumentalizador e ideológico que marca a "inauguração" da disciplina comunicação e seus primeiros estudos⁽²⁾.

[1] Eclée Bosi escreve: "Houve, sobretudo a partir da crise de 1929, uma forte preocupação de conhecer os dinamismos psicosociais: atitude que não se explicava, naturalmente, por motivações acadêmicas, mas porque se faria mister prever (e, mesmo, manipular) a opinião pública nos casos em que ela deveria manifestar-se maciçamente, como nas eleições. Daí, toda uma vasta literatura em torno dos efeitos que a imprensa, o rádio e o cinema poderiam exercer sobre o público". BOSI, Eclée Cultura da Massa e Cultura Popular: Leituras de Operários, Petrópolis, Vozes, 1973 p. 24. Sobre o avanço quantitativo e qualitativo da comunicação, ver capítulo III deste trabalho. Com relação aos interesses econômicos, lembrar que o uso de pesquisa de mercado e de audiência é inerente à indústria cultural.

[2] "A sociologia está saturada, nesta esfera, de instrumentos próprios da chamada *communication research* (pesquisa de comunicação), o estudo dos meios de comunicação de massa, e dedica especial atenção às reações dos consumidores, assim como à estrutura das interações entre produtores e consumidores. Essas investigações, que não escondem a sua origem nas pesquisas de mercado, dão alguns frutos, sem dúvida. Entretanto, mais importante do que o simples fato de enfatizar a atividade dos meios de comunicação de massa será a sua análise crítico-ideológica, tanto mais que o reconhecimento tácito concedido a essa atividade da investigação descritiva constitui também um elemento da ideologia". HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor Teoria Básica da Sociologia, São Paulo, Cultrix-Editora da USP, 1973, p. 201-202.

Lembrar as determinações históricas do nascimento desta nova área de conhecimento e a presença de componentes ideológicos nos seus trabalhos remete-nos a uma questão básica: como construir uma teoria da comunicação, com rigor e consistência científicas, deixando de lado, dentro das possibilidades históricas, os elementos ideológicos que permeiam grande parte dos estudos de comunicação? A questão, fundamental para sair do atoleiro ideológico em que se encontra a teoria da comunicação, ganha complexidade e importância, se pensarmos, como Gabriel Cohn, que "a categoria teórica básica para a análise da comunicação e da cultura é a da ideologia..."⁽³⁾. A construção científica da teoria da comunicação - que é impossível ser realizada individualmente, mas que deve resultar de trabalhos e discussões coletivas dentro de condições históricas satisfatórias - passa, necessariamente, pela discussão-distinção entre ciência e ideologia, pelo debate-crítica das teorias da comunicação vigentes e dos "conceitos" utilizados por elas, pela proposição-discussão de teorias e conceitos alternativos e, finalmente, pela resolução de determinadas contradições sociais que abra, através de inúmeras mediações, possibilidades objetivas para a superação dos interesses ideológicos de classe e edificação de uma teoria da comunicação, com bases sólidas e pressupostos explicitados e científicos.

Dentro dos limites da sociedade de classes e, particularmente nas ciências humanas, a distinção rigorosa e radical entre ciência e ideologia é impossível⁽⁴⁾, inclusive pela problemática construção de uma teoria da ideologia. A elaboração mais científica da teoria da comunicação segue um complexo e trabalhoso caminho, que tem como ponto de partida a "limpeza sistemática do

(3) COHN, Gabriel Sociologia da Comunicação: Teoria e Ideologia, São Paulo, Pioneira, 1973 p. 161.

(4) No capítulo seguinte discutiremos mais detalhadamente a questão. Por enquanto, bastam as colocações encontradas em: SCHAFF, Adam História e Verdade, Lisboa, Estampa, 1974 e LOWY, Michael "Objetividade e ponto de vista de classe nas ciências sociais" in —. Método Dialético e Teoria Política, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, pp. 11-36, sobre a distinção relativizada entre ciência e ideologia. Para a discussão do conhecimento científico e não científico, ver KOSIK, Karel Dialética do Concreto, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976 (especialmente a Parte I- Dialética da Totalidade Concreta).

terreno, atulhado, no domínio que nos interessa, de pseudo-conceitos científicos" e à procura de "fundamentos conceituais mais adequados à construção de teoria na área que nos interessa"⁽⁵⁾.

A preocupação demonstrada por Gabriel Cohn é concretizada em dois importantes estudos brasileiros na área da comunicação: o livro, já citado, do próprio Cohn e o trabalho de Orlando Miranda que tem o sugestivo título de *Tio Patinhas e os Mitos da Comunicação*. No primeiro caso, o autor de *Sociologia da Comunicação Teoria e Ideologia*, depois de exaustivo estudo da noção de "massa", de uso e abuso dos comunicólogos, conclui: "As noções básicas que orientam as versões dominantes da análise sociológica da comunicação e da cultura em sociedades contemporâneas carecem de valor teórico, porque correspondem à incorporação acrítica de noções oriundas de contextos claramente ideológicos"⁽⁶⁾.

Indo um pouco adiante, a professora Anamaria Fadul, ampliando as consequências da discussão, acrescenta: "A palavra comunicação adquiriu na atualidade um caráter mágico, e consequentemente, a própria teoria. Em nenhum momento colocou-se em dúvida a validade ou não do conceito. A indagação sobre seu caráter científico, não mereceu ainda dos especialistas uma análise mais rigorosa"⁽⁷⁾. Isto nos conduz a apontar a necessidade de uma epistemologia ou metodologia (no sentido mais amplo do termo) da comunicação que defina concretamente o objeto deste campo específico

⁽⁵⁾ COHN, G. ob. cit. p. 14-15.

⁽⁶⁾ COHN, G. ob. cit. p. 161. Sobre a discussão da elaboração teológica da noção de "massa", ver MIRANDA, Orlando *Tio Patinhas e Os Mitos da Comunicação* São Paulo, Summus, 1976 p. 13-33. Na página 28, Miranda observa: "A comunicação de massa, cuja eficácia massificadora só se atestava pela presença prévia da massa, passa de maneira definitiva a ser a formadora e a comprovante da massa. A massa (por exclusão) demonstrara a massa (possibilidade) e esta, em agradecimento, veio a formar e provar a outra. Por qual quer ângulo que se olhe, afinal, a massa resolveu provar-se por si mesma". Sobre a expressão sociedade de massas - discutida no capítulo 4 do livro de Cohn -, Adorno escreveu: "Todo ello no es explicable, ante todo, a partir de lo que ha acontecido últimamente ni, por cierto, con la expresión tópica de sociedad de masas, que en ningún caso explica nada, sino que señala simplemente un punto ciego al que debería aplicarse el trabajo del conocimiento". ADORNO, T. "Teoria de la Sendocultura" in ADORNO, Theodor HORKHEIMER, Max *Sociologia* Madrid, Taurus, 1971, p. 234.

⁽⁷⁾ FADUL, Anamaria "Por uma filosofia da comunicação" texto mimeografado, p. 2.

do saber, significando o conceito comunicação, e que elabore os pressupostos teóricos para a construção de conceitos científicos que tornem possível o estudo do objeto definido e permitam relacionar o objeto-comunicação com o restante do social e de suas disciplinas específicas.

Entretanto, ao apontar a necessidade de uma epistemologia da comunicação, devemos lembrar que tal empreendimento foge aos estreitos limites deste trabalho, dada a complexidade e envergadura da questão. Mas, na falta de uma epistemologia rigorosamente construída, ao menos, devemos explicitar os pressupostos deste estudo⁽⁸⁾ e, começamos esta exposição, pela definição do espaço da comunicação.

2. Para iniciar o debate, tomemos, como exemplo, o mais famoso dos comunicólogos, o conhecido McLuhan, que deve sua fama a uma deliberada campanha publicitária⁽⁹⁾. Ele, com sua sintética fórmula "o meio é a mensagem", resolve a questão da definição da comunicação. Nas palavras do autor: "Este fato apenas serve para destacar o ponto de que o meio é a mensagem, porque é o meio que configura e controla a proporção e a forma das ações e associações humanas. O conteúdo ou usos desses meios são tão diversos, quanto ineficazes na estruturação da forma das associações humanas"⁽¹⁰⁾. Da citação podemos retirar duas importantes propostas do pensamento McLuhaniano: 1 - a comunicação-mensagem não é o conteúdo, mas o meio, o aparato tecnológico, a técnica; 2 - a comunicação configura e controla (ou seja, determina) a organização social. A definição da comunicação como técnica possibilita ampliar seus efeitos, até chegar à uma "filosofia da história" sintetizada na proposta de pensar a história, como determinada pelas alterações ocorridas nos meios de comunicação (aparatos tecnológicos-técnica). No capítulo "Frutos", do livro *Tio Patinhas e os Mitos da Comunicação*, Orlando Miranda, depois de apontar a fórmula "o meio é a mensagem" como dimensão máxima e lógica do

(8) A explicação dos pressupostos dos trabalhos científicos é proposta no livro de SCHAFF, A. ob. cit.

(9) COHN, G. "Análise de McLuhan" in ——. Comunicação e Indústria Cultural. São Paulo, Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1971, p. 369.

(10) MCLUHAN, Marshall, Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem. São Paulo, Cultrix, sem data p. 23.

mito da massificação/sociedade de massas, demonstra como McLuhan ao tentar desvencilhar da sua irracionalista "filosofia da história" destroi sua própria "filosofia da história", deixando to da sua teoria ameaçada de cair aos pedaços⁽¹¹⁾. Ao lado das suas contradições internas, o pensamento mcluhani^{no}, em particular nas suas proposições históricas, mantém uma série de "contradições" com a história real, necessitando, muitas vezes, falsar grosseiramente os fatos históricos para continuar intacto⁽¹²⁾.

Como não pretendemos fazer aqui uma análise de McLuhan, podemos concluir, apontando duas consequências de suas imprecisões: a equivocada definição de comunicação, como veremos adiante, e a supervalorização da comunicação, ampliando demasiadamente seu espaço no social. Mas, não é preciso ficar entre os comunicólogos para detectar semelhantes equívocos. De forma menos delirante, eles estão presentes, por exemplo, no texto de Charles Colley, publicado em 1909. Aí, tanto encontramos uma definição ampliada de comunicação - que abrange desde expressões faciais até ferrovias -, quanto uma supervalorização da comunicação⁽¹³⁾.

Os exemplos de autores que incorrem nos equívocos apontados - conjunta ou isoladamente - são numerosos; todavia, para os objetivos deste trabalho, mais importante torna-se enumerar as consequências desses equívocos: 1 - não definição precisa do objeto/comunicação, o que dificulta, ou mesmo impossibilita, a construção de conceitos científicos para o estudo do objeto; 2 - tendência a supervalorizar a comunicação, por causa de sua definição equivocada, problematizando a relação comunicação-sociedade e dificultando os estudos nesta área, com inclusive tendências à uma concepção idealista (e, às vezes, irracionalista) da história.

(11) MIRANDA, O., ob. cit. p. 58-66. Na página 65, Miranda conclui: "Toda a teoria de McLuhan sempre esteve, o tempo todo, ao lado de uma ideologia, a dominante, visando, artificialmente, a amortecer os conflitos na aguda área da indústria cultural".

(12) Consultar FINKELSTEIN, Sidney "A história segundo McLuhan ver sua História Real" in ——. McLuhan: A Filosofia da Insensatez. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, p. 19-35.

(13) "... a revolução no sistema de comunicações construiu um mundo" COLLEY, Charles, H. "O Significado da Comunicação para a Vida Social" in CAROSO, Fernando H. e IANNI, Octávio, Homem e Sociedade, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973, p. 171.

Na verdade, a falta de uma reflexão sistemática das bases da teoria da comunicação conduz inúmeros autores a assimilarem os equívocos e consequências enumerados, fazendo com que estes estudos permaneçam no nível fenomênico do real e reproduzam, em seus textos, este nível de aparências da realidade. A supervalorização da comunicação, por exemplo, tem como fundamento o apego às formas fenomênicas do real - explosivo avanço da comunicação, particularmente neste século. Reproduzindo este nível imediato, pela descrição da "realidade", o conhecimento fenomênico não consegue superar as aparências e chegar a essência do real que, ao permitir a explicação dos fenômenos, serve de base a todo e qualquer conhecimento científico. A este respeito, Marx escreve: "As formas fenomênicas se reproduzem imediatamente por si mesmas, como correntes do pensamento, mas o seu fundamento oculto tem de ser descoberto somente pela ciência" (14).

3. A superação dos impasses e problemas observados pode ser efetuada com a discussão da relação comunicação-sociedade. Nos debates das idéias de McLuhan e Charles Colley fica patente a estreita relação entre a definição do objeto-comunicação e o espaço ocupado por ele no social. Aliás estes dois pontos de reflexão podem, muitas vezes, estar confundidos, dada a grande interrelação entre ambos. Daí, a nossa proposta, de, pelo debate da relação comunicação-sociedade, explicitar o espaço da comunicação no social e, conseqüentemente, definir o objeto de nosso estudo (15). Com este propósito, devemos, radicalmente - no sentido de ir às raízes -, voltar aos momentos iniciais da relação comunicação-sociedade.

(14) MARX, Karl apud KOSIK, K. K. ob. cit. p 13. Sobre este tema, ver a Parte I do livro de Kosik.

(15) Esta explicitação-definição é, segundo pensamos, inerente a discussão do tema comunicação-sociedade. Exemplo disto, são três provas elaboradas, sobre o tema, para um concurso de auxiliar de ensino do Departamento de Comunicação da UFBA. Sintomaticamente, todos os três trabalhos são iniciados propondo definições do que é comunicação e o rigor do texto guarda íntimas relações com a resposta esboçada. ROCHA FILHO, Alóísio da F., MOURA, Mariluce e MATTOS, Sérgio, Comunicação e Sociedade, Salvador, ESD, p., 1976 (mimeografado).

É quase consenso entre os autores ligados às ciências humanas apontar a produção de signos como uma qualidade específica do homem⁽¹⁶⁾. A linguagem/comunicação é entendida como inerente ao nascimento do homem, enquanto animal particular e qualitativamente diverso dos outros animais. Alberto Merani afirma que, essencialmente, três elementos diferenciam radicalmente o homem do animal: a mão, o cérebro e a linguagem. Estes elementos - que dão as qualidades novas ao animal homem - desenvolvem-se simultaneamente e de forma interdependente e têm sua origem comum no trabalho - fator básico de "separação" entre o animal e o homem⁽¹⁷⁾ - , através do qual, humanizam-se o homem e a natureza, nascendo homem e sociedade.

A linguagem, deste modo, nasce juntamente com a mão e o cérebro, e tem sua origem no trabalho. Engels chega mesmo a afirmar: "que esta explicação da origem da linguagem por meio e com a ajuda do trabalho é a única correta, demonstra-o a comparação com outros animais"⁽¹⁸⁾. E Schaff detalha as relações entre trabalho - linguagem e consciência, no seguinte trecho: "O homem traçou uma linha de distinção entre ele próprio e o mundo animal, no momento em que começou a produzir ferramentas, diz Marx. O trabalho humano é inseparavelmente ligado à consciência, isto é, ao pensamento, que por sua vez é, geneticamente, inseparavelmente ligado à fala. A consciência e conseqüentemente, a fala, são

(16) Por exemplo, ver: ENGELS, Friedrich "Humanização do Macaco pelo Trabalho" in ——. A Dialética da Natureza, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 215-228; MERANI, Alberto "Mão, Cérebro e Linguagem" in ——. A Conquista da Razão, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972, p. 5-59; MARKUS, Gyorgy, A Teoria do Conhecimento no Jovem Marx, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, p. 17-73; SCHAFF Adam, "Aspecto Filosófico do Processo de Comunicação" in ——. Introdução à Semântica, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p. 117-156.

(17) "Resumindo: o animal apenas utiliza a Natureza, nela produzindo modificações somente por sua presença; o homem a submete, pondo-a a serviço de seus fins determinados, imprimindo-lhe as modificações que julga necessárias, isto é, domina a Natureza. E esta é a diferença essencial e decisiva entre o homem e os demais animais; e, por outro lado, é o trabalho que determina essa diferença". ENGELS, F. ob. cit. p. 223.

(18) ENGELS, F. ob. cit. p. 218.

produtos do trabalho, produtos da vida social, e ao mesmo tempo condições indispensáveis ao posterior desenvolvimento desse processo, de seus estágios mais elevados, mais avançados. O trabalho humano é baseado na cooperação, a qual é impossível sem o pensamento em termos de idéias e sem comunicação. Essa é a dialéctica da influência mútua, que possibilita explicar-se o processo da comunicação sem recorrer a milagres e metafísica."(19). Justamente esta interação entre mão, cérebro e linguagem - não só em cada indivíduo, como também na sociedade - capacita o homem a realizar trabalhos cada vez mais complexos, que exigem complicadas articulações do concreto com o abstrato e, modificam de forma substancial o homem, a natureza e a sociedade.

Para prosseguir é preciso entender a conexão entre linguagem e pensamento/consciência, considerados geneticamente associados por Schaff. Marx e Engels fazem a seguinte relação, sinteticamente: "a linguagem é tão velha quanto a consciência, a linguagem é uma consciência prática, real, que existe tanto para as outras pessoas como para mim próprio"(20). Pela citação, pensamento/consciência e linguagem são considerados processos distintos, mas intimamente relacionados. Aceita a proposta marxista da ligação consciência-comunicação, impõe-se concretizar a comunicação, a partir da proposta esboçada. Neste sentido, Schaff, depois de diferenciar a comunicação emocional (de estados emocionais e comportamentos) e da comunicação intelectual (de estados mentais ou de certos conhecimentos) e afirmar esta última como particular ao homem - já que ela exige a utilização de signos -, conclui, delimitando o termo "comunicação": "A maneira especificamente humana de comunicação abrange todo o domínio da vida espiritual do homem, tanto a experiência emocional como a intelectual. Conquanto essas duas esferas não possam separar-se de modo absoluto, elas representam diferentes campos da vida espiritual e assim estão ligados a diferentes formas de comunicação (as quais, por sua vez, também não podem separar-se de modo rígido e absoluto)"(21). Assim, a comunicação - entendida como conjugação/trans

(19) SCHAFF, A. ob. cit. p. 154.

(20) MARX, Carlos e ENGELS, Federico la Ideologia Alemana, Barcelona, Grijalbo/Pueblos Unidos, 1974, p. 31.

(21) SCHAFF, A., ob. cit. p. 133.

missão de mensagens emocionais e intelectuais - através, principalmente de signos linguísticos, é algo especificamente humano e, desta maneira, é tratada nos limites deste trabalho⁽²²⁾.

Ao voltar à época inaugural da sociedade humana, identificamos as estreitas relações entre homem e comunicação e, ao mesmo tempo, explicitamos este conceito. Para continuar a discussão proposta - comunicação e sociedade: o espaço da comunicação - devemos precisar, ainda que rapidamente, as relações homem-sociedade, fazendo, posteriormente, uma ponte comunicação-sociedade.

Comumente ouvimos falar que o homem é um animal social e, também comumente, isto significa: o homem vive em grupo. No entanto, tal interpretação é apenas a mais aparente e imediata, pois a afirmação pode ser entendida num sentido bastante mais profundo e mais próximo da complexidade da vivência social do homem. Ele é um animal social, também porque vive em grupo, mas, essencialmente, é social, porque para desenvolver as qualidades/possibilidades humanas, necessita imprescindivelmente da interação e comunicação com outros homens⁽²³⁾ e, porque é determinado pelo meio social em que vive. Esta rica explicitação da fórmula - o homem é um animal social -, elaborada por Adam Schaff, compõe, juntamente com dois outros elementos - o ser biológico do homem e sua auto-criação através da praxis -, definidos pelo autor, uma concepção marxista do indivíduo⁽²⁴⁾. Com base nesta formulação, podemos afirmar que, tanto não existe sociedade sem homem, quanto

(22) "Segue-se que a análise sociológica da comunicação e da cultura deve operar no nível das mensagens produzidas e difundidas em grande escala em sociedades complexas". COHN, G., Sociologia da Comunicação. ... p. 162.

(23) Lembrar a deshumanização dos indivíduos afastados, nas fases iniciais de suas vidas, do convívio social e a importância dada pela psicanálise e psicologia, ao contato social para o desenvolvimento da personalidade.

(24) SCHAFF, Adam, "A Concepção Marxista do Indivíduo" in ——. O Marxismo e o Indivíduo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p. 53-112.

homem sem sociedade: o indivíduo isolado é um mito⁽²⁵⁾.

Pelo dito até aqui, podemos tirar mais algumas conclusões fundamentais para o nosso trabalho. As relações apontadas entre homem-comunicação e homem-sociedade nos levam a pensar: - que homem, sociedade e comunicação são processos indissociáveis e com íntimas e essenciais interrelações; - que a sociedade, via determinação do indivíduo/consciência⁽²⁶⁾, é o fator explicativo - porque determinante - da comunicação.

As conclusões acima permitem uma primeira crítica a alguns autores, especialmente ligados à história da comunicação, que propõem, explícita ou implicitamente, a evolução da comunicação como algo isolado do social; descrevendo, se possível, em seus mínimos detalhes as modificações ocorridas na comunicação, como se ela tivesse uma integral autonomia e uma dinâmica imanente e, como se as relações da comunicação com o resto do social não sig-

(25) "O grande defeito da maior parte dos trabalhos de psicologia foi o de tratar frequentemente o indivíduo como o sujeito absoluto e de considerar os outros homens nas suas relações com ele unicamente como objeto do seu pensamento ou de sua ação. Era a posição atomista comum ao Eu cartesiano ou fichteano, ao "Ego transcendental" dos neokantianos e dos fenomenólogos, à estátua de Condillac etc. Ora esse postulado implícito da filosofia e da psicologia moderna é simplesmente falso. Sua inexatidão se revela à mais simples observação empírica. Quase nenhuma ação humana tem por sujeito um indivíduo isolado. O sujeito da ação é um grupo, um "Nós", mesmo se a estrutura atual da sociedade, pelo fenômeno da reificação, tende a encobrir esse "Nós" e a transformá-lo numa soma de várias individualidades distintas e fechadas umas às outras". GOLDMANN, Lucien Dialética e Cultura, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967, p. 18. Hobsbawm, na seguinte passagem, dá bem a medida de como esta concepção de indivíduo isolado é determinado da sociedade capitalista: "... o "homem" do liberalismo clássico (cujo símbolo literário foi Robinson Crusoe) era um animal social somente na medida em que ele coexistia em grande número. Os objetivos sociais eram, portanto, a soma aritmética dos objetivos individuais" HOBBSAWM, Eric, A Era das Revoluções Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 251.

(26) Sobre a relação homem-consciência, Marx e Engels escrevem: "La conciencia no puede ser nunca otra cosa que el ser consciente, y el ser de los hombres es su proceso de vida real (...) se parte del mismo individuo real viviente y se considera la conciencia solamente como su conciencia" MARX, C. e ENGELS, F. ob. cit. p. 26-27.

nificassem nada metodológica e concretamente⁽²⁷⁾. Logo, arrancam do arbitrariamente a comunicação da dinâmica da totalidade social; os autores limitam-se a descrever os fenômenos sem passar ao nível eminentemente científico da explicação destes fenômenos.

O conhecimento científico só pode ser alcançado com a re-articulação da parte no todo e pelo preciso relacionamento das partes com o todo, da comunicação com a sociedade⁽²⁸⁾. "Justamente porque o real é um todo estruturado que se desenvolve e se cria, o conhecimento de fatos ou conjuntos de fatos da realidade vem a ser conhecimento do lugar que eles ocupam na totalidade do próprio real"⁽²⁹⁾. Mas o homem não pode conhecer o real a não ser arrancando os fatos da totalidade concreta, isolando-os e tornando-os relativamente independentes. Eis aqui o fundamento de todo conhecimento: a cisão do todo. Entretanto, se o conhecimento científico "reparte" o social - no caso das ciências da sociedade - para estudá-lo, isto não significa a existência das partes (ou objetos de estudo) como coisas autônomas e isoladas. Os fatos, tornados relativamente independentes devem ser reordenados numa totalidade abstrata para que se concretize o conhecimento⁽³⁰⁾.

(27) São exemplos desta tendência, os livros: RIZZINI, Carlos, O Jornalismo Antes da Tipografia, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968; IPANEMA, Marcelo e IPANEMA, Cybelle, História da Comunicação, Brasília, Universidade Nacional de Brasília, 1967, e o texto, SCHRAMM, Wilbur, "Seu Desenvolvimento" in STEINBERG, Charles, Meios de Comunicação de Massa, São Paulo, Cultrix, sem data, p. 67-80.

(28) Sobre as relações das partes e do todo, Kosik diz: "Esta recíproca conexão e mediação da parte e do todo significa a um só tempo: os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondem adquirem verdade e concreticidade. Do mesmo modo o todo de que não foram diferenciados e determinados os momentos é um todo abstrato e vazio (...) A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes". KOSIK, K. ob. cit. p. 41-42. Ver também GOLDMANN, L. "O Todo e as Partes" in —, ob. cit. p. 3-25.

(29) KOSIK, K. ob. cit. p. 41.

(30) "O problema fundamental da teoria materialista do conhecimento consiste na relação e na possibilidade de transformação da totalidade concreta em totalidade abstrata ...". KOSIK, K., ob. cit. p. 48.

Portanto, o procedimento científico: de um lado, torna necessário definir rigorosamente o objeto de estudo; de outro lado, requer uma delimitação precisa da relação deste objeto com a totalidade social. Para concretizar este segundo momento, passamos agora a olhar detalhadamente a relação comunicação-sociedade.

4. Os trabalhos de outros autores, ligados à comunicação e cultura - Arnold Hauser, Nelson Werneck Sodré, Florisvaldo Mattos e José Marques de Melo⁽³¹⁾ -, indicam uma postura alternativa, que busca conectar o social com a comunicação, pensando-a como determinada (ou condicionada) pela sociedade e atuando sobre ela. Estes textos, mesmo guardando particularidades, em termos gerais, baseam-se, explícita ou implicitamente, nas formulações de Marx e Engels, em especial os desenvolvidos a partir da "Ideologia Alemã" e na sociologia do conhecimento, estruturada por Karl Mannheim com fundamento na crítica e aceitação de algumas teses marxistas⁽³²⁾.

Indicada a existência destes trabalhos alternativos, podemos avançar, buscando concretizar a relação comunicação-social, com a discussão do polo sociedade da relação, pois esta só pode ser precisada, através da exposição sucinta de uma concepção da sociedade.

Em diversos momentos do nosso texto emerge, por vezes, de forma clara, uma concepção do social, inerente a qualquer reflexão sobre as partes ou a totalidade da sociedade. Torna-se necessário, no momento, explicitar esta concepção, que é um importante fundamento/pressuposto das ciências humanas. Podemos esboçá-la da seguinte maneira: "... o real é entendido e representado como um todo que não é apenas um conjunto de relações, fatos e processos, mas também a sua criação, estrutura e gênese. Ao todo

⁽³¹⁾ HAUSER, Arnold História Social da Literatura e da Arte, São Paulo, Mestre Jou, 1972 (2º volume); MATTOS, Florisvaldo A. Comunicação Social na Revolução dos Alfaiates, Salvador, UFBA., 1974; SODRÉ, Nelson Werneck, História da Imprensa Brasileira, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988; e, MELO, José Marques de Sociologia da Imprensa Brasileira, Petrópolis, Vozes, 1973.

⁽³²⁾ A famosa frase de Marx e Engels - "No es la conciencia la que determina la vida, sino la vida la que determina la conciencia" - está na base de qualquer relacionamento sociedade-consciência: MARX C. e ENGELS, F. ob. cit. p. 26. Sobre as ligações entre a sociologia do conhecimento e o marxismo, ver: SCHAFF, A. História e Verdade ... p. 135-177.

dialético pertence a criação do todo e a criação da unidade, a unidade das contradições e a sua gênese"⁽³³⁾. Como totalidade concreta, porque com contradições e em movimento, a formação social é o "desenho" do(s) modo(s) de produção existente(s) num dado momento histórico e, se estamos dentro dos limites da sociedade de classes, esta totalidade é marcada pela presença de classes sociais antagônicas e de sua luta⁽³⁴⁾.

Por outro lado, a totalidade diferencia-se num nível infraestrutural e num nível supraestrutural, conforme as palavras de Marx: "... na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência"⁽³⁵⁾. Estas formulações, no entanto, não devem ser interpretadas, no sentido do "marxismo" vulgar, como um "determinismo econômico" para o qual a infraestrutura produz automaticamente a superestrutura. Devemos lembrar que ambas são produtos da praxis humana, determinada pelo local que ocupa no modo-de-produção e entendida como praxis econômica - que trans

(33) KCSIK, K. ob. cit. p. 42. Apesar das formulações acima objetivarem o real, acreditamos que também definem rigorosamente o social.

(34) "Quando existem historicamente as classes sociais, elas são tão decisivas na estruturação e na transformação do todo social - melhor dizendo, na estrutura em transformação do todo social - que dão forma ao conceito de sociedade de classes". CARDOZO, Miriam Limoeiro "A Ideologia como Problema Teórico" in —. Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK - JQ. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 47.

(35) MARX, Karl "Prefácio" in —. Contribuição para a Crítica da Economia Política. Lisboa, Estampa, 1973, p. 28-29.

forma a natureza - e praxis política - que transforma a sociedade (36).

Nesta perspectiva, a comunicação, relação básica ao social, e os meios de produção e difusão, da comunicação são partes da supraestrutura e, como supraestrutura sofrem uma determinação infraestrutural que delimita as maneiras possíveis da realização da comunicação e o conteúdo/forma presentes nas mensagens. Mas a comunicação - e seus meios - como momento supraestrutural não sofre apenas determinações infraestruturais. Ela é também delimitada por determinações supraestruturais, nascidas da necessidade de hegemonia político/cultural das classes sociais antagônicas e em luta. Por outro lado, a comunicação, simultaneamente, age sobre a totalidade social em que está inserida, condicionando-a, a través da produção/difusão de valores econômicos e culturais/ideológicos.

Concluindo: definido o espaço social da comunicação (e dos meios de comunicação) como o setor da supraestrutura encarregado, através de suas instituições e intelectuais, de produzir e difundir mensagens; podemos propor, metodologicamente, que a comunicação e seus meios devem ser explicados por determinações infra e supraestruturais e pelo seu papel de condicionar econômica e político/culturalmente a totalidade social.

(36) Sobre a questão, Leandro Konder escreve: "A verdade é que o materialismo histórico não se confunde com uma redução ao econômico. A situação econômica jamais produz automaticamente a superestrutura: ambas são criações da praxis humana. E, se a primeira é a mais decisiva do que a segunda na delimitação dos caminhos pelos quais uma sociedade evolui, isto não quer dizer que ela, por si só, prescreve o sentido desta evolução (...). Ele (o marxismo) não prescreve o primado do econômico para todo o sempre; limita-se a tornar inteligível o primado do econômico tal como vem ocorrendo até nossos dias ..." KONDER, Leandro, "A Concepção Marxista da História" Revista Paz e Terra (xerox), p. 102-103. Deste modo, a superestrutura tem uma autonomia relativa e age sobre a infraestrutura e o primado do econômico é algo explicável. Goldmann, por exemplo, vê a razão do primado do econômico na preponderância quantitativa do fator econômico na vida humana - GOLDMANN, L. ob. cit. p. 111 - e Kosik: no significado central da praxis e do Trabalho na criação da realidade humana. - KOSIK, K. ob. cit. p. 109.

5. Resolvidas as questões da definição e do espaço da comunicação no social e concretizadas as relações comunicação-sociedade - dentro das necessidades e limites deste trabalho - resta discutir uma importante questão metodológica, para os estudos de comunicação. Estamos pensando na questão fundamental, de qual o polo da comunicação - se produção ou consumo - deve ser privilegiado nos estudos de comunicação.

A utilização metodológica da esfera consumo, segundo pensamos, introduz os seguintes problemas nas análises e estudos da comunicação: 1 - menosprezando o momento da produção, onde se exercem, predominantemente, as determinações infra e supraestruturais, esta alternativa possibilita o "esquecimento" destas determinações e a ênfase na influência - muitas vezes supervalorizada - dos meios-comunicação sobre o social⁽³⁷⁾; 2 - não trabalhando com as determinações infra e supraestruturais, os estudos baseados nesta opção, não superam o nível fenomênico do real e, em consequência, os "conceitos" - "construídos" ou absorvidos de contextos ideológicos - são puramente descritivos e nunca explicativos; 3 - ao escolher o polo consumo, desconhece-se que a produção determina, conforme afirma Marx, o consumo; produzindo o objeto de consumo, o modo de consumi-lo e o sujeito-consumidor. Assim, optar pelo polo consumo significa aceitar uma configuração específica deste polo, determinada pela produção, ou melhor, por um modo de produção particular e suas relações sociais: "Aplicando-se esse raciocínio à área dos produtos culturais, temos a consequência, de fundamental importância, de que a experiência imediata do consumo desses bens não tem valor explicativo, de vez que corresponde à incorporação pelos sujeitos dos resultados cristalizados de um conjunto de relações sociais, que precisamente estão ocultos pelo caráter mercantil desses bens"⁽³⁸⁾.

(37) Por exemplo: DA VILA, Sarah Chucid, Televisão e Consciência de Classe, Petrópolis, Vozes, 1977. Nesta autora, o privilegiamento da esfera consumo conduz a uma super-valorização dos efeitos ideológicos da comunicação e a utilização de inúmeros "conceitos" tão talmente não-significativos. Para uma crítica mais detalhada ver RUBIM, Albino "Nem Televisão, nem Consciência de Classe, nem Efeitos Ideológicos da Comunicação", Salvador, Departamento de Comunicação da UFBA., 1978 (mimeo.).

(38) COHN, G., Sociologia da Comunicação ... p. 131.

Em consequência dos problemas enumerados, uma opção metodológica pela esfera produção permite superar estas questões, e, além de explicar o consumo, concretizar os estudos de comunicação. Daí, nossa proposta de desenvolver uma reflexão acerca de indústria cultural. Adorno, ao formular o conceito, tem em mente esta questão: "Tudo indica que o termo indústria cultural foi empregado pela primeira vez no livro *Dialektik der Aufklärung*, que Horkheimer e eu publicamos em 1947, em Amsterdã. Em nossos esboços tratava-se do problema da cultura de massa. Abandonamos essa última expressão para substituí-la por "indústria cultural", a fim de excluir de antemão a interpretação que agrada aos advogados da coisa; estes pretendem, com efeito, que se trata de algo como uma cultura surgindo espontaneamente das próprias massas, em suma, da forma contemporânea da arte popular. Ora, dessa arte a indústria cultural se distingue radicalmente (...). Em todos os seus ramos fazem-se, mais ou menos segundo um plano, produtos adaptados ao consumo das massas e que em grande medida de terminam esse consumo" (39).

O conceito de indústria cultural, conforme acreditamos, possibilita a análise concreta da comunicação e da cultura nas sociedades capitalistas desenvolvidas, superando a série de problemas indicados neste capítulo, permitindo, de outro lado, a elaboração de uma teoria da comunicação e cultura contemporâneas, em bases mais científicas, principalmente se centrarmos esta teoria no fundamento mesmo da comunicação: as mensagens. "Segue-se que as bases de uma teoria sociológica de comunicação são dados pela análise das mensagens, tomadas enquanto componentes de sistemas ideológicos, que remetem aos determinantes mais profundos da sua constituição e manifestação" (40).

(39) ADORNO, Theodor. "A Indústria Cultural" in COHN, G. *Comunicação e Indústria Cultural*, ... p. 287.

(40) COHN, G. *Sociologia da Comunicação* ... p. 162.

CAPÍTULO II

SOCIEDADE CAPITALISTA, COMUNICAÇÃO E CONSCIÊNCIA BURGUESA

1. Com a definição preliminar do objeto comunicação e do seu espago no social e com a proposição de pensar o relacionamento comunicação-sociedade, a partir das relações de determinação e condicionamento, podemos dar um passo adiante pela discussão das conexões comunicação-sociedade numa totalidade social espe cífica: a sociedade capitalista.

Para trabalhar a questão apontada, exige-se, num primei ro momento, a reflexão teórica sobre as características infra e supraestruturais da formação capitalista e, num momento poste rior, a concretização de alguns conceitos que nos permitam estu dar a consciência burguesa, setor supraestrutural ligada à comu nicação que adquire grande importância no mundo contemporâneo e, em consequência torna-se elemento indispensável, para a discus são temática da indústria cultural.

2. A sociedade capitalista é radicalmente distinta das socie dades de classes anteriores, porque nela as classes aparecem em toda sua "pureza". A imediata visão das classes re cíeis decor re do nítido fundamento económico da diferenciação dos homens em grupos-classes sociais e da inexistência formal da desigualdade entre os homens. "En el modo de producción capitalista las cla-
ses sociales no sólo que se generan a nivel de la infraestructura económica sino que, además, aparecen como um puro efecto de ésta, sin que ni lo jurídico ni lo ideológico intervengan directamente en su fijación; en otros modos de producción no ocurre lo mismo..."(1).

Nas formações pré-capitalistas, a estrutura de classes es tá, por assim dizer, sobredeterminada: os sistemas de estamen

(1) CUEVA, Agustín "La Concepción Marxista de las Clases Sociales" Debata e Crítica, São Paulo, Hucitec, 1974 (julho). A afirmação de Cueva é compartilhada por Engels: "Era claro e palpável que as origens e desenvolvimento destas duas grandes classes (burguesia e proletariado) residiam em causas puramente económicas". ENGELS Friedrich "Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã" in MARX, Karl e ENGELS, Friedrich Textos Filosóficos, Lisboa, Edi-
torial Presença, 1974, p. 95.

tos, por uma intervenção direta do jurídico, e os sistemas de castas, pela presença marcante do ideológico. A imbricação do econômico com o jurídico ou com o ideológico impossibilita a existência de conceitos econômicos "puros", dificultando o conhecimento da base econômica das classes e relações sociais.

Com o capitalismo, as partes se "deslocam". A economia ganha espaço e importância no social, torna-se perfeita e necessariamente visível e aparece como fundamento de toda a vida societária. Simultaneamente as outras partes - a política, a cultura, etc - adquirem uma autonomia relativa e um espaço social específico. O econômico passa a ser o campo mais extenso da existência social e influencia progressivamente as outras partes, enquanto elas cada vez mais deixam de interferir sobre o econômico. Estas redefinições do espaço e das relações entre as partes, a nova estruturação do todo social e o caráter de "pura" sociedade de classes têm importantes implicações na caracterização dos elementos infra e supraestruturais da nova totalidade social.

Paralelamente, também a consciência social é afetada pelas alterações acima descritas, pois, de um lado, abrem-se novas possibilidades de conhecimento do real (particularmente do social) e, de outro lado, a importância do setor, consciência torna-se no capitalismo, cada vez maior, como procuraremos apontar mais adiante. "Por conseguinte, a relação entre a consciência de classe e a história é completamente diferente nos tempos pré-capitalistas e na época capitalista..."⁽²⁾. E só nesta última os interesses de classe podem transparecer e marcar a consciência social, dado as classes serem a própria realidade histórica imediata do mundo capitalista.

3. Para que as classes apareçam como realidade imediata, a desigualdade entre os homens não pode estar sobredeterminada, sendo baseada exclusivamente (essencialmente) na diferenciação econômica dos homens. Dela derivam os outros elementos de desigualdade, mas nenhum destes elementos (re)age de forma substantiva

⁽²⁾ LUKÁCS, Georg "A Consciência de Classe" in LUKÁCS, Georg e SCHAPF, Adam, Sobre o Conceito de Consciência de Classe. Porto Publicações Escorpião. 1973, p. 49-50.

sobre o econômico. A nova sociedade prescinde da sobredeterminação "porque a burguesia, na sua luta contra o feudalismo e para desenvolver a produção capitalista, se viu obrigada a abolir todos os privilégios sucessórios, isto é, os privilégios pessoais, proclamando primeiro a igualdade dos direitos privados e depois pouco a pouco, a dos direitos públicos, a igualdade jurídica de todos os homens"⁽³⁾.

As duas causas apontadas por Engels, a política (luta contra o feudalismo e a aristocracia) e a econômica (desenvolvimento do capitalismo) explicam a necessidade, para a burguesia e para o capitalismo, da igualdade formal entre os homens. Gosta ríamos, no entanto, de refletir um pouco sobre a razão econômi ca da igualdade formal dos homens no mundo do Capital.

De início, impõe-se uma observação: a igualdade formal dos homens está historicamente ligada, de forma intrínseca, ao avanço do capital na produção e, por conseguinte, à inauguração do modo de produção capitalista. A relação de produção (traba lho) típica deste sistema econômico, o trabalho assalariado - venda da força de trabalho ao capital no mercado -, tem como pressuposto esta igualdade formal, pela qual, os homens podem dispor "livremente" de sua força de trabalho, vendendo-a como mercadoria. O avanço do capital transforma, deste modo, a força de trabalho numa mercadoria igual às outras ⁽⁴⁾.

A transformação da força de trabalho em mercadoria, não só "inaugura" a sociedade capitalista, mas também é expressão da universa lidade do capital que tende a transformar todas as coisas

⁽³⁾ ENGELS, F. ob. cit. p. 71.

⁽⁴⁾ Para exemplificar a relação entre novas características soci ais e conhecimentos possíveis, Marx, particularmente sobre o "trabalho abstrato", escreve: "... o segredo da expressão do valor-igualdade e a equivalência entre todos os trabalhos, que existem porque são trabalhos humanos - só pode ser decifrado quando a idéia de igualdade humana já adquiriu a tenacidade do preconceito popular. Mas isto só passa a acontecer numa sociedade em que a forma mercadoria tornou-se a forma geral dos produtos do trabalho, e que, por conseguinte, a relação dos homens entre si como produtores e permutadores de mercadorias é a relação social dominante". MARX, Karl apud GOLDMANN, Lucien Dialética e Cultura, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967, p. 115-116.

em mercadorias (valores de uso e de troca). Esta universalidade de tornar tudo e todas mercadoria e submeter tudo e todos à lógica do capital, faz do seu modo de produção, o primeiro modo de produção verdadeiramente mundial, atingindo todas as regiões, classes e esferas da vida humana. "A necessidade de um mercado constantemente em expansão impele a burguesia a invadir todo o globo (...) por meio da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países (...) desenvolvem-se em todas as direções um intercâmbio e uma interdependência universais. E isso tanto na produção material quanto na produção intelectual (...) com o rápido aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção, com as imensas facilidades dos meios de comunicação, a burguesia, arrasta todas as nações mesmo as mais bárbaras, para a civilização (...). Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança" (5).

A universalidade, desta forma, influencia constantemente o avanço das forças produtivas e estas, por sua vez, desenvolvem-se e ampliam ainda mais a universalidade do capital. Assim o avanço das forças produtivas e a universalidade do capital estão completamente imbricados e são inerentes ao capitalismo. Habermas, depois de falar da constante evolução tecnológica e da absorção da novidade, acrescenta: "... do ponto de vista da história mundial, o capitalismo é o primeiro modo de produção que institucionalizou o crescimento humano..." (6).

(5) MARX, Karl e ENGELS, Friedrich "Manifesto do Partido Comunista" in ——. Cartas Filosóficas e Outros Escritos, São Paulo. Editorial Grijalbo, 1977 pp. 87-88. Sobre o avanço do capital e as possibilidades de conhecer o social: "... ao invés do trabalho individual, artesanal e autarquico, a nova organização laborativa requer uma cooperação não apenas no interior da fábrica singular, mas também uma interação orgânica dos vários ramos da produção; com isto, torna-se muito mais evidente a natureza da sociedade como totalidade orgânica". COUTINHO, Carlos Nelson. O Estruturalismo e a Miséria da Razão. Rio de Janeiro, Paz e Terra 1972, p. 18.

(6) HABERMAS, Jürgen "Técnica e Ciência como Ideologia" in Os Pensadores. São Paulo, Abril, 1975, p. 314. Outro elemento impõe o avanço das forças produtivas. "En Inglaterra las huelgas han dado lugar regularmente a la invención y al empleo de algunas máquinas nuevas". MARX, Karl "Las Huelgas y las Coaliciones de Obreros" in ——. Miséria da la Filosofia, Madrid, Aguilar, 1973, p. 236.

Exemplo da inter-relação entre universalidade e forças produtivas é a passagem à exploração tipo mais-valia relativa. O avanço das forças produtivas, causado pelo crescimento internacional do capitalismo e pelas mobilizações operárias, permite uma exploração não realizada simplesmente pelo rebaixamento absoluto dos salários ou pela extensão da jornada de trabalho. A nova forma da mais-valia tem como fundamento o desenvolvimento tecnológico e a aceleração do ritmo de trabalho. Isto possibilita o aumento salarial e a limitação da jornada, criando um tempo livre. A reunião do novo poder aquisitivo e tempo livre age e amplia, por sua vez, a universalidade, dado que integra os trabalhadores ao mercado capitalista de bens materiais e simbólicos. Não por coincidência, neste momento, aparece a cultura industrializada, embrião da indústria cultural (como veremos no próximo capítulo).

A transformação da infra-estrutura ocorre simultaneamente a grandes mudanças supra-estruturais e determina estas mudanças. Antes, porém, de deslocar nossa discussão para o nível supra-estrutural, devemos extrair as determinações impostas à comunicação, por esta nova base econômica.

De uma sociedade - a formação feudal - caracterizada pela "estabilidade" social, tecnológica e espacial, passamos para outra organização social, onde a "instabilidade", o avanço tecnológico, a universalidade espacial e a transformação de tudo e todos em mercadoria são a tônica. Em tal contexto, a comunicação e seus meios também são transformados e adaptam-se às modernas necessidades da totalidade social, sofrendo modificações tecnológicas, espaciais, jurídicas e de forma/conteúdo à imagem e semelhança das acontecidas com o capitalismo.

4. As radicais alterações ocorridas em toda supraestrutura têm necessariamente que ser pensadas a partir da ligação orgânica entre supra e infra-estrutura. "Essa organicidade é definida abstratamente por Gramsci como a necessidade de o movimento supra-estrutural do bloco histórico evoluir nos limites do desenvolvimento da estrutura, mas também, mais concretamente, com a obra dos grupos sociais encarregados de gerir as atividades superestruturais"⁽⁷⁾.

⁽⁷⁾ PORTELLI, Hugues Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 47.

Assim, as modificações da base sócio-econômica, que acontecem em estreita relação com as alterações supraestruturais, de terminam os limites orgânicos destas alterações, apontando algu mas características gerais da nova supraestrutura, sobre as quais nos deteremos de agora em diante.

Em primeiro lugar, o avanço constante das forças produtivas - pelo menos no capitalismo concorrencial - exige uma evolução da técnica e da ciência, conduzindo os homens a uma visão racionalista, não restrita ao campo técnico-científico, mas que atinge outras áreas da supraestrutura social e do pensamento hu mano, inclusive a própria legitimação da sociedade de classes. A este respeito, Habermas escreve: "o que caracteriza o li miar entre a sociedade tradicional e a sociedade que entra no processo de modernização não é o fato de que uma mudança estru tural no quadro institucional seja forçada pela pressão das for ças produtivas relativamente desenvolvidas - pois isso é um meca nismo da história do desenvolvimento da espécie, desde o início. A novidade está antes no nível de desenvolvimento das forças pro dutivas, responsável por uma ampliação permanente dos sub-siste mas do agir racional-com-respeito-a-fins que, por esse meio, põe em questão a forma (...) de legitimar a dominação por interpre tações cosmológicas do mundo"⁽⁸⁾.

O avanço constante e intenso das forças produtivas e a am pliação paralela da racionalidade instrumental, "quebrando" a "estabilidade" social impede o predomínio das interpretações do mundo baseadas em concepções místicas, religiosas, metafísicas ou derivadas da tradição⁽⁹⁾. Em consequência, a nova supraes trutura (e a moderna legitimação da sociedade de classes) tem um caráter iminentemente secular, surgindo neste momento, a ideo logia, no sentido restrito da palavra.

⁽⁸⁾ HABERMAS, J. ob. cit. p. 314.

⁽⁹⁾ "Por outras palavras, não há nenhuma das pressões que existem sob o capitalismo por contínuos melhoramentos nos métodos de pro dução. As técnicas e as formas de organização caem em rotinas estabelecidas. Onde isto se verifica, como ensina o materialis mo histórico, há uma tendência bastante acentuada para toda a vida da sociedade se orientar para o costume e para a tradição". SWEZZY, Paul "Uma crítica" in SWEZZY, Paul e outros, Do Fau dalismo ao Capitalismo. São Paulo, Martins. Fontes. 1977, p. 23.

Com a secularização da supraestrutura, ocorrem alterações radicais na concepção de inúmeras e importantes questões, como, por exemplo, na forma de conceber o homem. Já durante o renascimento o "humanismo aparece (...) em oposição à ideologia religiosa do homem como servidor de Deus"⁽¹⁰⁾. O homem passa a ser pensado ~~como~~ o produtor da história, devido à moderna atuação - econômica e geral - dos homens na construção da sociedade capitalista⁽¹¹⁾. Mas este homem, sujeito da história, aparece abstratamente como indivíduo isolado - conforme apontamos no capítulo passado - e não como participante de uma classe social, determinada pela posição que ocupa no modo de produção de bens materiais. Este "individualismo (...) que se manifesta na apropriação da riqueza" é o fundamento da nova concepção de homem⁽¹²⁾.

No nível mais imediatamente político da supraestrutura, a luta contra a aristocracia - que faz da burguesia liderança e porta-voz do terceiro estado - e a universalidade do capitalismo - atingindo todo o globo e todos os segmentos sociais - tornam necessária uma base social mais ampla para a nova classe dominante⁽¹³⁾. Esta necessidade é consubstanciada nas formulações bur

[10] LOWY, Michael "O Humanismo Historicista de Marx ou Ruler o Capital" in ——. Método Dialético e Teoria Política, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, p. 65.

[11] "Quando a burguesia lutava contra a nobreza punha em relevo a lei do valor-trabalho como fundamento da compreensão dos problemas econômicos do sistema. Isto lhe permitia pôr a nu o papel parasitário da nobreza e do clero. Porém uma vez que a burguesia se apossou do poder político e que a luta de classe com os trabalhadores tornou-se ~~ca~~ a vez mais ameaçadora a lei do valor-trabalho passou a ser condenada ou silenciada". SALAMA, Pierre e VALIER, Jacques, Uma Introdução à Economia Política, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 5.

[12] GRAMSCI, Antonio, Obras Escolhidas, Lisboa, Editorial Estampa, 1974, p.81 (volume I).

[13] Marx e Engels pensavam que esta base social mais ampla é inerente à evolução da sociedade de classes: "Por eso, cada nueva clase instaure su dominación siempre sobre una base mais extensa que la dominante con anterioridad a ella, lo que, a su vez, hace que, más tarde, se ahonde y agudice todavía más la contradicción de la clase no poseedora contra la ahora dotada de riqueza". MARX, Carlos e ENGELS, Federico La Ideología Alemana, Barcelona, Ediciones Pueblos Unidos/Ediciones Grijalbo, 1974, p. 53.

guesas sobre democracia e na importância adquirida pelo político/jurídico na supraestrutura capitalista, que leva Poulantzas a afirmar a dominância desta região ao nível supraestrutural⁽¹⁴⁾.

Afastada a possibilidade de legitimação não-secular da sociedade de classes, a legitimidade do poder burguês depende de um pensamento secular - em grande parte político-jurídico - sobre a sociedade capitalista que "compatibilize" a desigualdade real dos homens com sua igualdade formal. A base social mais ampla-consensual - deve, deste modo, ser assegurada por uma "explicação" que legitime a desigualdade real (e sua causadora, a propriedade privada) e a dominação política (inclusive o uso da violência institucionalizada). Esta possibilidade de manutenção do capitalismo pela utilização predominante da direção político-cultural e a necessidade de uma base social ampliada apontam para a democracia e para as tarefas que a burguesia tem de assumir para viabilizar seu poder (e sua democracia). "En efecto, cada nueva clase que pasa a ocupar el puesto de la que dominó antes de ella se ve obligada, para poder sacar adelante los fines que persigue, a presentar su propio interés como el interés común de todos los miembros de la sociedad, es decir, expresando esto mismo en términos ideales, a imprimir a sus ideas la forma de lo general, a presentar estas ideas como las únicas racionales y dotadas de vigencia absoluta"⁽¹⁵⁾

Pelo dito e pela citação de Marx e Engels, já estamos discutindo um setor supraestrutural específico (e difuso por todo social) - a consciência - que adquire, segundo pensamos, importância fundamental na sociedade burguesa. Luis Werneck Vianna

⁽¹⁴⁾ "No M.P.C., e em uma formação capitalista, em que o econômico detém, regra geral, o papel dominante, constata-se a dominância no ideológico da região jurídico-política: em particular, no entanto, no estágio do capitalismo monopolista de Estado, em que o papel dominante é assumido pela política, é a ideologia econômica - de que o "tecnocratismo" é só um dos aspectos - que tende a tornar-se a região dominante da ideologia dominante". POULANTZAS, Nicos "O Estado Capitalista e as Ideologias" in ——. Poder Político e Classes Sociais. São Paulo, Martins Fontes, 1977, p. 205.

⁽¹⁵⁾ MARX, C. e ENGELS, F. ob. cit. p. 52.

compartilha desta opinião: "Notar que, no modo de produção capitalista, é condição para que as classes dominantes possuam, além de domínio, funções e papéis de direção, num tempo histórico como este de universalização da cidadania, que sua concepção do mundo seja generalizante, fazendo parte inclusive do senso comum das massas. Por definição, o lugar onde se produz este efeito de generalização são as instituições sociais, em particular as especializadas na vida valorativa, que por isso fazem parte de modo privilegiado da arena onde se confrontam as classes sociais"(16).

Assim a importância adquirida pelo setor consciência e pelas instituições especializadas deste setor, coloca talvez pela primeira vez, de maneira tão substancial, a questão da direção político-cultural da sociedade. É este o quadro explicativo para as novas determinações (supraestruturais) que agem sobre a comunicação e que devem explicitar, em parte, os porquês do desenvolvimento acelerado dos meios e o conteúdo/forma das mensagens transmitidas por eles.

5. Enfim, podemos discutir o setor consciência da supraestrutura social. Os elementos colocados anteriormente, em particu-lar no item 4, indicam uma questão inicial: a produção/imposi-ção da consciência - aqui pensada enquanto consciência burguesa - aos outros grupos e classes sociais. Cabe, através de uma reflexão teórica, discutir/construir uma categoria que nos permita estudar e explicar este fenômeno.

Miriam Limoeiro, preocupada com problema semelhante, che-ga a seguinte conclusão: "Encontro a categoria explicativa da produção ideológica nas sociedades de classe, na reflexão grams-ciana, no seu conceito de hegemonia"(17). Indicada uma solução

(16) VIANNA, Luis Werneck "A Propósito de uma Apresentação" in GRUPPI, Luciano O Conceito de Hegemonia em Gramsci, Rio de Janeiro, Graal, 1978, p. XIV.

(17) CARDOSO, Miriam Limoeiro, "A Ideologia como Problema Teóri-co" in ——. Ideologia do Desenvolvimento Brasil: JK e JG, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. Sobre o problema da imposição, Lu-ciano Gruppi diz: "Ele (Gramsci) explica a afirmação e difusão das ideologias como um processo, e como um processo guiado pela hegemonia". GRUPPI, L. ob. cit. p. 90. Podemos também ler em Gramsci: "Pode concluir-se que o processo de difusão das novas concepções se dá por motivos políticos..." GRAMSCI, A. ob. cit., p. 51.

para o problema proposto acima, precisamos concretizar a resposta (para poder aceitá-la) pela discussão do conceito do fundador do PCI.

Sobre a importância da noção de hegemonia para o pensamento do autor italiano, Maria Antonietta Macciocchi escreve: "O conceito de hegemonia representa a contribuição essencial de Gramsci ao marxismo e sua contribuição mais decisiva, até o momento, à luta revolucionária"⁽¹⁸⁾. Deixando um pouco de lado, a problemática do papel que desempenha a noção para a atuação política, podemos sugerir que a pedra fundamental de onde deriva o conceito e a teoria da hegemonia é a relação infra-supraestrutura, captada, em Gramsci, pela categoria de bloco histórico. Entretanto, o conceito empregado por Gramsci quando analisa "a questão meridional", não tem um significado uniforme na própria obra gramsciana, "porque Gramsci - quando fala em hegemonia - refere-se por vezes à capacidade dirigente, enquanto que outras vezes pretende referir-se simultaneamente à direção e à dominação"⁽¹⁹⁾.

A diferenciação entre estes dois momentos/formas de poder - direção e dominação - é simplesmente analítica, pois na realidade de consenso e coerção são utilizados alternadamente e em diferentes graus a depender do estágio da luta de classes e dos setores sociais envolvidos nestas relação de poder: "Não existe sistema social em que o consentimento seja a base exclusiva da hegemonia, nem Estado em que um mesmo grupo possa, somente por meio da coerção, continuar a manter de forma durável a sua dominação"⁽²⁰⁾. Assim, nunca esquecendo a utilização alternada e diferenciada (em decorrência dos grupos sociais relacionados), temos, nos limites dos usos possíveis, a ditadura - com o predomínio quase integral da dominação - e a democracia - com a utilização máxima da direção.

⁽¹⁸⁾ MACCIOCCHI, Maria Antonietta, A Favor de Gramsci, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 146.

⁽¹⁹⁾ GRUPPI, L. ob. cit. p. 11. A união do domínio e direção (hegemonia no sentido amplo) é designada por Gramsci também com outra noção: a de supremacia. Ver GRUPPI, L. ob. cit. p. 78 e MACCIOCCHI, M. A. ob. cit. p. 153.

⁽²⁰⁾ PORTELLI, H. ob. cit. p. 32. O jurídico é considerado como "força legalizada", domínio. PORTELLI, H. ob. cit. p. 31.

Voltando diretamente ao conceito de hegemonia, tanto Portelli, Macciocchi e Gruppi apontam a raiz leninista da noção, quanto o próprio Gramsci: "O princípio teórico-prática da hegemonia (...) é a maior contribuição teórica de Ilitch à filosofia da praxis"⁽²¹⁾. No entanto, se a base da categoria é Lenin, na elaboração gramsciana a noção se diferencia substancialmente da construção original, o que provoca polêmica discussão (às vezes implícita) sobre a relação da noção em Lenin e em Gramsci. A polêmica nos parece resumida no trecho de Portelli: "ora, se Gramsci não subestima o aspecto coercitivo (...) não se limita a isso (...) o estudo gramscista da sociedade civil e hegemonia tem por objetivo justamente sublinhar a importância da direção cultural e ideológica (...) Mostrando que o Estado não é apenas sociedade política, mas a combinação sociedade civil - sociedade política, e insistindo na base de classe desse Estado, Gramsci desenvolve consideravelmente a análise de Lenin"⁽²²⁾.

Resumidamente, a diferenciação do conceito justifica-se pelas razões que se seguem. Para Lenin, sendo a sociedade civil na Rússia muito débil e a sociedade política a mais importante, coloca-se imediatamente a questão da derrubada, pela violência, do aparelho de Estado e para este fim é preciso uma dada hegemonia, entendida como pura direção política. Já para Gramsci que trabalha o conceito com base nas sociedades ocidentais desenvolvidas, hegemonia não é somente uma direção política, mas significa também direção cultural (nunca desligada da

⁽²¹⁾ GRAMSCI, Antonio apud PORTELLI, H. ob. cit. p. 61.

⁽²²⁾ PORTELLI, H. ob. cit. p. 63-64. Para exemplificar a polêmica, vejamos as posições diferenciadas de Macciocchi e Gruppi sobre o assunto. Macciocchi, depois de afirmar a não utilização do conceito de hegemonia em Lenin, declara a igualdade da noção de ditadura do proletariado - "tal como é entendida por Lenin" - como puro momento de coerção. Finalmente, além de criticar Gruppi pela aproximação entre os termos hegemonia e ditadura do proletariado, a autora afirma a noção de poder de classe como mais rica em Gramsci que em Lenin, pois, para o primeiro, a força não basta ao exercício do poder. Ver MACCIOCCI, M. A. ob. cit. p. 129, 153, e 154. Gruppi, ao contrário, aponta o uso da noção de hegemonia em Lenin (pela primeira vez em janeiro de 1905), identifica/diferencia ditadura do proletariado e hegemonia e enfatiza a interpretação leninista de hegemonia como pura direção política: "a hegemonia é a capacidade de direção que fornece à ditadura do proletariado as bases sociais necessárias". GRUPPI, L. ob. cit. p. 11 e 56.

direção política) e predomínio da sociedade civil sobre a so ciedade política. Justamente por perceber as diferenças entre as formações sociais ocidentais e a Rússia, Gramsci distingue en tre "guerra de posições" - luta político/cultural para assumir as "fortalezas e casamatas" da sociedade civil, pois o Estado nas sociedades ocidentais não é apenas uma "trincheira avançada", mas tem por trás uma poderosa sociedade civil - e "guerra de movimentos - luta essencialmente político/militar contra o Esta do, sociedade política, tendo atrás uma "gelatinosa e primiti va" sociedade civil. Deste modo, as diferenciações do concei to de hegemonia são explicados essencialmente pelas análises e realidades políticas vividas por Lenin e Gramsci.

Até aqui discutimos o conceito de hegemonia, que, no sen tido restrito, pode ser entendido como capacidade de unificar , no limite, através da ideologia, e de conservar unido um bloco social não homogêneo, mas marcado por profundas contradições de classe. Esta caracterização do conceito coloca o problema da relação entre hegemonia/classes sociais que, de início, deve ser precisada pela distinção dos três tipos de grupos sociais presentes em um bloco histórico: a classe fundamental - que di rige o sistema hegemônico e domina -, os grupos auxiliares - que servem de base à hegemonia - e os excluídos parcialmente do sistema hegemônico, as classes subalternas que se relacionam com a classe fundamental prioritariamente pelo aspecto coercitivo.

A relação hegemonia-classes sociais, via estrutura social, permite entender porque a direção cultural varia de eficácia a depender das classes sociais envolvidas, conforme o esquema aci ma. Esta variação de efeitos decorre da estrutura contraditória do social, onde estão presentes interesses antagônicos e em lu- ta. A contradição, desta maneira, marca, em graus diversos, a existência e a consciência das diversas classes sociais ⁽²³⁾.

⁽²³⁾ "As concepções, o momento da vida ideológica e cultural cor respondem à estrutura econômica predominante. Mas a estrutura é contraditória: nela vive a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Por isso, tam bém as ideologias estão em contradição entre si (...) Predomi- na, porém a ideologia da classe dominante". GRUPPI, L. ob. cit. p. 88-90.

Entretanto, apesar e levando em conta a impossibilidade da predominância hegemônica integral, Marx e Engels concluem: "Las ideas de la classe dominante son las ideas dominantes em cada época: o, dicho em otros términos, la classe que ejerce el poder material en la sociedad es, al mismo tiempo, su poder espiritual dominante. La classe que tiene a su disposición los medios para la producción material dispone con ello, al mismo tiempo, de los medios para la producción espiritual (...) por tanto, las relaciones que hacen de una determinada classe la classe dominante son también las que confieren el papel dominante a sus ideas"⁽²⁴⁾.

A predominância "normal" da cultura da classe dominante indica a realização, em termos gerais, da possibilidade de hegemonia deste grupo social que requer para se efetivar condições históricas satisfatórias. Se estas condições não se desenvolvem estamos num momento de crise e nele a concordância "normal" entre cultura hegemônica - classe dominante pode não se construir. A exceção à "lei" não questiona sua validade geral, apenas restringe sua aplicação aos períodos de "normalidade", abrindo espaço para compreender as crises orgânicas e visualizar o possível descompasso de uma classe ainda não dominante tornar-se dirigente intelectual e moral. Esta rica concepção de crise orgânica é formulada pelo pensador italiano. "Em Gramsci, a crise revolucionária é vista sobretudo a nível da supraestrutura; é tida a nível da hegemonia e é concebida como crise de hegemonia. Essa crise envolve, porém, toda a sociedade, todo o bloco histórico; e não se deve esquecer que, para Gramsci, o bloco histórico é formado pela estrutura e pela supraestrutura. Eu diria, portanto, que a crise revolucionária é vista por Gramsci na totalidade do processo social"⁽²⁵⁾.

A problemática da crise orgânica e da criação de uma nova

⁽²⁴⁾ MARX, C. e ENGELS, F. ob. cit. p. 50-51.

⁽²⁵⁾ GRUPPI, L. ob. cit. p. 79. A aceitação da possibilidade de uma direção cultural antes da tomada do poder político - como o ocorre na França do século XVIII - diferencia as concepções de hegemonia em Gramsci e Althusser, pois, segundo Macciocchi este último só coloca a questão da direção cultural depois da conquista do poder político. Ver MACCIOCCI, M. A. ob. cit., p. 29.

hegemonia está intimamente relacionada com uma concepção de luta que abrange a luta econômica, política e teórica e introduz para concretizá-la outro elemento importante das formulações de Gramsci: os intelectuais⁽²⁶⁾. Com este último elemento nossa discussão sobre o conceito de hegemonia deve completar-se, mas antes de iniciá-la é importante apontar Gramsci como um dos poucos marxistas a trabalhar a questão dos intelectuais e de sua inserção na luta revolucionária⁽²⁷⁾.

Gramsci, inicialmente, propõe um conceito de intelectual bastante amplo que não se limita à noção corrente de "grande intelectual"⁽²⁸⁾. Para ele, todos os homens são considerados intelectuais, mesmo que nem todos desempenhem na sociedade a função de intelectuais. Esta distinção é feita levando em conta a "direção em que recai o maior volume da atividade profissional: se se produz como energia intelectual ou como esforço nervo-muscular. Isto significa que também se pode falar de intelectuais e não podemos falar de intelectuais e não podemos referir-nos a não intelectuais, porque o não intelectual não existe"⁽²⁹⁾.

Com respeito à relação intelectuais-grupos sociais, Gramsci também não compartilha da ilusão, comum à maioria dos intelectuais tradicionais, de pensar esta categoria social como desligada dos grupos e classes da sociedade. Ele, ao contrário, es

(26) Neste aspecto existe uma grande aproximação entre a formulação de luta pela hegemonia, envolvendo a base econômica e a supraestrutura político/ideológica, em Gramsci e a proposta de Engels de interpretar a luta de classes, como englobando três dimensões - econômica-prática, política e teórica. Ver ENGELS, Friedrich "Prefácio de 1874" in ——. As Guerras Camponesas na Alemanha. São Paulo, Grijalbo, 1977, p.20.

(27) MACCIOCCHI chega a escrever: "... é impossível deixar de reconhecer Gramsci como o único marxista que tratou a fundo a questão dos intelectuais, articulando-a com o conjunto de sua estratégia revolucionária". MACCIOCCHI, M. A., ob. cit., pp. 186.

(28) GRAMSCI, Antonio apud PORTELLI, H. ob. cit. p.. 83.

(29) GRAMSCI, Antonio, A Formação dos Intelectuais, Venda Nova, M. Rodrigues Xavier, 1972, p. 24-25.

creve: "qualquer grupo social que surge como base original de uma função essencial no mundo da produção econômica, estabelece junto dele, organicamente, um ou mais tipos de intelectuais que lhe dão homogeneidade não apenas no aspecto econômico, mas também no aspecto social e político"⁽³⁰⁾. Para as classes fundamentais que exercem ou aspiram à direção da sociedade apresenta-se, tanto a questão de criar seus intelectuais e assimilar os (possíveis) intelectuais de outros grupos sociais, quanto o problema do exercício da hegemonia e da dominação para o que necessita dos intelectuais. Neste sentido, eles são funcionários da superestrutura, encarregados de gerir - no caso dos intelectuais da classe dominante - os aparelhos coercitivos e consensuais de uma dada sociedade, além de servir de elo de ligação entre a infra e superestrutura⁽³¹⁾.

Assim o papel dos intelectuais - do ângulo que nos interessa - é produzir e difundir concepções de mundo que, cooptando outros intelectuais e subordinando outras classes e grupos sociais, firme a direção cultural da sociedade por uma classe específica. Para efetuar estas tarefas, os intelectuais trabalham na "estrutura ideológica" (sistema escolar, sindicatos, partidos etc) e no "material de difusão" (meios de comunicação etc) e se diferenciam, de um lado, em intelectuais criadores, organizadores e educadores e de outro, em intelectuais orgânicos e tradicionais⁽³²⁾.

Por fim, se o conceito de hegemonia - enquanto direção político-cultural - explica a produção e difusão da consciência - em particular da consciência burguesa na sociedade capitalista -, resta trabalhar em conceito que permita entender a própria consciência burguesa e sua caracterização. Com este objetivo, passamos a discutir a polêmica noção de ideologia.

(30) GRAMSCI, A., A Formação dos Intelectuais p. 19.

(31) "Se considerarmos um bloco histórico, isto é, uma situação histórica global, distinguimos aí, por um lado, uma estrutura social - as classes dependem diretamente da relação com as forças produtivas - e, por outro lado, uma superestrutura ideológica e política. O vínculo orgânico entre estes dois elementos é realizado por certos grupos sociais cuja função é operar não ao nível econômico, mas superestrutural: os intelectuais". PORTELLI, H., ob. cit. p. 15.

(32) Ver PORTELLI, H. ob. cit. p. 88-89-90-97 e MACCIOCCHI, M., ob. cit. Gruppi escreve sobre a distinção entre intelectuais orgânicos e tradicionais: "com o desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado, a distinção gramsciana entre intelectual tradicional e intelectual orgânico tende a ser superada, tendo em vista o modo pelo qual o capitalismo hoje liga à sua vida também os intelectuais humanistas". GRUPPI, L. ob. cit. p. 82.

6. O debate de um dos conceitos mais fundamentais e imprecisos das ciências humanas torna-se necessário para a continuidade do trabalho, ainda que esta discussão tenha um caráter eminentemente provisório. E por pensarmos assim, compartilhamos as palavras de Caio Navarro de Toledo acerca da Ideologia: "assinalando aqui o caráter problemático de qualquer Teoria da Ideologia em geral, no atual estágio das Ciências Sociais (e não nos propondo a uma abordagem nesta linha), devemos ressaltar, contudo, que - de direito - o estatuto da prática ideológica, para alcançar rigoroso esclarecimento, implicaria na construção duma teoria da totalidade social"⁽³³⁾.

Feitas as ressalvas, podemos apontar alguns aspectos do problema que precisam ser trabalhados, mesmo nesta abordagem provisória. Ao menos quatro desses aspectos são básicos para encaminhar a discussão: a amplitude do conceito; onde está presente a ideologia num texto (no seu sentido mais amplo possível); a determinação da ideologia e, finalmente, o espaço social ocupado pela ideologia.

Quanto à primeira questão - a amplitude do conceito - mesmo dentro de uma perspectiva marxista existem discordâncias. De um lado, o conceito é utilizado numa concepção ampla, não levando imediatamente em conta o (des)valor cognitivo da ideologia. De outro lado, o termo é usado em sentido restrito, devido justamente à consideração do (des)valor cognitivo⁽³⁴⁾.

⁽³³⁾ TOLEDO, Caio Navarro de ISEB: Fábrica de Ideologias, São Paulo, Ática, 1977, p. 20.

⁽³⁴⁾ Althusser acredita que o próprio Marx fazia esta confusão na Ideologia Alemã: "... precisamente en su formulación equívoca y engañosa de La Ideología Alemana donde desempeña, bajo una sola denominación, dos papeles diferentes, el de una categoría filosófica por una parte (ilusión, error), y el de un concepto científico por otra (formación de la superestructura)..." ALTHUSSER, Louis, "Ciência e Ideologia" in ——. Elementos de Auto Crítica, Barcelona, Editorial Laia, 1975, p. 28-29. Carlos Nelson Coutinho, no seu texto crítico contra Althusser, também aponta as diferenças de amplitude no uso do conceito de ideologia "essa ambigüidade terminológica não aparece apenas nos discípulos, mas também em Marx, Engels e Lenin". COUTINHO, Carlos Nelson, "As contradições de Luis Althusser" in ——. O Estruturalismo e a Miséria da Razão, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972, p. 216. Esta opinião - do uso diferenciado em Marx, Engels e Lenin - não é compartilhada por outros dois marxistas. Schaff que afirma a utilização restrita da noção em Marx e Engels e a ampla em Lenin e em muitos marxistas contemporâneos - SCHAFF, Adam, História e Verdade, Lisboa Editorial Estampa, 1974, p. 155/171 - e Hahn: "El concepto, el término "ideología" es empleado más bien en un doble sentido. En primer lugar, para caracterizar aquella que Marx y Engels entendieron concretamente por conciencia falsa. En segundo lugar, sin embargo, este término aparece en la literatura marxista designar la conciencia social de una clase". HAHN, Erich, Contribución a la Crítica de la Conciencia Burguesa, in LENK, Kurt, El Concepto de Ideología, Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1974, p. 139.

A concepção ampla sugere que a ideologia é uma forma de conhacer, mas, como já foi dito acima, não discute o caráter deste conhecimento. Esta concepção engloba, em princípio, automas como Gramsci e Lenin. Nesta perspectiva, Antonio Gramsci identifica ideologia e concepção de mundo e Lenin fala em ideologia e ideologia científica, apontando a base de conhecimento sobre a qual é elaborada a ideologia proletária⁽³⁵⁾.

A definição restrita do termo - para a qual a ideologia é um conhecimento sempre falseado - por sua vez, assume duas formas distintas e inconciliáveis. Uma corrente mais antiga que emprega o conceito, igualando-o ao de falsa consciência e cutra mais recente que critica esta assimilação, mas vê a ideologia como conhecimento deformado. É esta a posição de Louis Althusser, Nicos Poulantzas, Eliseo Veron etc.

Em um dos seus inúmeros textos sobre ideologia, Althusser, depois de enfatizar o caráter de representações da ideologia, escreve: "... estas representações não constituem um conhecimento verdadeiro do mundo que representam. Podem conter elementos de conhecimento, mas estão sempre integrados e submetidos ao conjunto de sistemas das representações, que é necessariamente um sistema orientado e falseado, um sistema dominado por uma falsa concepção do mundo"⁽³⁶⁾.

[35] A afirmação de Gramsci - "... uma ideologia, se ao termo se dá precisamente o significado mais alto de uma concepção de mundo que se manifesta na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas..." - e a discussão que propõe sobre o conceito de ideologia -, onde diz: "o mesmo significado que assumiu o termo ideologia na filosofia da Praxia contém implicitamente um juízo desfavorável..." GRAMSCI, A., Obras Escolhidas...p. 32 e 102 respectivamente.

Já Lenin, quando fala em ideologia científica, automaticamente amplia o conceito igualando-o ao de consciência social de classe, pois como observa Schaff: "Admitindo, pelo contrário, como prévia a tese que a ideologia é, por definição, uma falsa consciência, a expressão ideologia científica contém uma contradição in a dicto". SCHAFF, A. ob. cit. p. 164.

[36] ALTHUSSER, Louis e outros, A Polêmica Sobre o Humanismo, Lisboa, Editorial Presença, sem data p. 195. O texto citado é encontrado, quase integralmente, em outro escrito do pensador francês, ALTHUSSER, Louis, "Marxismo, Ciência e Ideologia" (xerox), p. 34.

Poulantzas sintetiza a proposta desta corrente em um texto um pouco longo onde trata tanto dos aspectos agora discutidos, como aponta outros que serão mais tarde enumerados: "O que quer dizer que as ideologias se reportam, em última análise ao vivido humano, sem se encontrarem, por isso reduzidos a uma problemática do sujeito-consciência. Este imaginário social, com função prático social real, não é de modo algum, redutível à problemática da alienação, à da falsa consciência.

Segue-se, por um lado, que a ideologia (...) é necessariamente falseada. A sua função social não é oferecer aos agentes um verdadeiro conhecimento da estrutura social, mas simplesmente instruí-los de algum modo nas suas atividades práticas que suportam esta estrutura. Precisamente em virtude da sua determinação pela sua estrutura, o todo social mantém-se ao nível do vivido opaco para os agentes, opacidade esta sobredeterminada nas sociedades divididas em classes, pela exploração de classes e pelas formas que esta exploração assume a fim de poder funcionar no todo social"⁽³⁷⁾.

A citação é importante, pois engloba múltiplos problemas: o caráter deformante da ideologia, a negação de igualar este conceito à falsa consciência (por causa da questão sujeito-consciência), a determinação da estrutura social, a sobredeterminação da estrutura de classes e a relação ideologia-nível do vivido. Deixando de lado estes três últimos aspectos, que depois retomaremos, devemos prosseguir na discussão sobre a recusa destes autores em utilizar a igualdade ideologia falsa consciência e com este fim, recorreremos às análises de Gabriel Cohn que se detêm na questão.

Cohn, após citar um texto de Althusser, observa as hesitações com que o autor se debate e aponta os retrocessos do autor

[37] POULANTZAS, Nicos "O Estado Capitalista e as Ideologias" in ——. Poder Político e Classes Sociais, São Paulo, Editora Martins Fontes, 1977 p. 201. Também Veronrega o conceito de falsa consciência: "Longe de ser um subproduto que determina a falsa consciência social, a ideologia é então o modo natural de existência da dimensão significativa dos sistemas de relações sociais. VERON, Eliseo, "Ciência e Ideologia: para uma Pragmática das Ciências Sociais" in ——. Ideologia, Estrutura e Comunicação, São Paulo, Cultrix, sem data, p. 188.

de "Pour Marx" em relação às formulações de Jean Piaget sobre ideologia-discutidos anteriormente pelo professor da USP -: "Em primeiro lugar a aversão de Althusser (e a dos seus seguidores) ao "historicismo" informa a sua rejeição da noção de "consciência social" (ou mais precisamente, "socialmente determinada") enquanto conceito teórico. Em consonância com isto, ele não admite que sequer lhe escape da pena a expressão "falsa consciência" (também "socialmente determinada") como referida a uma discussão básica da ideologia"⁽³⁸⁾.

Mas a rejeição althusseriana (e destes outros autores) ao conceito de falsa consciência, à noção de consciência socialmente determinada e ao historicismo tem, na sua base a negação das classes sociais como sujeito da história. Miriam Limoeiro, de pois de falar da preocupação constante de Althusser em apontar o erro historicista de designar as classes como sujeito da história e mostrar como o pensador francês coloca neste lugar as relações de produção (da forma como são pensadas por ele), afirma categoricamente: "para fugir à classe-sujeito retira o papel teórico à classe e diz que sujeitos são as relações de produção, relação técnica. Em última instância, pois, ficou a técnica, a que custou se conseguiu romper com o historicismo". Um pouco antes, neste mesmo texto, a autora estranha que a concepção de estrutura social presente em "Ideologia e os Aparelhos Ideológicos de Estado" não ache lugar para as classes sociais⁽³⁹⁾.

⁽³⁸⁾ Na mesma página, Gabriel Cohn continua sua crítica ao texto citado: "... as duas coisas estão ligadas, de sorte que não é acidental que se comece o argumento pela recusa da noção de consciência como pertinente à análise da ideologia, e se termine falando em "vontade", "esperança" e "nostalgia". COHN, Gabriel, Sociologia da Comunicação: Teoria e Ideologia, São Paulo, Pioneira, 1973, p. 145. Achemos interessante transcrever parte do trecho althusseriano: "Convencionou-se dizer que a ideologia pertence à região consciência... Na verdade, a ideologia pouco tem com a consciência supondo-se que esse termo tenha um sentido unívoco (...) Ela é profundamente inconsciente mesmo quando se apresenta (...) refletida. A ideologia é, antes de tudo, um sistema de representações, mas essas representações no mais das vezes nada têm a ver com a consciência". ALTHUSSER, Louis apud. COHN, Gabriel. ob. cit. p. 144.

⁽³⁹⁾ CARDOSO, Miriam Limoeiro, ob. cit. p. 44. A estranheza de Miriam Limoeiro está elaborado do seguinte modo: "como em todas as análises que vimos vendo até agora, este esquema apresentado por Althusser também não acha lugar para as classes sociais como parte da totalidade que representa a sociedade, e que não pareçam estar de modo algum apegadas da reflexão em que todas estas formulações buscam apoio". CARDOSO, M. L. ob. cit. p. 38.

A recusa do conceito falsa consciência, deste modo, não pode ser entendida como coisa isolada; ela tem implicações profundas para a compreensão do termo ideologia em Althusser, Poulantzas e Veron, criando uma barreira intransponível entre esta aceção e a que, ao compactuar com esta a ênfase no (des)valor cognitivo, tem como ponto central a utilização do conceito falsa consciência e de todos aqueles elementos renegados ou subestimados pela posição anterior. Vejamos resumidamente esta "posição".

O ponto de partida da "posição" - que engloba autores tão diversos como Marx, Engels, Goldmann, Lukács e os pensadores da Escola de Frankfurt - é dada por Marx e Engels quando desenvolvem o conceito de ideologia como crítica da consciência burguesa. Primeiro, Marx e Engels demonstram a ilusão da autonomia absoluta das idéias e do caráter "ideológico" dos intelectuais que não pensam as idéias como ligados à vida material, chegando ao conceito de consciência socialmente determinada, para depois apontar a falsidade da ideologia burguesa a qual, expressando seus interesses particulares como interesses gerais, constitui-se em falsa consciência. Esta tem, como base os interesses de classe que, consciente ou inconscientemente, deformariam e limitariam o conhecimento da classe⁽⁴⁰⁾.

(40) Estas afirmações são feitas a partir de textos dos autores que fazem parte da bibliografia deste trabalho. Não entramos em detalhes aqui sobre as divergências existentes entre os autores enumerados acima, dado o caráter conciso destas linhas e a convicção de que apesar destas discordâncias podemos englobá-los, em termos gerais, numa mesma "posição".

Cabe uma última observação, quanto à questão da deformação e limitação do conhecimento, para evitar equívocos inaceitáveis como aquele em que cai Machado Neto ao criticar a identificação de ideologia=falsa consciência por seu "pan-ideologismo". Ou seja, por negar todo o valor cognoscitivo das determinadas manifestações espirituais. MACHADO NETO, Antonio Luis, Formação e Temáticas da Sociologia do Conhecimento, Salvador, UFBa., 1970, p. 51-73. Muitos textos dos próprios Marx e Engels (e de outros autores marxistas) poderiam ser citados para refutar o tal "pan-ideologismo" visto pelo pensador egológico, que confunde o marxismo com um determinismo econômico. Escolhamos o seguinte texto de Lefebvre que parece uma resposta intencionalmente formulada (e que restringe a discussão ao um texto básico citado por Machado Neto): "a continuação do texto, na mesma obra de Marx (A Ideologia Alemã) retifica notavelmente essa teoria extremista. A ideologia, referida a suas condições reais, deixa de ser inteira ilusão e falsidade completa". E continua Lefebvre: "Em que consiste, então? Em uma teoria que ignora seus pressupostos, sua base e seu significado, que permanece sem relação racional com a ação, isto é, sem consequências divergem da expectativa e das previsões. Ou ainda, em uma teoria que generaliza o interesse particular de uma classe, servindo-se de meios tais como as abstrações, ou representações e deformações, os fetichismos". LEFEBVRE, Henri. Sociologie de Marx, Rio de Janeiro/São Paulo, Forense, 1988, p. 47. Neste texto logo depois, Lefebvre enumera as características das ideologias para Marx. É En

Pelas formulações acima, mesmo resumidas e algo superficiais, podemos perceber como a elaboração conceitual de ideologia agora leva em conta e tem por base, elementos como falsa consciência, consciência social historicamente determinada, classes sociais, interesses de classe etc. Estamos, portanto, na pre sença de duas posições inconciliáveis que, ao se aproximarem quanto a amplitude do conceito, distanciam-se profundamente quan to à sua construção.

São justamente estas duas "posições" que ocupam o cerne e in dicam nossa segunda questão - onde está presente a ideologia num texto (no seu sentido mais amplo). Para aprofundar esta ques tão, novamente nos valem os livros de Cohn que discute algo por menorizadamente este ponto.

No decorrer do capítulo "Teoria e Ideologia", Gabriel Cohn diferencia as posições "estrutural" e "crítica", designando-as por termos que apontam a característica básica de cada posi ção. A postura "estrutural" incorpora autores como: Althusser, Veron, Poulantzas e a "crítica" está ligada aos pensadores da Escola de Frankfurt. A "corrente" número um define a estrutura como "local" próprio da ideologia num texto, conforme indi ca Veron "... a ideologia não é um corpo de proposição (mensa gens) e não reside no conteúdo manifesto das proposições, mas reside no sistema de regras semânticas que o emissor aplica para construir as mensagens. A ideologia é um sistema de codificação da realidade, e não um conjunto determinado de mensagens codifi cado com esse sistema"⁽⁴¹⁾. A posição crítica, que reúne, se gundo acreditamos, os autores ligados à concepção ampla de ideo logia e aqueles que trabalham com a identidade ideologia=falsa

⁽⁴¹⁾ VERON, E. ob. cit. p. 185. Em Poulantzas, a seguinte passa gem é bastante sugestiva sobre o problema: "Isto quer dizer que a estrutura do discurso ideológico e o discurso científico são fundamentalmente diferentes", POULANTZAS, N. ob. cit. p. 202. Em Althusser, de forma mais matizada, temos: "Elas (as representa ções da ideologia) são no mais das vezes imagens, às vezes con ceitos, mas é antes de tudo como estruturas que elas se impõem à imensa maioria dos homens, sem passar à sua consciência", ALTHUS SER, Louis apud COHN, G. ob. cit. p. 144. Como veremos mais adi ante, existem significativas diferenças entre Veron e Althus ser em conceber o espaço social destas estruturas.

consciência, obviamente privilegiam, com raras exceções, o conteúdo como local de presença ideológica no texto. Uma dessas exceções é o pensador francês Lucien Goldmann que opera simultaneamente com as noções de estrutura e consciência social como diretrizes da análise⁽⁴²⁾.

A terceira questão - sobre a determinação da ideologia -, no caso das correntes que consideram o (des)valor cognitivo, assume o aspecto de causa da deformação ideológica, mas isto não alija os que, como Gramsci e Lenin, não levam em conta tal (des)valor imediatamente na sua concepção de ideologia. Estes procuram a determinação da ideologia - no sentido amplo - na estrutura e interesses de classe. Como também o fazem os autores que identificam ideologia=falsa consciência. Mas, antes de discutirmos estes últimos, vejamos rapidamente como os "estruturalistas" se definem na questão.

Pelo longo texto, anteriormente citado, de Poulantzas podemos perceber que também aí eles fazem jus ao termo que estamos utilizando para designá-los. O autor vê na determinação da estrutura social e na sobredeterminação da estrutura de classes (quando estamos numa sociedade de classes) as causas da deformação ideológica. Logo a deformação está presente em todas as sociedades, mesmo nas sem classes.

Althusser concorda por completo com as teses de Poulantzas e afirma: "Só uma concepção ideológica do mundo pode conceber sociedades sem ideologias e admitir a idéia utópica de um mundo onde a ideologia (e não qualquer das suas formas históricas) de

[42] COHN, G. ob. cit. p. 156-157, coloca concisa e objetivamente a perspectiva de Goldmann. Já Gramsci, que se posiciona ao lado da ideologia-conteúdo, faz uma interessante observação sobre o assunto: "Se é verdade que cada linguagem contém os elementos de uma concepção do mundo e de uma cultura, será também verdade que a partir da linguagem de cada um se pode julgar a maior ou menor complexidade da sua concepção do mundo". GRAMSCI, A. Obras Escolhidas ..., p. 27-28.

aparecem sem deixar rastro para ser substituída pela ciência"⁽⁴³⁾. Talvez aí, estejam as pistas para esclarecer a não presença das classes sociais na estrutura social esboçada por Althusser em "Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado", ainda que, em outros textos, pense as ideologias na sociedade de classes como ideologias de classe.

Para os autores, que trabalham a questão ideologia a partir do conceito falsa consciência (e para os que utilizam uma concepção ampliada), a determinação (e a causa de deformação para os primeiros) da ideologia está, - em geral -, em três aspectos correlacionados - a ilusão da autonomia do pensamento, os interesses de classes e a reprodução ao nível do pensamento da visão fenomênica do real⁽⁴⁴⁾ - que são enfatizados de formas variadas nos diversos autores.

As exposições anteriores já trataram de alguns pontos acima, por isso faremos rápidas reafirmações sobre eles e nos deteremos mais no último aspecto que só agora aparece em nosso texto.

[43] ALTHUSSER, Louis, "Marxismo e Humanismo" in ALTHUSSER, L. e Outros, ob. cit. p. 27-28. No mesmo livro, nas páginas 201/202, Althusser escreve "mas em qualquer sociedade, existam ou não classes, a ideologia subsiste como forma necessariamente de formada. E o efeito de deformação pode ser maior ou menor e subsiste inevitavelmente enquanto subsistir a causa, a natureza estrutural da sociedade, que produz a ideologia como um dos seus efeitos orgânicos (...) Nas sociedades de classes esta primeira deformação fundamental combina-se com uma outra deformação suplementar que domina a primeira (...) Numa sociedade de classes a ideologia é sempre uma ideologia de classe ...". Althusser num texto recente procura aprofundar a causa central da deformação: "ora, retorno aqui uma tese que já formulei: não são as condições de existência reais, o seu mundo real, que os homens se representam na ideologia. Mas é a relação dos homens com estas condições de existência que lhes é representada na ideologia(...) é a natureza imaginária desta relação que fundamenta toda a deformação imaginária que se pode observar em toda a ideologia...". ALTHUSSER, Louis, Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado, Lisboa, Editorial Presença, 1972, p. 81. Miriam Limoeiro, depois de falar da determinação e da determinação, diz: "Anotemos que não é último fator determinante ou mais importante, porque está se pensando a ideologia em geral". Após a citação a autora polemiza a tese (da natureza imaginária) althusseriana e procura demonstrar a construção tautológica da tese. CARDOSO, M. Limoeiro, ob. cit. p. 55-56.

[44] HAHN, E. ob. cit. p. 123-136 sistematiza e desenvolve estes três aspectos.

Como os interesses das classes sociais são diferentes e mesmo con
traditórios, a influência de seus pontos de vista sobre as atitu
des cognitivas dos homens tem resultados diferentes na produção
de conhecimentos (e em algumas classes levam necessariamente a
um falseamento, causa da deformação ideológica)⁽⁴⁵⁾. Mas inde
pendente do falseamento, os interesses de classe estão na base
da consciência social historicamente determinada.

Justo por desconhecer este caráter de consciência socialmen
te determinada, a consciência julgada autônoma (e portanto ideo
lógica) pode erigir os interesses particulares de uma classe es
pecífica como interesses gerais de todos os homens⁽⁴⁶⁾. Aí te
mos outra determinação da ideologia e outra causa de sua deforma
ção, para os autores que trabalham com o sentido restrito do ter
mo.

(45) Ver: HAHN, E. ob. cit., SCHAFF, A. ob. cit., LOWY, Michael,
"Objetividade e Ponto de Vista de Classe nas Ciências Sociais"
in LOWY, M. ob. cit. p. 11-36 e PARANHOS, Adalberto "Consciência
de Classe e Consciência Possível" - Revista de Cultura Vozes,
Petrópolis, Vozes, 1976 (outubro) p. 8-9.

(46) Vários textos podem servir de exemplo desta determinação, des
de o clássico: "La división del trabajo solo se convierte en ver
dadera división a partir del momento en que se separa el trabajo
físico y el intelectual. Desde este instante, puede ya la con
ciencia imaginar-se realmente que es algo más y algo distinto que
la conciencia de la práctica existente, que represente realmente
algo sin representar algo real..." MARX, C. e ENGELS, F., ob.
cit. p. 32 até um texto mais moderno: "Debería reservar-se el
nombre de ideología - frente al de verdad - para el saber que no
tiene conciencia de su dependencia - y, sin embargo, es penetra
ble ya para la mirada histórica -, para el opinar que, ante el
conocimiento más avanzado, ha acabado de hundir-se en la aparen
cia". HORKHEIMER, Max. "Ideología y acción" in HORKHEIMER,
Max e ADORNO, Theodor, Sociológica, Madrid, Taurus, 1971, p.
67. Também uma carta de Engels a Mehring é elucidativa: "A ideo
logia é um processo que o presumível pensador segue, sem dúvida
conscientemente, mas com uma falsa consciência. As verdadeiras
forças motrizes que o impelem lhes são desconhecidas, pois, se
assim não fosse, não se trataria de um processo ideológico".
ENGELS, Friedrich, "Carta a Mehring de 14 de julho de 1893" in
MARX, Karl e ENGELS, Friedrich., Sobre Literatura e Arte, Li
boa, Editorial Estampa, 1974, p. 44.

Podemos passar ao último aspecto apontado acima - a relação da ideologia com o real e a forma de concepção do real presente nestes autores - que, junto aos dois outros anteriormente discutidos, completam o quadro de determinação da ideologia. Segundo estes autores, independente da concepção de real específica de cada um, a ideologia, por ser o pensamento de uma classe e por depender da posição que esta classe ocupa na estrutura social, tende a reproduzir a aparência fenomênica do real, entendida como fetichizada, reificada ou alienada⁽⁴⁷⁾.

A ideologia que tem na base esta "realidade" não se confunde com ela. A diferenciação fica patente na seguinte formulação de Adorno: "o fetichismo da mercadoria não é um fato da consciência, mas é produtor da consciência"⁽⁴⁸⁾. As formulações de Marx sobre o "fetichismo da mercadoria" também servem para diferenciar os dois planos: "A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho (...). Uma relação social definida, estabelecida entre os homens assume a forma fantasmagórica de relação entre coisas(...). Chamo a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias"⁽⁴⁹⁾.

⁽⁴⁷⁾ O fetichismo, a alienação e a reificação são fenômenos aproximados (às vezes até iguais), mas suas formulações são (também às vezes) bastante desiguais. Ver GOLDMANN, L. ob. cit. p. 109 e segs. KONDER, Leandro, Marxismo e Alienação, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965 (especialmente o capítulo 1). O debate destas diferenças e semelhanças foge amplamente os limites deste trabalho.

⁽⁴⁸⁾ ADORNO, Theodor apud COHN, G. ob. cit. p. 128. Também podemos sentir esta diferenciação na afirmação de Konder: "A ideologia é uma forma de pensamento estruturalmente comprometida com a alienação". KONDER, L. ob. cit. p. 49 e no texto de HAHN, E. ob. cit. p. 125 e 128.

⁽⁴⁹⁾ MARX, Karl, "O Fetichismo da Mercadoria: seu Segredo" in O Capital, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975 (livro 1) p. 81.

Esta aparência fenomênica da realidade penetra na consciência dos diversos grupos e classes sociais de forma diferenciada. Alguns grupos tendem a incorporar esta aparência fenomênica do real e produzir um discurso no nível também fenomênico; outros grupos, pelo lugar ocupado no modo-de-produção e pela sua prática, são levados a superar esta visão fenomênica e elaborar um discurso que não seja prisioneiro deste nível⁽⁵⁰⁾. Ao contrário, a ideologia, tomando o imediato como essencial, o aparente como o real, tende a reproduzir e ter explícita ou implicitamente no centro do seu texto esta visão fenomênica do real que, entendida como fetichismo, alienação ou reificação, é necessariamente formada e falseadora. Por outro lado, esta aparência-fetichizada, alienada ou reificada seria a forma natural na captação imediata do real, marcando profundamente as formas do pensamento imediato, como, por exemplo, o senso comum (que, entretanto, não pode ser reduzido a simples produto desta aparência).

Finalmente chegamos à última questão - o espaço social ocupado pela ideologia - e, neste aspecto, as posturas não são marcantes. De um lado, a ideologia parece confundir-se com a própria realidade e de outro, ela, distinguindo-se da realidade, está difusa e penetra toda a realidade.

No caso inicial, talvez Antonio Fausto Neto inclua Veron ao escrever "Dessa forma, a postura de Veron ultrapassa a concepção de ideologia elaborada por Althusser, pois para o semiólogo argentino, a ideologia, não só opera nos termos das representações, mas é algo mais amplo que se instaura ao longo de toda formação social". Esta colocação parece reforçada pelas palavras do próprio Veron (citado páginas depois por Fausto): "a ideologia está no interior do próprio processo de produção capitalista"⁽⁵¹⁾.

(50) Ver GOLDMANN, L. ob. cit. p. 138 e segs. HAHN, E. ob. cit. p. 130 e segs. Num escrito do jovem Marx, lemos: A classe possuidora e a classe proletária representam a mesma alienação humana. Mas a primeira sente-se à vontade nesta alienação; encontra nela uma confirmação (...) a segunda sente-se aniquilada nesta alienação, vê nela a sua impotência e a realidade de uma existência inumana", in MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, A Sagrada Família, Lisboa, Editorial Presença, 1976, p. 53.

(51) FAUSTO NETO, Antonio, Cordel e a Ideologia de Punição, Brasília, Meatado de Comunicação da UCB., 1977, p. 14 e 16.

Outro autor - Adorno - bastante distante de Veron, também parece que, em alguns momentos dos seus trabalhos, aproxima-se de uma identificação tipo "real ideológica", mas a dúvida é logo desfeita por Cohn, citando o próprio pensador alemão: "Posto que ideologia e realidade convergem de tal forma: posto que a realidade (...) se torna sua própria ideologia, não seria necessário mais do que um diminuto esforço do espírito para expulsar essa aparência simultaneamente onipotente e nula; mas isso parece o mais difícil"⁽⁵²⁾.

Tanto em Veron, como em Adorno ou ainda em Marcuse é difícil afirmar, sem mais, uma identificação ideologia-realidade, pois esta posição pode ter elementos que permitam uma confusão com aquela outra - a ideologia está na realidade. Assim, apesar de distintas, as posições são de difícil diferenciação.

Em geral, os autores concordam que a ideologia está na realidade, mesmo porque os produtos espirituais são parte da realidade. A verdadeira discussão é: que regiões da realidade são permeadas pelo ideológico. As formulações de Althusser quanto a materialidade da ideologia apontam esta preocupação com o espaço social onde se localiza a ideologia, também a diferenciação dos graus de elaboração da ideologia - realizada por Gramsci demonstra a presença da questão. Mas como pretendemos apenas levantar a diferenciação/semelhança nas diversas concepções de ideologia, evitamos discutir mais detalhadamente este ponto e passamos a fazer uma opção, desde já considerada provisória e não conclusiva, sobre o conceito de ideologia que deve ser utilizado neste trabalho.

(52) COHN, G. ob. cit. p. 153-154 ou na tradução brasileira HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor, Temas Básicos da Sociologia, São Paulo, Cultrix, 1973, p. 203. A convergência real/ideologia (e o real tornado ideologia) parece ser esclarecida pela ligação feita por Adorno e Horkheimer entre propaganda e ideologia. Para uma discussão de outro pensador - Marcuse - que se aproxima bastante desta identidade, ver HABERMAS, J. ob. cit. Neste texto, Habermas critica e mostra as contradições da assimilação feita por Marcuse, para a sociedade industrial, da técnica e ciência e ideologia.

7. Anteriormente já afirmamos que a categoria gramsciana da hegemonia explica a ideologia como forma de poder. Cabe, a partir do exposto, buscar uma categoria explicativa da ideologia enquanto forma de conhecer. Com este objetivo, faremos inversamente o caminho desenvolvido até aqui.

A aceitação da proposta: a ideologia está no real - torna necessária uma delimitação das formas assumidas pela ideologia. Dois momentos parecem marcar as possíveis formas: um primeiro momento, de elaboração e difusão como material simbólico e, um segundo momento de concretização ideológica, ou seja, de passagem do modo espiritual para efetivar-se em comportamentos, atos, formas de organização etc. O material simbólico pode, por sua vez, constituir-se prioritariamente ou de idéias ou de comportamentos representados e impregnados de ideologia pelos quais ela se transmite.

Se a ideologia está no real, ela não se identifica integralmente com ele. O real é construído por um complexo processo de múltiplas, contradições: natureza-sociedade, classe dominante-classe dominada (nas sociedades de classe), determinação do social-intervenção no social etc. Numa formação social específica, como já vimos, a infra e supraestrutura têm que estar organicamente relacionadas, nas sociedades de classe esta relação orgânica é alcançada pela "construção" do real, praticada principalmente pelas classes dominantes. "Na medida em que toda sociedade tem uma classe dominante e que a mesma organiza, através de diferentes aparatos jurídico-políticos e ideológicos o conjunto de atividade social, é evidente que a prática de todos os agentes, qualquer que seja a sua posição de classe, será uma prática correspondente, em última análise, aos interesses da classe dominante"⁽⁵³⁾.

Mas, como o conhecer ideológico é um modo não contraditório de dar-se conta de um mundo de contradições, a intervenção de ideológico no real, não produz esta identidade, dada a impossibilidade da construção de um real não contraditório - no caso

(53) CASTELLS, Manuel apud TOLEDO, N. de, ob. cit. p. 22.

não antagônico - dentro dos limites da sociedade dividida em classes ⁽⁵⁴⁾. Assim se a sociedade de classes "produz" ideologia, ela também impossibilita a identificação do real com o ideológico. O real é um processo complexo, marcado por múltiplas contradições e, na sociedade de classes, sobredeterminado por sua contradição antagônica e pela luta de classes daí decorrente.

A ideologia, então, somente no momento simbólico "resolve" as contradições encobrendo-as e no momento de sua concretização encontra limites justo nas contradições não elaboradas pelo conhecimento ideológico. Além disto, sendo a ideologia um conhecimento fenômeno da realidade, ela não pode dar conta desta realidade que é a unidade do fenômeno e da essência, conforme a *Dialética do Concreto* de Karel Kosik.

A realidade, determinada pelo modo de produção e resultado das múltiplas contradições apontadas, mostra-se como fenômeno: claro-escuro de verdade e erro, cujo elemento próprio é o duplo sentido, posto que o fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. "Por isso, a praxis utilitária imediate e o sensu comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade" ⁽⁵⁵⁾.

Agora que temos uma concepção mais rica da aparência fenômenica do real, podemos discutir a forma imediate de conhecimento de todos os homens: o sensu comum. Pelo que escrevemos "... descobriu-se de fato que no sensu comum havia uma certa dose de experimentalismo e de observação direta da realidade, se bem que empírica e limitada" ⁽⁵⁶⁾. Mas como o próprio Gramsci aponta o (54)

"Em suma, a ideologia é o meio de dissolver contradições insolúveis pela palavra, pelo pensamento, seu objetivo consciente em dar-se conta, de modo não contraditório, de um mundo de contradições..." GORZ, André apud COHN, G. ob. cit. p. 146.

⁽⁵⁵⁾ KOSIK, Karel, *Dialética do Concreto*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 10. Sobre a realidade como unidade do fenômeno e essência, ver especialmente o capítulo 1: "O Mundo da Pseudo Concreticidade e sua Destruição", p. 9-20.

⁽⁵⁶⁾ GRAMSCI, A., *Obras Escolhidas* ..., p. 66. Ver também PORTELLI, H. ob. cit. p. 24-27.

senso comum não é integralmente esta visão fenomênica da realidade. Ele, como visão fragmentária e não articulada, compõe-se de outros elementos, além dos provenientes deste "experimentalismo". Estes elementos são, de um lado, as tradições e, de outro, partes da ideologia predominante em dada formação social. Resumidamente, o senso comum é este complexo não uniforme de múltiplos elementos que cada camada ou grupo social possui de forma diferenciada e que é próprio, com alterações históricas, de toda e qualquer sociedade com ou sem classes.

Devemos fazer ainda duas observações: em primeiro lugar, tanto os sentidos comuns como as ideologias variam com as diferentes classes e grupos sociais, pois mesmo compartilhando de uma realidade única (a da formação social específica), estes grupos vivem realidades particulares, dado que, a realidade geral é contraditória: "... para a classe dominante a realidade que ela percebe e trabalhava sua consciência é a realidade da expansão do sistema em que ela é dominante, sem se colocar a dominação como fato, muito menos a dominação como problema; para a classe dominada, a sua realidade vivida é a realidade da dominação que ela sofre, mas que só passa a ser realidade da sua consciência em fases avançadas da sua formação como classe (...) o fato de as classes formarem um sistema, que faz com que uma realidade única as permeie, conduz a que a realidade da consciência de cada uma das classes não se refira à "sua classe", mas à relação entre as classes" (57).

Em segundo lugar, fica patente, pelo exposto, a desigualdade da ideologia/senso comum, ainda que ela esteja presente no senso comum. Um fator de diferenciação importante entre estes dois tipos de conhecimento é dado pela necessidade ou não do trabalho dos intelectuais - no sentido gramsciano do termo. O senso comum, prescinde quase totalmente do trabalho dos intelectuais, devido a ser a forma natural de conhecer de qualquer homem. Somente naqueles elementos da tradição e da ideologia dominante presentes no senso comum é que se pode detectar a necessidade de um trabalho intelectual "especializado". Já a ideologia

(57) CARDOSO, M. L. ob. cit. p. 65.

é produto dos intelectuais de determinada classe (intelectuais criadores) num primeiro momento - o que chamamos há pouco de momento simbólico - e só, numa etapa posterior, pelo trabalho dos intelectuais organizadores e educadores desta mesma classe, torna-se comum aos homens em formas e graus variáveis.

A íntima e imprescindível relação entre a produção ideológica e os intelectuais é indicada por Marx em inúmeras passagens onde ele discute a ligação classe social-consciência. Numa carta enviada a Paul Annenkov, Marx faz os seguintes comentários sobre as idéias (consciência) de Proudhon: "o que ele não compreende é que os homens, de acordo com suas faculdades, produzem também as relações sociais nas quais produzem o tecido e o linho. E compreendeu menos ainda que os homens produzem as relações sociais de acordo com a sua produtividade material, criam também as idéias, as categorias, ou seja, as expressões abstratas ideais dessas mesmas relações sociais. Estas categorias são, portanto, tão pouco eternos como as relações que exprimem. São produtos históricos e transitórios (...). Não vê, portanto, além do horizonte burguês"⁽⁵⁸⁾. Em "O 18 de Brumário de Luís Bonaparte" Marx concretiza ainda mais esta relação que estamos estudando entre grupo social-intelectuais-consciência.

No texto citado, Marx diz: "... O que nos torna representantes da pequena burguesia é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa os limites que esta não ultrapassa na vida, de que são consequentemente impelidos, teoricamente, para os mesmos problemas e soluções para os quais o interesse material e a posição social impelem, na prática, a pequena burguesia. Esta é,

(58) Algumas páginas depois, Marx conclui: "... Da cabeça aos pés, o Sr. Proudhon é o filósofo e o economista da pequena-burguesia (...). Um pequeno-burguês desse tipo glorifica a contradição porque a contradição é a base de sua existência". MARX, K. e ENGELS, F., Cartas Filosóficas e Outros Escritos ..., p. 21 e 24. Outra passagem de Marx, com respeito aos economistas burgueses, também enfatiza esta ligação "... por sua consciência burguesa, essas formas, que trazem a marca da dependência a uma formação social onde o processo de produção, domina os homens e não os homens o processo de produção, são considerados também naturais como o trabalho produtivo mesmo". MARX, Karl apud. LOWY, M. ob. cit. p. 75.

em geral, a relação que existe entre os representantes políticos e literários de uma classe e a classe que representam"⁽⁵⁹⁾.

A problemática da relação entre intelectuais-grupos sociais tem uma de suas melhores formulações nos escritos do sociólogo Lucien Goldmann. Preocupado com a produção cultural e suas bases sociais, Goldmann considera que os intelectuais (criadores particularmente) são aqueles indivíduos que, por uma série de qualidades, conseguem captar melhor os anseios, interesses, pensamentos, sentimentos existentes e difusos em determinado grupo social e sintetizá-los, de forma coerente, em termos conceituais e/ou em termos sensitivos. Por sua vez, os intelectuais organizadores e educadores são aqueles que melhor tornam efetiva, na prática, esta consciência do grupo social. "Disso resulta que os indivíduos excepcionais exprimem a consciência coletiva melhor e de maneira mais precisa do que os outros membros do grupo e disso resulta, por conseguinte, que é preciso inverter totalmente a maneira historiográfica tradicional de colocar o problema das relações entre o indivíduo e a sociedade"⁽⁶⁰⁾.

No fundo, a proposta de Goldmann enfatiza uma íntima conexão entre a consciência social e os grupos sociais, pois estes são "o sujeito" daquelas manifestações de consciência. Estas idéias, como também os trechos citados de Marx conduzem-nos a uma análise de determinação da ideologia e voltamos às duas posições anteriormente formuladas: a determinação da estrutura (e sobredeterminação da estrutura de classes) e a da determinação (principalmente) da estrutura e dos interesses de classe⁽⁶¹⁾.

⁽⁵⁹⁾ MARX, Karl, "O 18 Brumário de Luis Bonaparte" in MARX, Karl, O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, p. 48.

⁽⁶⁰⁾ GOLDMANN, L. ob. cit. p. 21, Ver também GOLDMANN, Lucien, Crítica e Dogmatismo na Cultura Moderna, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973 (especialmente o capítulo IV, "O sujeito da criação cultural").

⁽⁶¹⁾ A importância do conceito de classe social para o estudo da ideologia não está só neste nível: "... A compreensão da ideologia (...) depende essencialmente da compreensão que se adote da estrutura; e mais ainda porque a chave da diferenciação das interpretações da ideologia reside nas concepções de classe social". CARDDSO, M. ob. cit. p. 51.

Optar por esta última postura significa restringir a ideologia enquanto forma específica de conhecimento, às sociedades de classes. Esta delimitação, segundo pensamos, não corre os riscos apontados páginas atrás por Althusser - "só uma concepção ideológica do mundo pode conceber sociedades sem ideologia" - porque, limitando a ideologia às sociedades de classes, não estamos automaticamente aceitando que as sociedades sem classe tornem-se fenomenicamente transparentes (ou seja, que a essência apareça, sem mais, de forma imediata no fenômeno). Isto só ocorre se pensamos uma rígida dualidade ciência/ideologia e não admitimos outras maneiras de conhecer, como o senso comum, que conforme o dito, é uma complexa reunião de informações falsas e verdadeiras, constante em toda e qualquer sociedade e que não se confunde integralmente com a ideologia.

Acreditamos que, feitas todas estas diferenciações e enumeradas determinações da ideologia que têm na base as classes sociais, longe de cair numa concepção ideológica, é possível uma utilização melhor delineada do conceito. Bem como entender as sagens de Marx/Engels, como: "Mas qualquer que tenha sido a forma que esse antagonismo tomaram, a exploração de uma parte da sociedade por outra é um fato comum a todas as épocas anteriores. Portanto, não é espantoso que a consciência social de todos os séculos, a despeito de sua multiplicidade e variedade, se tenha movido sempre dentro de certas formas comuns, de certas formas de consciência que só poderão desaparecer com o total desaparecimento dos antagonismo de classe"⁽⁶²⁾.

Feita a escolha e limitado o uso do conceito ideologia às sociedades de classe, devemos fazer outras delimitações para concretizar nosso estudo. Como estamos trabalhando com comunicação,

(62) MARX, K. e ENGELS, F., "Manifesto do Partido Comunista" in ———, Cartas Filosóficas e Outros Escritos,, p. 103. Marx escreve em *O Capital*: "A estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico, no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado". MARX, K., *O Capital*, ...p. 88. Também Hahn fala do fim da ideologia, citando Engels: "Engels escreve que 'se põe fim' a toda ideologia quando el hombre toma conciencia de que condiciones de vida materiales determinan el curso de los procesos de pensamiento que se desarrollan en su cabeza". HAHN, E., ob. cit., p. 130.

situamo-nos naquilo que denominamos momento simbólico da ideologia e, mais particularmente, nas mensagens. "A análise da comunicação deve ser imanente àquilo que é comunicado - as mensagens - e as inferências sociologicamente relevantes somente podem ser formuladas através do uso sistemático da categoria ideologia" (63).

Uma questão importante coloca-se desde já: onde está presente a ideologia que deve ser detectada pela análise imanente das mensagens? Quando enumeramos as questões pertinentes à ideologia e descrevemos a posição dos diversos autores, falamos em duas posições: estrutural e a crítica, conforme proposição de Cohn. Parece claro que qualquer trabalho empírico de análise de uma mensagem tem normalmente de optar, por uma ou outra alternativa, ou ainda tentar alguma síntese destas posições. Como, nos limites deste trabalho, não nos propomos a este estudo empírico, a resolução do problema deixa de ser imprescindível e podemos afastá-lo sem uma discussão mais profundada, como seria necessária àquela trabalho.

No entanto, impõe-se uma pequena formulação, mesmo proliminar, sobre o assunto. Em uma análise ideológica de mensagens, julgamos importante apontar aquilo que chamamos princípios básicos e que podem estar ou não presentes no texto (sentido amplo da palavra). Eles são os pressupostos gerais, a partir dos quais se constrói a parte ou o todo do texto.

Estes pressupostos básicos são gerados levando em conta a posição ocupada pelas respectivas classes e grupos sociais e de finem/limitam as possibilidades/tendências da consciência social destes grupos e classes. A burguesia, por exemplo, tem princíplos básicos derivados: da sua situação de classe dominante em geral e de classe dominante específica. Eles - os pressupostos - servem de base a uma consciência burguesa específica (burguesia brasileira, por exemplo) desenvolvida a partir deles e das relações e lutas dela com os outros grupos sociais num processo histórico particular.

Como princípios básicos comuns a todas as classes dominantes temos, para citar alguns: considerar a propriedade (63)

privada como natural, aceitar a desigualdade real entre os homens, pensar sua dominação como eterna e natural, rejeitar os interesses antagônicos de grupos sociais e lutas de classe etc. Este último princípio básico, por exemplo, marca o pensamento ideológico: "a ideologia (...) não admite no seu seio a contradição, ela tenta resolvê-la pela sua ausência"⁽⁶⁴⁾. Isto permite ao pensamento ideológico supor que fala em nome dos interesses gerais e não de interesses particulares. Os princípios fundamentais do liberalismo, apresentados por Luis Antonio Cunha, individualismo, igualdade, liberdade, propriedade e democracia, podem ser, em termos gerais, considerados princípios básicos da consciência burguesa, enquanto classe dominante particular⁽⁶⁵⁾. Deste modo, o liberalismo, conjugando princípios básicos comuns a todas as classes dominantes e os particulares de uma classe dominante específica, funda a base da consciência burguesa em geral. Na história, a consciência burguesa terá desdobramentos desiguais, que levam, em maior ou menor grau, estes princípios em conta a depender das lutas de classes específicas, só abandonando estes princípios em momentos excepcionais⁽⁶⁶⁾.

Os princípios ou pressupostos delimitam as tendências e também os limites da consciência possível de uma determinada classe, impondo a ela uma forma específica de conhecer o mundo. Temos, então, para cada classe uma concepção de mundo particular, uma forma própria de visão de mundo fundada em princípios básicos que derivam da sua posição na formação social historicamente determinada.

(64) POULANTZAS, N., ob. cit. p. 202. Pourprix, na sua "Leitura Política de Mickey", aponta três pilares de sustentação das histórias deste personagem: a propriedade, a autoridade e a segurança. Pensadas em termos gerais, estas idéias podem ser consideradas comuns à todas as classes dominantes. POURPRIX, B. "Leitura Política de Mickey", Cadernos do Ceas, Centro de Estudos e Ação Social, 1977 (nº 40), p. 50-59.

(65) CUNHA, Luis Antonio, "A Educação e a Construção da Sociedade Aberta" in ———, Educação e Desenvolvimento Social no Brasil, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975, p. 28-34.

(66) Pensamos que os trabalhos de Marx e Engels desempenham papel similar em relação à consciência operária.

No caso da burguesia, como sua concepção de mundo é baseada em princípios como aceitação real e negação ideal da exploração-antagonismo de classe, acreditamos poder identificar concepção de mundo (ou consciência) burguesa=falsa consciência. Isto nos parece possível e é explicado porque mesmo quando a burguesia era classe revolucionária - tendo conseqüentemente a consciência mais ampla deste momento histórico - "... ela queria ao mesmo tempo a revolução artifeudal e sua dominação como classe explorada" (67). A utilização do conceito falsa consciência não significa falsidade total, nem muitos menos que esta consciência não seja a mais adequada possível à burguesia neste momento ou em época posterior, quando esta classe já deixou de ser a classe revolucionária. "Este proceder recoge conseqüentemente el principio de que no es la ideología la que es falsa, sino su pretensión de estar de acuerdo con la realidad" (68), ou melhor, com o antagonismo real da sociedade de classes, pois a ideologia está sempre de acordo com a "realidade da dominação" e com a expansão desta "realidade".

A opção pela categoria da falsa consciência para explicar a ideologia como forma de conhecer, deve-se a uma série de pontos já desenvolvidos e particularmente a dois elementos que nos impossibilitam de aceitar uma concepção de ideologia próxima à corrente althusseriana. Primeiro, porque para utilizarmos a categoria indústria cultural, fundamental em nosso trabalho, não podemos rejeitar o conceito de consciência socialmente determinada, conforme a formulação de Cohn: "Na realidade, uma premissa básica desse enfoque é a de que a consciência social é um produto de uma configuração econômico-social historicamente dada, e que ela produz, por sua vez, os seus próprios sujeitos concre

(67) LOWY, M. ob. cit. 34. Ver também LUKÁCS, Georg. "A Consciência de Classe" in LUKÁCS, Georg e Outros, Estrutura de Classes e Estratificação Social, Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p. 34-43.

(68) ADORNO, Theodor, "La Crítica de la Cultura y la Sociedad" in ———. Prismas, Barcelona, Ariel, 1962, p. 26.

tos. Sem essa premissa não se poderia conceber a construção do conceito de indústria cultural"⁽⁶⁹⁾.

Em segundo lugar, diversos autores apontam problemas nas concepções althusserianas de ideologia com respeito à ideologia da classe dominada, o que torna problemático um estudo dos efeitos ideológicos de indústria cultural sobre a consciência operária, por exemplo. Apesar de passagens como esta: "Embora a ideologia expresse em seu conjunto uma representação do real destinada a consagrar uma exploração e uma dominação de classe, ela pode também, em certas circunstâncias, servir para a expressão de protestos das classes contra a própria exploração"⁽⁷⁰⁾, as formulações de Althusser são criticadas, por Miriam Limoeiro e Caio Navarro, justamente por não se referirem à ideologia em geral, como pretende o autor, mas à ideologia da classe dominante. "De outro lado, ao atribuir, na sociedade de classes, à ideologia das funções de coesão e manutenção da estrutura social (...) bem como a de "representação necessariamente falseada do real"(...) está - se assumindo, sem dúvida, a perspectiva da ideologia das classes dominantes. Desta forma, não se poderia, rigorosamente, falar da ideologia em geral, mas, sim, de uma ideologia particular - a ideologia da classe dominante"⁽⁷¹⁾.

⁽⁶⁹⁾ COHN, G. ob. cit. p. 153. Nesta página, Cohn rebate a redução da corrente crítica ao historicismo operada por Poulantzas: "É inegável, com efeito, que a dimensão histórica ocupa lugar central nessa modalidade de análise, mas ela é concedida de modo que o caminho entre ela e o "historicismo", tal como foi caracterizado acima (segundo Poulantzas), é mais longo do que se poderia supor".

⁽⁷⁰⁾ ALTHUSSER, L., *Marxismo, Ciência e Ideologia*, ob. cit. p. 41.

⁽⁷¹⁾ TOLEDO, C. N. de ob. cit. p. 21. As críticas de Limoeiro são: "como aparelho de Estado a ideologia só pode ser a ideologia dominante (...) Clarificando o pensamento, já o simples enunciado da função de coesão da ideologia indica que Althusser trabalha com a ideologia dominante como se fosse a ideologia em geral (...). Parece-me que Althusser reitera na discussão da função gnoseológica da ideologia a perspectiva que assumira quando tratava da função de coesão: a perspectiva da ideologia dominante nas sociedades de classe (...) O conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado, portanto, não é apenas perturbador metodologicamente, como chega mesmo a confundir a análise teórica. Quanto ao segundo problema, estamos novamente face à impossibilidade de pensar ideologias não dominantes, e desta vez sem nenhuma saída à vista (...). É por que, assumindo única e exclusivamente o ponto de vista da ideologia dominante, não há como teoricamente encontrar onde colocar a dominação (da forma pela qual ela é sofrida e como possa ser rejeitada) e a transformação, que são exatamente os elementos que a ideologia dominante não percebe, e assim, não formula". CARDOSO, M. L. ob. cit. p. 52-55-56 e 58 respectivamente.

Daí decorre uma inflexibilidade quanto à questão da imposição ideológica. Fausto Neto, a este respeito, fez o seguinte comentário: "Parece-nos, assim, que Gramsci "fura" a rigidez althusseriana-da relação classe dominante versus classe dominada- ao reconhecer o caráter dinâmico da luta de classes, e especialmente o fato de que esta visão mecânica abstrai as instâncias de formação ideológica ao nível das classes subalternas"(72). Assim é praticamente impossível desenvolver nosso trabalho dentro dos limites das formulações althusserianas e de sua corrente.

8. Finalmente, podemos sintetizar nossas conclusões provisórias a respeito do conceito de ideologia. Conforme o discutido, "a ideologia tem, portanto, um uso duplo: exerce-se sobre a consciência dos explorados para lhes fazer aceitar como natural a sua condições de explorados; e sobre a consciência dos membros da classe dominante para lhes permitir sentir como natural o exercício da sua exploração e do seu domínio, em função da estrutura global da sociedade"(73).

Resumindo, esta ação da ideologia sobre a consciência dos dominantes é compreendida pela categoria da falsa consciência que explica a ideologia enquanto forma de conhecer e a intervenção da ideologia na consciência dominada é entendida pela categoria da hegemonia que explica a ideologia como forma de poder.

(72) FAUSTO NETO, A. ob. cit. p. 25.

(73) ALTHUSSER, L. A., Polêmica Sobre o Humanismo p. 199 - 200. Lefebvre faz a seguinte sugestão sobre o tema: "As ideologias de classe elaboram três imagens da classe que luta pela dominação: uma imagem por e para ela mesma, que a exalta; uma imagem dela mesma para os outros grupos e classes, que a engrandece; uma imagem das outras classes e grupos, que os deprecia diante de todos, os desvaloriza a seus próprios olhos, abate-os e faz deles vencidos antes de combate ou sem combate". LEFEBVRE, H. ob. cit., p. 55.

CAPÍTULO III

HISTÓRIA E COMUNICAÇÃO NO CAPITALISMO

1. Nos capítulos anteriores, delimitamos uma série de elementos e definimos algumas propostas para o estudo da comunicação. No capítulo primeiro, sugerimos pensar a comunicação a partir das determinações infra e supraestruturais que atuam sobre ela e da ação inversa da comunicação sobre a totalidade social. No capítulo seguinte - o número dois -, depois de apontar, em termos teóricos, as determinações infra e supraestruturais numa sociedade específica - a capitalista -, anotamos a importância assumida por algumas regiões supraestruturais, em particular a cultural/ideológica, e discutimos elementos - hegemonia e falsa-consciência - que permitam o estudo da relação consciência social-comunicação.

Agora, buscamos concretizar estas propostas e elementos pelo estudo da relação História e Comunicação no Capitalismo, a ser realizada, em termos genéricos, neste capítulo. Para isto, tomamos como ponto inicial do texto, a invenção da Imprensa que além de ser um dos acontecimentos básicos da História da Comunicação, situa-se no momento de formação da sociedade capitalista.

2. Os séculos XV, XVI e XVII se caracterizam pelo declínio do feudalismo e ascensão do capitalismo e, apesar das polémicas de como pensar o período (e as causas principais da queda feudal), podemos firmar alguns pontos: a sociedade capitalista não nasce no seio do feudalismo, mas tem suas principais elementos formados nesta grande fase de transição, que vai do século XV ao XVII⁽¹⁾ e tem as seguintes características principais: expansão do comércio; ampliação do mundo conhecido (descoberta da América etc); modificações na produção, que ganha caráter mercantil; (re-)surgimento das cidades e aparecimento de novas camadas e grupos sociais. Estas mudanças infraestruturais determinam alterações, em quantidade e qualidade, da comunicação; tornam-se necessários os papéis comerciais e bancários e as informações econômicas.

⁽¹⁾ Sobre a polémica - Sweezy e Dobb - de como pensar este período e das causas do declínio feudal, bem como para uma caracterização geral destes séculos ver SWEZZY, Paul e outros. Do Feudalismo ao Capitalismo. São Paulo, Martins Fontes. 1977.

Paralelamente ocorrem modificações políticas, em especial o nascimento dos estados nacionais, sob os reis absolutos⁽²⁾. Os estados-nações agem sobre a comunicação criando novas necessidades, como a de papéis administrativos e facilitando a comunicação através da estruturação das vias de transportes e dos correios, como ocorre na França, em 1576. Também outras características da transição afetam os meios e as mensagens: inicialmente, nas cidades italianas onde os comerciantes-banqueiros dominam econômica e, às vezes, politicamente e depois em outras regiões da Europa, desenvolve-se uma cultura secular contraposta à cultura religiosa, própria do feudalismo. Para a formação desta cultura renascentista, contribuem, além das alterações econômicas e políticas, as universidades, nascidas na fase final do feudalismo, que despertam interesses por problemas seculares e formam um público leitor reduzido, mas significativo, se pensarmos na ignorância quase absoluta dos não religiosos durante o período feudal. As crises religiosas - reforma protestante, contra-reforma católica etc. - além de "quebaram" o monopólio cultural da igreja católica, impõem o desenvolvimento da evangelização. Todos estes elementos criam novas determinações sobre a comunicação, seja na sua utilização religiosa, seja na demanda de livros seculares etc.

A conjugação dos elementos enumerados (o econômico - determinante -, o político, o cultural) com possibilidades técnicas já existentes permitem a síntese que é a invenção da imprensa. Esta não é algo inexplicável, mas produto de necessidades sociais historicamente existentes, que só podem ser percebidos, se não isolamos arbitrariamente a comunicação do social⁽³⁾. Em resumo,

(2) Ver polêmica sobre o caráter do absolutismo. HILL, Christopher "Comentário" in SWEZZY, P. e outros ob. cit. p. 169-174.

(3) Alguns autores tratam o nascimento da imprensa de forma extremamente diferenciada. IPANEMA, Marcello e IPANEMA Cybelle de História da Comunicação, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1967, se preocupam em demonstrar o seu caráter de síntese de técnicas já existentes; MELO, José Marques de, Sociologia da Imprensa Brasileira, Petrópolis, Vozes, 1973, enfatiza as necessidades sociais. Ver também SCHRAMM, Wilbur, "Seu desenvolvimento" in STEINBERG Charles, Meios de Comunicação de Massa, São Paulo, Cultrix, sem data e RIZZINI, Carlos, O Jornalismo Antes da Tipografia, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968.

a imprensa decorre de determinações econômicas e político/culturais (renascença, universidades e religião).

A igreja, por motivos culturais/ideológicos, e outras instituições, por motivações prioritariamente econômicas, são as principais responsáveis pela grande expansão da imprensa, de 1450 até o final deste século, quando já existem 1.200 oficinas em 247 cidades européias - 78 destas italianas - 35.000 edições e 20 milhões de incunábulo publicados⁽⁴⁾.

Nos séculos seguintes - XVI e XVII - a expansão da imprensa é "atrofiada", pois "tanto a Igreja, quanto os governantes civis, abandonam a posição inicial de tolerância e marcham para um controle rigoroso da sua expansão"⁽⁵⁾. O controle é exercido, pela igreja e pelos reis absolutos, de duas formas: pela concessão do direito de propriedade e pela censura. Estes problemas, os altos custos e o restrito mercado são os fatores explicativos para o retardamento do jornal impresso que só aparece, em 1605 - mais ou menos 150 anos depois do surgimento da imprensa -, numa cidade da mercantil Bélgica, o "Newe Tijdinghe". No geral, o jornal impresso é quase sempre um jornal oficioso que relata os acontecimentos permitidos e delimitados para ele⁽⁶⁾.

3. Na sociedade, importantes transformações estão ocorrendo e afetam o espaço social da comunicação. O predomínio do comércio é cada vez maior, particularmente depois da incorporação às suas rotas do novo mundo e do oriente. Algo novo e de grande importância começa a acontecer na produção, definindo o nascimento da totalidade capitalista, aqui entendida como determinada por um modo de produção particular. "Se falarmos do Capitalismo como modo de produção específico, segue-se que não podemos datar a aurora desse sistema a partir dos primeiros sinais do aparecimento do comércio em larga escala e de uma classe mercantil, nem podemos falar de um período especial de "capitalismo mercantil", como fizeram muitos. Temos de buscar o início do período capitalista apenas quando as mudanças no modo de produção ocorrem, no sen

(4) Dados de RIZZINI, C. ob. cit. e MELO, J. M. ob. cit.

(5) MELO, J. M. ob. cit. p. 50.

(6) Sobre a fase inicial do jornalismo impresso ver IPANEMA, M. e IPANEMA, C. ob. cit. p. 48-50.

tido de uma subordinação direta do produtor a um capitalista (...) na segunda metade do século XVI e início do XVII, quando o capital começou a penetrar na produção em escala considerável..."⁽⁷⁾.

A penetração do capital na produção inicia a segunda fase da transição entre o feudalismo e o capitalismo. Dobb, em outro livro, aponta as características dos dois períodos: "Na primeira destas fases, o pequeno produtor obteve a sua emancipação, parcial ou completa, das obrigações feudais que sobre ele pesavam. Na segunda, foi separado da sua propriedade nos próprios meios de produção (a sua pequena porção de terra, o seu gado e utensílios agrícolas ou de artesanato), e tornou-se dependente do trabalho assalariado para conseguir a subsistência. Foi este o processo que Marx descreveu como de "acumulação primária" (ou "acumulação original"), que deu origem à criação de um proletariado"⁽⁸⁾.

Esta segunda fase cria as bases do novo modo de produção e da totalidade social correspondente, mesmo que subsistam resquícios feudais, só destruídos nos principais países europeus com a revolução francesa e, posteriormente, nas nações periféricas da Europa, como por exemplo, a Rússia.

O avanço do capital sobre a produção é apenas o início do capitalismo, que, para se consolidar, tem que realizar a revolução industrial e a revolução política burguesa. Para atingir estas metas, nem sempre conscientes, a burguesia avança economicamente - e utiliza a imprensa para atender estas necessidades sociais - e político/culturalmente; mas, neste caso, é impedida de usar a imprensa, sendo forçada a procurar outras formas de comunicação ou lutar para poder utilizá-la.

Entre as maneiras encontradas pela burguesia para seu desenvolvimento político-cultural e também econômico, através da comunicação, temos: 1 - a utilização das cartas manuscritas para transmissão de informações e opiniões - as cartas de notícias - e depois, na segunda metade do século XVIII, o quase profissionalismo da correspondência entre os iluministas e os altos burgueses, os déspotas esclarecidos etc. As cartas de notícias, com o correr

⁽⁷⁾ DOBB, Maurice, "O Capitalismo" in ——. A Evolução do Capitalismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1971, p. 30-31.

⁽⁸⁾ DOBB, Maurice, Capitalismo Ontem e Hoje. Lisboa, Editorial Estampa, 1972, p. 30-31.

dos tempos, modificam-se e, por vezes, tornam-se gazetins - gazetas manuscritas - com organização semi-profissional, com administradores, funcionários, correspondentes, assinantes e com circulação clandestina⁽⁹⁾; 2 - a impressão do jornalismo político-literário burguês na Holanda, país de mercadores, onde, desde meados do século XVII, não existe censura e na Inglaterra, onde a burguesia fez uma "revolução" política com compromissos e, desde 1695 vive relativa liberdade, o que permite, no século XVIII, uma intensa atividade jornalística burguesa; 3 - na França, a burguesia, além de imprimir no estrangeiro, usa de outros meios para transmitir suas idéias/informações: de um lado, tenta burlar a censura, como no "processo de remissão usado na Enciclopédia de Diderot e D'Alembert, onde um verbete insuspeito remetia a outro, que remetia a um terceiro e a um quarto - cada um desmentindo um pouco -, até que o verbete original fosse inteiramente refutado"⁽¹⁰⁾; de outro lado, publicando, na fase imediatamente anterior à revolução, de forma clandestina, seus impressos na França.

As publicações tem como funções, além da transmissão das informações econômicas: criar e/ou desenvolver e expressar uma consciência da classe da burguesia ascendente; buscar a direção político/cultural dos outros setores sociais, em particular daquelas que tem acesso à cidadania; e "lutar" culturalmente contra a aristocracia, o absolutismo e a religião. Luis Costa Lima diz "... estamos a lidar com o período em que a burguesia, através de seus representantes mais avançados, formula e desenvolve sua consciência classista (...) O jornal, para eles, não é apenas um meio a mais de expressão, mas sim o meio ao qual aclimatam sua expressão. O escritor vê-se menos como criador do que como disseminador de idéias"⁽¹¹⁾.

(9) Ver RIZZINI, C. ob. cit. p. 59-104.

(10) OS IMPASSES da Cultura". Visão, agosto de 1973, p. 104.

(11) LIMA, L. C. "Comunicação e Cultura de Massa" in LIMA, L. C. e Outros Teoria da Cultura de Massas. Rio de Janeiro, Saga, 1969 p. 29. IPANEMA, M. e IPANEMA, C. ob. cit. p. 73, escreve: "De fato, a França, antes da revolução, conheceu algumas dezenas de publicações. Destas, algumas, pelas suas características ou por que as redigia, ganharam notoriedade singular e ajudaram à preparação do espírito da nação para a nova época".

Não só o jornal cumpre estas funções; outras publicações desde a Enciclopédia até, como anota Costa Lima, o "almanaque" e o "cancioneiro" difundem as idéias iluministas. Mas as modificações que ocorrem nos jornais ~~os tornam~~ meios adaptados à nova tarefa. "Em seu primeiro século, foi o jornal, essencialmente, um boletim de notícias. Os folhetos políticos circulavam à parte e, não raro, sub-repticiamente, porque o conteúdo político dos jornais era controlado pelas autoridades. No século XVIII, juntaram-se essas funções da imprensa e, assim, nasceu o jornal partidário. Um jornal de opinião, que assumiu do volante e do folheto a tarefa de representar o descontentamento político"⁽¹²⁾.

A antiga forma de conceber autoritariamente a imprensa ce de lugar à concepção de jornalismo da burguesia ascendente, baseada na "livre concorrência" de opiniões num "mercado aberto"⁽¹³⁾. Este, análogo ao mercado da teoria do capitalismo liberal, pelo choque de opiniões diversas, produz sempre um consenso - pois é pensado como racional e sem antagonismos de interesses. O consenso ou opinião pública serve politicamente como base legitimadora do novo poder político e deslegitimadora do poder absoluto derivado da divindade. Aliás, a noção de público e de opinião estão estreitamente ligados ao projeto burguês de sociedade. Sobre o termo opinião, Gabriel Cohn observa: "Podemos encarar a emergência da noção de opinião como o resultado da secularização daquela de consciência religiosa individual. Essa secularização necessariamente vincula-se à valorização dos "bens terrenos"; ou, em termos mais diretos, ela abre caminho para a construção do tríplice pilar sobre o qual se edificaria o pensamento liberal: individualismo, no plano social; propriedade, no econômico; e opinião, como correlato de cidadania, no político. Dada a íntima interdependência desses três aspectos, têm-se as bases para a formulação - e efetivação - do projeto de uma sociedade civil do tipo capitalista"⁽¹⁴⁾.

⁽¹²⁾ SCHRAMM, W. ob. cit. p. 74.

⁽¹³⁾ Ver MEDINA, Cramilda de A. "Conceito de Mensagem Jornalística como Informação" in ——. Notícia: um produto à Venda: Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial. São Paulo, Alfa-Omega, 1978, p. 22.

⁽¹⁴⁾ COHN, Gabriel, Sociologia da Comunicação: Teoria e Ideologia, São Paulo, Pioneira, 1973, p. 33-34.

4. A opinião pública assume formas complexas e diferenciadas, a depender dos países onde ela se desenvolve e das maneiras como se dá a luta de classes. Na Inglaterra, a reivindicação da livre empresa exprime a clareza e a força de uma burguesia ascendente, mas, dadas as condições específicas da luta contra a aristocracia, não existe uma contrapartida a isto, em termos políticos. As instituições políticas inglesas, bem sedimentadas, são flexíveis para absorver os membros dos novos grupos sociais, por um processo de fusão neutralizadora, e para continuar sustentando a supremacia do parlamento sobre a sociedade civil. "Essa concepção era oposta àquela que viria à tona na Revolução Francesa, da representação direta, e é por isso mesmo que a noção de opinião pública como fonte de legitimidade do poder e como respaldo de reivindicações grupais aparece de modo mais consequente na França pré-revolucionária"⁽¹⁵⁾. Aí a burguesia desenvolve uma longa "guerra de posições", dirigindo intelectual e moralmente a sociedade civil - como nota Gramsci - e impondo a predominância da sociedade civil sobre a política, o que permite a derrubada do poder aristocrático e ascensão política da nova classe dominante sem os "compromissos" presentes na Inglaterra.

A direção intelectual e moral burguesa, na França pré-revolucionária, pode ser pensada a partir dos seguintes indicadores: 1 - a secularização da cultura, confirmada por Hobsbawm: "O ateísmo declarado ainda era relativamente raro, mas entre os eruditos, escritores e cavalheiros que ditavam as modas intelectuais do final do século XVIII, o cristianismo franco era ainda mais raro. Se havia uma religião florescente entre a elite no final do século XVIII, esta era a maçonaria racionalista, iluminista e anti-clerical"⁽¹⁶⁾. A secularização pode ser também comprovada pela diminuição de importância do livro religioso, iniciada no

(15) COHN, G. ob. cit. p. 32.

(16) HOBSBAWN, Eric A Era das Revoluções. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 240. Duas páginas depois o autor observa: "Assim, o triunfo imbuíu a Revolução Francesa de ideologia moral-secular ou agnóstica do iluminismo do século XVIII, e desde que o idioma daquela revolução se transformou na linguagem geral de todos os movimentos sociais revolucionários subsequentes, também lhes transmitiu este secularismo".

século XVII, em relação aos livros profanos, principalmente na França, Espanha, Inglaterra e Holanda.⁽¹⁷⁾; 2 - o predomínio da arte burguesa e consequente declínio da arte aristocrática. Pois "é fato bem conhecido que o desenvolvimento da arte cortesã, desde o fim da Renascença, chegara no século XVIII a um ponto morto e fora superado pelo subjetivismo burguês, que, de maneira geral, domina ainda hoje a nossa concepção de arte"⁽¹⁸⁾; 3 - a liderança alcançada pela burguesia sobre os outros setores do terceiro estado e mesmo sobre setores da aristocracia que adotavam as concepções intelectuais e morais da burguesia.

A importância da direção cultural - produção e imposição da consciência burguesa - faz que alguns autores vejam a questão com certo exagero e da seguinte forma: "Sem a imprensa é possível que tivéssemos tido o iluminismo, mas é muito para duvidar que ocorressem algum dia a Revolução Francesa ou a Revolução Norte-Americana"⁽¹⁹⁾. Mas, de qualquer forma, eliminadas as especulações, a passagem serve para enfatizar a importância da imprensa - do jornal, folheto e livro - antes e durante a Revolução Francesa, quando, inclusive os grandes líderes revolucionários são quase todos também jornalistas e a utilização do folheto e do jornal - foi feita intensamente⁽²⁰⁾. O jornal e o livro, junto com a maçonaria, são os principais meios para divulgação das idéias iluministas, bem como, para a "exportação" dos ideais da Revolução Francesa⁽²¹⁾.

(17) MELO, J. M. ob. cit. p. 42. Na página anterior, Melo dá a percentagem de livros/conteúdo para o século XV: religiosos (45%), literários (30%), Direito (10%) e obras científicas (10%).

(18) HAUSER, Arnold. História Social da Literatura e Arte. São Paulo, Mestre Jou, 1972, tomo II, p. 645. Também a saudação do ano de 1789, por praticamente todos os artistas e intelectuais da Europa é indicador desta direção cultural. HOBBSBAWN, E. ob. cit. p. 290.

(19) SCHRAMM, W. ob. cit. p. 69.

(20) IPANEMA, M. e IPANEMA, C. ob. cit. pp. 78-788 citam os revolucionários e seus jornais, falam da importância dos veículos, de sua quantidade e da preocupação, de controlar a imprensa, entre facções adversárias.

(21) Sobre a função da maçonaria, ver HOBBSBAWN, E. ob. cit. p. 37, e, com respeito a "exportação" da revolução, ver IPANEMA, M. e IPANEMA, C. ob. cit. p. 78 e o interessante e detalhado estudo da influência francesa na primeira revolução social brasileira, MATTOS Florisvaldo A Comunicação Social na Revolução dos Alfaiates, Salvador, UFBA., 1974.

5. Se, por um lado, as bases político-culturais do predomínio burguês são firmadas pela Revolução Francesa, as bases econômicas deste predomínio são estabelecidas pela Revolução Industrial inglesa que ocorre, mais ou menos, simultaneamente. O capital industrial surge, segundo Marx, Swezzy e Dobb, de duas formas: a primeira, considerada não revolucionária, embora de sempenhe na história um papel de transição, consubstancia-se quando uma fração da classe mercantil passa a investir diretamente na produção; a segunda, entendida como a via revolucionária, é pensada de maneiras diferentes por Dobb e Swezzy, que pretendem estar se apoiando em Marx. Para Dobb, esta via concretiza-se pela diferenciação entre os produtores, tendo alguns deles acumulado capital e começado a organizar a produção, em moldes capitalistas, livre das restrições artesanais dos guilta (corporações). Swezzy entende o surgimento revolucionário do capital industrial, como utilização de capital disponível em empreendimentos novos, que não passem por estágios intermediários de organização, mas tenham, imediatamente, uma organização capitalista⁽²²⁾.

A Revolução Industrial, nas suas primeiras décadas, passa despercebida, mesmo para visitantes estrangeiros. A Inglaterra impressiona o mundo, antes de tudo, pelo seu intenso comércio e o cidadão típico inglês é o comerciante e não o industrial. As redicais modificações que estão se dando com a agricultura, a mineração e manufatura não são ainda suficientemente amplas para suplantar a aparência de "nação dos lojistas".

A peculiar dispersão das manufaturas, na Inglaterra, por todo interior contribui para a permanência desta imagem, mas permite que, unindo manufatureiros e donos de terra beneficiados por esta localização, seja possível uma aliança pela qual a maior parte da Inglaterra apoia uma política pró-industrial. Esta política industrial, assumida pelo Estado, e o intenso comércio interno e externo são apontados por Hobsbawm, como as causas da Revolução Industrial inglesa. Diz o autor: "Podemos, pois, resumir o papel dos três principais setores da demanda na gênese do

(22) Sobre a polêmica, ver SWEZZY, P. e outros ob. cit. p. 50-55 e 74-75; DOBB, M. "O Surgimento do Capital Industrial" in ——. A Evolução do Capitalismo... p. 156-218 e SWEZZY, P. "Karl Marx e a Revolução Industrial" in ——. Capitalismo Moderno, Rio de Janeiro, Graal., 1977, p. 131-149.

industrialismo. As exportações, apoiadas pelo auxílio sistemático e agressivo do governo, proporcionaram a centelha e constituíram - juntamente com a produção textil do algodão - o setor básico da industrialização. Além disso, conduziram a importantes melhorias do transporte marítimo. O mercado interno proporcionou a base geral para a economia industrializada em grande escala e (através do processo de urbanização) incentivou grandes melhorias do transporte terrestre, uma importante base para o carvão e para algumas importantes inovações tecnológicas. O governo dava apoio sistemático a comerciantes e manufatureiros, além de incentivos de modo algum desprezíveis para a inovação técnica e para o desenvolvimento de indústrias de bens de capital"⁽²³⁾.

A Revolução Industrial, que logo se expande aos principais países europeus, significa a consolidação do capitalismo e a solidificação do modo de produção específico da burguesia, apoiado na unidade de produção coletiva e em larga escala da fábrica, efetuando o rompimento definitivo entre produtor e meios de produção, com o estabelecimento ampliado da relação de salário.

Para Marx, um dos pontos centrais da Revolução Industrial é a substituição do trabalho manual pela máquina e a reação em cadeia, provocada pela mecanização, sobre todos as esferas da vida humana. Nas palavras de Marx: "Uma transformação radical no modo de produção em uma esfera da indústria envolve transformações semelhantes em outras esferas (...) a revolução nos modos de produção da indústria e da agricultura tornou necessária a revolução nas condições gerais do processo social de produção, isto é, nos meios de comunicação e transporte..."⁽²⁴⁾. De fato, os transportes, ainda antes da era das ferrovias, que está para começar, sofrem modificações substanciais. A viagem de Londres a Glasgow, por exemplo, é reduzida de 10 ou 12 dias para 62 horas, entre a década de 1760 e o final do século e este período pode ser considerado de transportes rápidos e abundantes, se comparado com épocas anteriores, como o mundo feudal e mesmo o século XVI.

⁽²³⁾ HOBBSBAWM, Eric. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. Rio de Janeiro, Forensas, 1978, p. 48.

⁽²⁴⁾ MARX, K. apud. SWEZZY, P. ob. cit. p. 137-138.

Duas modificações importantes atuam sobre a comunicação, ainda não tocada pelas alterações tecnológicas. "A expansão do comércio e da indústria; o processo de urbanização, com seus correlatos, a secularização e a individualização; a crescente importância de uma burguesia autônoma em contraposição à antiga sociedade cortesã; o deslocamento para essa área social de oportunidades de lazer; a expansão da alfabetização e a gradativa incorporação das mulheres no círculo de leitoras: tais são, em resumo, os fatores que dão sentido à idéia, nova na época, de um público, cujas preferências deveriam ser levados em conta na produção e difusão de uma cultura de base literária. Assiste-se, nesse período, à emergência de dois fenômenos complementares, na esfera cultural das nações européias mais avançadas: a ampliação numérica e diversificação qualitativa de um público leitor, por um lado, e o aparecimento da figura do artista - sobretudo do escritor - profissional, voltado para um mercado ao qual lhe dava acesso o novo editor - empresário, que substituíra o mecenas aristocrático de outrora"⁽²⁵⁾. No entanto, a tiragem média de livros na Inglaterra, do século XVIII, é de mais ou menos 1.000 exemplares, sendo maior do que a tiragem média francesa. Isto significa que, se as alterações anotadas iniciam-se no século XVIII, elas só ganham força sob o impacto da dupla revolução - reunião da Revolução Francesa e revolução inglesa, segundo Hobsbawm.

As modificações, apontados por Gabriel Cohn, têm implicações profundas para a relação do capital com a esfera cultural da atividade humana, pois elas são os momentos iniciais do avanço capitalista sobre a produção da cultura, esfera anteriormente acreditada imune à mercantilização por teóricos do porte de Adam Smith, por exemplo. Até o final do século XVII e princípios do século seguinte, só o opúsculo de edificação religiosa tem público mais amplo, com o século XVIII, o livro secular ganha, cada vez mais, público. Em meados deste século, principalmente na Inglaterra, o novo público leitor - classe "média" abastada - já é suficientemente numeroso para permitir aos escritores a sua manutenção e, conseqüentemente, o final do mecenato. Antes, porém, da concretização desta mudança de dependências - do mecenas para o mercado - o criador cultural vive momentos transitórios, se

(25) COHN, G. ob. cit. p. 54.

ja quando procura vender seus produtos a um público consumidor conhecido, seja quando se liga aos jornais partidários da época (e recebe favores dos grupos políticos). Mas, a fase de transição logo é superada e o que vai prevalecer é a dependência do criador ao mercado, isto é, o avanço do capital sobre a produção cultural. Hauser, sintetizou assim a questão: "Até ao meado do século XVIII, os escritores não viviam dos lucros diretos das suas obras, mas de pensões, benesses e sinecuras que frequentemente nada tinham que ver com o valor intrínseco das suas obras ou o acolhimento que lhes era feito. Agora, pela primeira vez, a produção literária é um artigo de consumo, cujo valor é regulado pela sua negociabilidade no mercado livre"⁽²⁶⁾. Enfim, às determinações políticos/ideológicos da cultura/comunicação, juntam-se de terminações econômicas.

6. No período que vai do final do século XVIII até 1830, a burguesia, com avanços e retrocessos, aos poucos consolida seu poder político-cultural - particularmente com os movimentos de 1830 - e seu poder econômico, com a ampliação da industrialização e do mercado capitalista. O avanço industrial, devido, nesta fase, quase exclusivamente ao ramo têxtil, é instável e ainda limitado pelas características próprias deste tipo de industrialização: exigência de investimentos relativamente pequenos e de desenvolvimento técnico reduzido. Não devemos esquecer, porém, que somente deste modo é a indústria historicamente possível neste momento, e que ela representa uma nova relação econômica entre os homens, um novo modo de produção, um novo ritmo de vida, uma nova sociedade e a possibilidade de uma nova industrialização, com bases bastante mais sólidas e estáveis.

Pela sua descentralização, esta primeira fase da Revolução Industrial atinge grande parte da Inglaterra e algumas regiões de

⁽²⁶⁾ HAUSER, A. ob. cit. p. 700. Sobre a importância do jornal, escreve Hauser: "Dentre os meios de expressão cultural de que o novo público leitor se alimenta, os periódicos - a grande novidade da época - que se espalham entre a população, desde o princípio do século, são os mais importantes. É deles que a classe média recebe a sua cultura literária e social, uma e outra baseadas ainda, principalmente, em padrões aristocráticos (...) Existe, porém, ainda, e existirá por muito tempo, um certo antagonismo entre as formas de sentir e pensar da aristocracia e das classes médias". HAUSER, A. ob. cit. p. 693. Na página seguinte o autor fala da relação criador-jornal político.

outros países, criando um relativamente amplo proletariado industrial, constituído por grandes parcelas de trabalhadores não-qualificados e uma minoria de operários "especializados", que são a firma liderança de um forte movimento sindicalista, caracterizado por uma frágil organização. A intensa miséria, a destruição do modo tradicional de vida, a falta absoluta de direitos e qualquer tipo de benefícios são a substância da rebeldia, quase compulsória, dos trabalhadores pobres contra o capitalismo. Nada mais inevitável, neste início de século XIX, do que o aparecimento dos movimentos trabalhista e socialista e da intranquilidade revolucionária dos proletários; alguma coisa nova está surgindo. "O verdadeiramente novo no movimento operário, do princípio do século XIX, era a consciência de classe e a ambição de classe. Os "pobres" não mais se defrontavam com os "ricos". Uma classe específica, a classe operária, trabalhadores ou proletariado, enfrentava a dos patrões ou capitalistas. A revolução francesa deu confiança a esta nova classe; a revolução industrial provocou nela uma necessidade de mobilização permanente (...). Era necessária uma eterna vigilância, organização e atividade do "movimento" - o sindicato, a sociedade cooperativa ou mútua, instituições trabalhistas, jornais, agitação". Hobsbawm acredita que, por volta de 1830, esta consciência passou a existir, sendo certamente bastante mais débil que a consciência da classe média/burguesia e, por vezes, suplementada por uma consciência jacobina, não específica da classe trabalhadora, mas própria das classes médias (27).

Durante este período, entretanto, a burguesia está mais empenhada em derrotar a aristocracia e consolidar seu poder político-cultural. Os retrocessos políticos e culturais pós-revolução francesa; a união aristocracia-religião; a fase do Concílio de Trento e das Santas Alianças precisam ser superados e efetivamente o foram. A burguesia retoma o poder político na França, em 1830, e posteriormente em outros países europeus. A indus

(27) HOBBSAWM, E. A Era das Revoluções..., p.230. Dada a suplementação da consciência proletária pela jacobina, o proletariado utiliza, algumas vezes, métodos de agitação política próprios ao jacobinismo: campanhas políticas através de jornais e panfletos, reunções e manifestações públicas e, onde necessário, motins e insurreições. A isto, juntam-se métodos próprios do proletariado como greves parciais ou gerais etc. Ver HOBBSAWM, E. A Era das Revoluções, p. 230-237.

trialização, que, a partir de 1840, entra em nova fase, a do ferro, e o contínuo avanço do "idioma" secular, tematizando questões nascidas a partir da dupla revolução - ainda que quantitativamente continue a predominar a cultura religiosa - apontam a definitiva derrota da velha sociedade e da antiga classe dominante. No campo cultural, qualitativamente o predomínio burguês é completo: todos os grandes intelectuais falam o idioma e a temática, de finidos pela nova sociedade. Hobsbawm sintetiza o florescimento da arte e a relação artista-sociedade neste período do seguinte modo: "... não há dúvida de que entre 1789 e 1848, a resposta deve ser buscada em primeiro lugar no impacto da revolução dupla. Se fôssemos resumir as relações entre o artista e a sociedade nesta época em uma só frase, poderíamos dizer que a Revolução Francesa inspirava-o com seu exemplo, que a revolução industrial com seu horror, enquanto a sociedade burguesa, que surgiu de ambas, transformava sua própria experiência e estilos de criação. Neste período, sem dúvida, os artistas eram diretamente inspirados e envolvidos pelos assuntos públicos"⁽²⁸⁾.

O mercado cultural, apesar da constante ampliação, está restrito à burguesia e classes médias. Isto é fácil de ser afirmado, pois os poucos periódicos, ainda têm tiragens reduzidas - em 1814, a circulação de um jornal frances, por exemplo, é de 5 mil exemplares - e o número de pessoas alfabetizadas é limitado. Os outros grupos e classes sociais estão excluídos do mercado cultural, pois a situação de miséria a que estão submetidos impede qualquer participação. E nos centros urbanos, a industrialização e o próprio desenvolvimento das cidades, começam a destruir os padrões culturais destes setores dominados.

Mas, se a cultura ainda não se tornou uma mercadoria de amplo "consumo", esta assimilação entre cultura e mercadoria tem repercussões cada vez maiores sobre o criador cultural. Pelo menos duas questões surgem nesta época: a da liberdade de criação, agora redefinida pela nova dependência do criador de cultura ao mercado, e a da própria maneira de conceber este criador. As duas questões se articulam e dependem da assimilação cultura-mercadoria, pois a concepção do artista como gênio, por exemplo, tem na sua base, tanto o avanço do capital sobre a cultura, quanto a

(28) HOBBSAWM, E. A Era das Revoluções..., p. 278.

liberdade de criação, redefinida em moldes da sociedade capitalista. Esta última questão é formulada por Lukács da seguinte forma: "O artista antigo sabia exatamente a quem se dirigia com suas obras; o artista novo encontra-se - objetivamente considerada a função social da arte - na situação do produtor de mercadorias em relação ao mercado abstrato. Sua liberdade é - na aparência - tão grande quanto a do produtor de mercadorias em geral (sem liberdade de não há mercado). Na realidade, objetivamente, as leis do mercado dominam o artista pela mesma razão porque dominam, em geral, o produtor de mercadorias"⁽²⁹⁾. A aparente liberdade, o "desligamento" do criador cultural do grupo social que representa, a submissão ao mercado cego são elementos indispensáveis para a concepção, por exemplo, do artista como gênio - "grande" individualidade, supostamente livre e independente dos grupos e classes sociais e, muitas vezes, voltado para sua vida interior, dado o desprezo pelo mundo externo⁽³⁰⁾. Não por acaso, este estereótipo, tão comum hoje, de conceber o criador cultural como gênio, nasce no mundo burguês, ligado diretamente ao movimento romântico e no momento da "profissionalização" do criador cultural.

Com a ascensão ao poder político e com a consolidação de seu poder econômico, a burguesia modifica seu comportamento. Até 1830, devido a não existência de grandes capitais, a "classe média" tem uma vida com o consumo limitado e, por não deter o poder político empenhava-se amplamente para conquistá-lo. Hobsbawm afirma ser o início do século XIX, na Inglaterra, a única época em que senhores da sociedade escrevem opúsculos pedagógicos sobre economia política, para que as outras senhoras ensinem a seus filhos

[29] LUKÁCS, Georg "Arte Livre ou Arte Dirigida?" Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1967 (maio) n.º 13, p. 165.

[30] "O problema real era o do artista apartado de uma função reconhecida, patrono ou público e deixado para lançar sua alma como mercadoria em um mercado cego, que seria comparada ou não, ou para trabalhar dentro de um sistema de patronagem que teria sido em geral economicamente insustentável, mesmo se a Revolução Francesa não tivesse estabelecido sua indignidade humana. O artista, portanto, estava só, gritando dentro da noite, sem nem mesmo a certeza de um eco. Era simplesmente natural que se considerasse um gênio, que criasse somente aquilo que levava dentro de si, sem consideração pelo mundo e como desafio a um público cujo único direito em relação a ele era aceitá-lo em seus próprios termos ou rejeitá-lo de todo". HOBBSBAM, E. A Era das Revoluções, p. 283.

ou aos pobres, o que torna patente a importância da luta contra a aristocracia. A partir da conquista do poder político, começam as mostras das ambiguidades e preocupações da burguesia, em relação aos setores populares e a algumas de suas antigas concepções. O dilema se coloca em várias áreas e, em termos teóricos e práticos, aparecem as polaridades: governo popular ou governo de proprietários, utilitarismo ou direito e lei natural, liberalismo ou democracia. Já na revolução de 1830, estas ambiguidades estavam presentes: "A revolução de 1830 introduziu constituições moderadamente liberais-antidemocráticas mas também claramente antiaristocráticas - nos principais Estados da Europa Ocidental. Sem dúvida, havia acordos, impostos pelo temor de uma revolução de massa, que iria além dos moderados aspirações da classe média (...) Ainda assim, foram acordos que decisivamente inclinaram a balança política para o lado das classes médias"⁽³¹⁾.

A ampliação e transformações dos movimentos sociais, tomando características independentes e nitidamente proletárias, do pós-1830 até desembocar na "primavera dos povos" de 1848, fazem com que a burguesia repense sua opinião sobre certas questões tornadas cruciais, como podemos observar lendo a passagem escrita por Gabriel Cohn: "A situação se modifica no século XIX quando, sob os efeitos das mudanças econômicas, políticas e sociais relacionadas com a "dupla revolução" anteriormente desencadeada - a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, com seus respectivos desdobramentos - os centros de poder, nas sociedades mais avançadas, se deslocam da aristocracia para a área burguesa. Com isso, opera-se toda uma mudança na concepção do problema, que praticamente inverte o seu sentido. Da reivindicação no sentido de se ampliar, ainda que de modo limitado, o acesso aos atributos e aos direitos de público portador de opinião politicamente significativa, passa-se à preocupação, cada vez mais explícita, com o risco que essa expansão, se não contida em tempo, representaria para a nova ordem social. Da ênfase no caráter construtivo dessas entidades para a sociedade civil, passa-se à preocupação com a "tirania da opinião pública", que tanto atormentaria De Tocqueville"⁽³²⁾. Entretanto, se de um lado, procurava-se reverter

⁽³¹⁾ HOBBSAWM, E. A Era das Revoluções ... p. 328.

⁽³²⁾ COHN, G. ob. cit. p. 40-41.

a questão - para continuarmos discutindo o problema da opinião pública, de outro, nas teorias de alguns grandes pensadores burgueses, como Hegel por exemplo, estão contidos elementos que possibilitam uma superação do próprio pensamento político burguês, pois a questão pode ser colocada em termos de classes sociais e ideologia⁽³³⁾.

As ambiguidades não se restringem a campos especializados ou questões particulares e não devem ser dissociados das mudanças que estão ocorrendo na sociedade. Na verdade, entre os anos 1830-48, a burguesia deixou sua condição de classe revolucionária e agora, detentora do poder, busca mantê-lo, ainda que, para isto, tenha de fazer algumas concessões a seus antigos adversários - a aristocracia e o clero - e/ou deixar de lado alguns comportamentos e valores. Hobsbawm, num longo trecho, sintetiza o que foram estes anos e coloca de forma precisa as alterações da consciência burguesa e a questão de sua superação: "Assim, o período da revolução dupla viu o triunfo e a mais elaborada expressão das radicais ideológicas da classe média liberal e da pequena burguesia, e sua desintegração sob o impacto dos Estados e das Sociedades que haviam contribuído para criar, ou pelo menos recebido de braços abertos. O ano de 1830, que marca o renascimento do maior movimento revolucionário da Europa Ocidental depois da quietude que se seguiu à vitória de Waterloo, também marca o início de sua crise. Tais ideologias ainda sobreviveriam, embora bastante diminuídas: nenhum economista liberal clássico do último período tinha a estatura de Smith ou de Ricardo (nem sequer J. S. Mill, que se tornou o típico filósofo-economista liberal britânico na década de 1840); nenhum filósofo clássico alemão viria a ter o alcance ou o poder de Kant e Hegel; e os girondinos e jacobinos da França de 1830, 1848 e depois disso seriam pigmeus comparados

(33) "Em suma, estão aí lançados alguns temas fundamentais para a superação dos limites do pensamento político burguês clássico, a ser consumada por Marx: a noção de público como suporte de opiniões convertendo-se tendencialmente na de classe, e a de opinião aparecendo como uma forma de falsa consciência, como ideologia. Nossa tarefa é sugerir que isso ocorre - parafraseando Hegel - tanto na realidade como na ciência? COHN, G. ob. cit. p. 45.

a seus ancestrais de 1789-94. Os Mazzinis da metade do século XIX não podiam-se comparar de forma alguma com os Jean Jacques Rousseau do século XVIII. Mas a grande tradição - a principal corrente de desenvolvimento intelectual desde a Renascença - não morreu; foi transformada em seu oposto. Marx foi, em estatura e enfoque, o herdeiro dos economistas e filósofos clássicos. Mas a sociedade da qual ele esperava se tornar profeta e arquiteto era muito diferente da deles"⁽³⁴⁾.

7. Chegamos em 1848, e "a derrota dos insurretos de junho preparara e aplainara, indubitavelmente, o terreno sobre o qual a república burguesa podia ser fundada e edificada, mas demongtrava ao mesmo tempo que na Europa as questões em foco não eram apenas de "república ou monarquia"⁽³⁵⁾. O proletariado faz, nesse ano, em grande parte da Europa desenvolvida, a sua primeira revolta com reivindicações próprias - ainda que mesclada com interesses pequeno-burgueses - e coloca-se contra nova classe dominante, a burguesia. A vitória desta classe provoca um retrocesso, nos anos posteriores, do movimento proletário, mas - o que é, sem dúvida mais importante - aponta as novas classes em luta na sociedade e repercute intensamente sobre a consciência burguesa, provocando importantes modificações, como observam Georg Lukács e Carlos Nelson Coutinho,

Esta "vitória" política permite a consolidação do capitalismo, principalmente se pensarmos que, simultaneamente, sua base econômica está tornando-se estável e sólida com a nova fase da Revolução Industrial, ou seja, com a industrialização fundada no ferro, no carvão e no aço. A segunda fase - das indústrias de bens de capital - surge quando a antiga industrialização têxtil está em crise e é motivada, conforme Hobsbawm, por duas razões: a primeira, é a crescente industrialização do resto do mundo, criando mercado em rápido crescimento para os bens de capital; a segunda, é a existência de acumulação de capital à procura de investimentos lucrativos.

⁽³⁴⁾ HOBBSBAWM, E. A Era das Revoluções, ... p. 273-274.

⁽³⁵⁾ MARX, Karl, "O 18 de Brumário de Napoleão Bonaparte", in ——. O 18 de Brumário e Cartas a Kugelmann, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, p. 26. Na p. 62 Marx diz "A burguesia tinha uma noção exata do fato de que todas as armas que forjara contra o feudalismo voltavam seu gume contra ela...".

A industrialização baseada no ferro, no carvão e no aço altera substancialmente o mundo, modifica o ritmo da vida, acelera a urbanização, cria novas vias de transportes e atinge a comunicação, possibilitando, juntamente com as novas determinações político/ideológicas, talvez, a mais profunda transformação dos meios de comunicação e de seus conteúdos, desde a época da invenção da imprensa. Em primeiro lugar, a mecanização produzida pela industrialização é aplicada à imprensa: "É precisamente nessa ocasião, pouco depois de 1800, o homem conseguiu efetuar a primeira modificação importante na prensa de vinho remodelada. Acrescentou-lhe nova fonte de força. Esta foi a dádiva da revolução industrial. O vapor - e mais tarde a eletricidade - substitui os músculos do homem. Era o mesmo velho prelo, mas trabalhava mais depressa; o mesmo produto, porém em maiores quantidades. O aspecto emocionante da força acrescentada ao prelo foi ter chegado exatamente na ocasião em que se fazia necessário atingir as massas de novos eleitores"⁽³⁶⁾. Em segundo lugar, os meios de comunicação expandem-se, por toda parte, do mesmo modo que a industrialização, o capitalismo e a burguesia. Por volta de 1848, o número de jornais já chega à mais de 4 mil espalhados pelo mundo "civilizado" e a quantidade de livros publicados na Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos atinge a centenas de milhares.

Cada vez mais os meios de comunicação e suas mensagens são determinados pelo capital-mercado, fazendo com que, nos meados do século XIX, desenvolva-se o que chamamos de cultura industrializada. Ela começa a substituir a cultura dos setores dominados e particularmente dos grupos sociais rurais. Muniz Sodré vê a ascensão da cultura industrializada intimamente ligada ao avanço do folhetim: "... ainda em pleno século XIX, registra-se na França a persistência da *littérature de colportage*, com um vasto público leitor: em 1843, foram vendidos no território francês 9 milhões de exemplares de cordel. A partir de 1850 é que os folhetos decaem efetivamente, substituídos pelo folhetim. Desde então, a literatura popular, produzida e consumida de maneira predominante nos grandes centros urbanos europeus é do tipo folhetim (...), isto é, romances publicados no rodapé dos jornais, por

(36) SCHRAMM, W. ob. cit. p. 69.

sua vez vendidos a preços baixos e de grande tiragem"⁽³⁷⁾. Mas, se a passagem começa a se acentuar nos anos 50, as modificações que estão na base imediata da cultura industrializada encontram-se na década de 30, com a fundação do jornal "La Presse", por Émile de Girardin, em 1836 e do jornal "Siècle", no mesmo ano. "A inovação, que marca uma época, consiste em fixar a assinatura em quarenta francos por ano, isto é, em metade da taxa habitual, e projetar cobrir os prejuízos com o rendimento dos anúncios e reclames"⁽³⁸⁾, além de ampliar o produto jornalístico - escritos de especialistas e artigos de interesse geral, particularmente descrições de viagens, histórias de escândalos e relatos de tribunais - com as novelas em série, que tornam-se a maior atração dos jornais. Esta "industrialização" da literatura, como um meio de, atingindo grande público, atrair anúncios, aumenta o número de assinantes de 70 mil (1836) para 200 mil, dez anos depois.

A submissão da esfera cultural ao capital tem múltiplas repercussões; uma delas é a aproximação sempre maior da produção cultural aos padrões da produção material, mesmo que a especificidade da criação cultural seja atingida e violentada. Hauser - depois de falar das "fábricas" completas de literatura, onde, artistas conhecidos e inúmeros escribas produzem quase mecanicamente "literatura" - escreve: "a obra literária passa a ser uma mercadoria na verdadeira acepção do termo: tem o seu preço fixo, produz-se de acordo com um padrão e é fornecida em dia prefixado. É um artigo comercial que se paga pelo preço que vale - pelo preço que dá lucro"⁽³⁹⁾. Com isto, o criador cultural passa a não estar simplesmente submetido ao mercado capitalista, mas, também está subordinado - ainda não totalmente - a uma empresa que se torna, a passos largos, uma empresa tipicamente capitalista. Muitos escritores, como Balzac, Eugène Sue, Alexandre Dumas, são assalariados dos jornais, para a confecção anual de novelas.

A harmonia entre arte e a nova sociedade tão evidente nas fases precursoras - com o renascimento - e no período de gestação

(37) SODRÉ, Muniz, Teoria da Literatura de Massa, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978, p. 79

(38) HAUSER, A. ob. cit. p. 893.

(39) HAUSER, A. ob. cit. p. 894.

da sociedade burguesa - como nos séculos XVII e XVIII, quando a arte foi uma arma espiritual nas mãos da burguesia - começa a se dissipar e dá lugar à desarmonia entre arte e sociedade: "Pero es ta relativa armonia del arte con los ideales de la sociedad bur guesa perdura mientras las nuevas relaciones sociales no revelan sus contradicciones más vitales y profundas y mientras la nue va clase social en el poder se muestra no como uma classe particular, sino como um representante de toda la nación. A medida que se di sipa el sueño de una sociedad esclarecida y racional, la supuesta razón universal que debiera estructurarla se revela como una ra zón particular, de classe, que entra en contradicción con los in tereses del resto de la sociedad"⁽⁴⁰⁾. A partir deste momento his tórico surge a desarmonia entre a arte e a burguesia que é agrava da, até se transformar em clara hostilidade, pela imposição da transformação da esfera cultural - trabalho improdutivo - em mer cadoria - trabalho produtivo.

Esta redução arbitrária e implacável é mais radical do que a simples desarmonia falada anteriormente, mas é própria de um mundo regido pela lei da produção de mais valia, pois "La rique za de las sociedades en que impera el régimen capitalista se nos aparece como um inmenso arsenal de mercancías ..."⁽⁴¹⁾. A cultu ra, tornada mercadoria, coloca como secundário o valor de uso, a significação humana, a qualidade e dá prioridade ao valor de troca (quantidade) que possibilita o deslocamento da cultura no mercado. Como valores de troca, os produtos se distinguem pela sua quantidade e não pela sua qualidade, mesmo que na mercadoria estejam enraizados o qualitativo e o quantitativo. A merc adoria cultural também privilegia a quantidade, como toda a mercadoria, ainda que, deste modo, esteja indo contra a própria especificidade da cultura, que é o elemento qualitativo. Daí a hostilidade entre o capital e a arte.

Entretanto, estas mudanças não atingem somente a cultura, mas afetam o produtor cultural. Já observamos, em outra parte do texto, a subordinação do criador ao mercado capitalista. Com o aprofundamento da transformação da cultura em mercadoria, uma no

⁽⁴⁰⁾ VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez, Las Ideas Estéticas de Marx. Havana, Instituto Cubano del Libro. 1973, p. 199.

⁽⁴¹⁾ MARX, K. Apud VÁSQUEZ, A. S., ob. cit. p. 231.

va situação nasce para o criador. Agora ele não está apenas submetido às leis do mercado, mas também às das empresas capitalistas que começam a produzir cultura. "La burguesia - disse Marx - ha despojado de su aureola a todas las profesiones que hasta entonces se tenían por venerables y dignas de piadoso respeto. Al médico, al jurisconsulto, al sacerdote, al poeta, al sabio, las ha convertido en sus servidores asalariados..."⁽⁴²⁾. A nova dependência/situação do produtor cultural deriva de que no capitalismo o trabalho produtivo é aquele que produz mais-valia e esta produtividade só é alcançada pelo trabalho assalariado. Assim, a tendência é o criador cultural se transformar em trabalhador assalariado, tornando a produção cultural uma produção definida dentro dos padrões do modo de produção capitalista de bens materiais e estreitando ainda mais a aproximação entre a produção de bens materiais e espirituais.

A aproximação entre produção de bens espirituais e de bens materiais, determinada pelo avanço do capital sobre a produção cultural, agrava assustadoramente a hostilidade capitalismo-cultural. Sánchez Vásquez, estudando esta questão, em relação à arte, observou: "Si, como dice Marx, la transformación del trabajo en trabajo asalariado, o sea, en una actividad puramente abstracta, mecánica e indiferente a su forma, significa que pierde su carácter de arte, la extensión de las leyes de la producción material capitalista al trabajo artístico solamente puede significar la negación de la actividad artística como tal. Ello quiere decir, a su vez, que la forma económica que reviste el trabajo en la sociedad capitalista no puede ser aplicada a creación artística sin destruir su propia naturaleza. El trabajo artístico no puede prescindir, en modo alguno, de su forma concreta, individual, ya que consiste justamente en ella"⁽⁴³⁾.

Obviamente, com relação à arte, a hostilidade tem efeitos mais graves, no entanto, ela atua, em graus menores por certo, sobre outros campos da produção cultural. Os graus ou limites desta hostilidade são dados por dois fatores principais: de um lado, os interesses do capitalismo numa área cultural especí

[42] MARX, K. Apud. VÁSQUEZ, A. S. ob. cit. p. 216-217.

[43] VÁSQUEZ, A. S. ob. cit. p. 255.

fica e as possibilidades de manipulação que esta área oferece; de outro lado, a proximidade do modo de produção do campo cultural particular e do modo de produção de bens materiais.

Outra repercussão importante do avanço capitalista sobre a produção cultural, especificamente sobre o jornalismo, é a passagem da predominância do jornalismo opinativo para o jornalismo informativo, operada a partir dos meados do século XIX. A passagem é prenunciada imediatamente depois da fase radical da Revolução Francesa, quando, apesar da consolidação do princípio da liberdade de imprensa, são perseguidos jornalistas e a alteração começa a se realizar, como sugerem Marcelo e Cybelle de Ipanema no seu livro já citado. Sem embargo, o século XIX é caracterizado como século do jornalismo opinativo, conforme Wilbur Schramm, e somente nos seus meados a passagem para o jornalismo informativo começa a ser significativa.

Para o desencadeamento efetivo desta modificação conjugam-se determinações estruturais e supraestruturais. As primeiras são decorrentes da transformação do jornal em empresa capitalista, que necessita de uma vendagem ampla a um público mesmo politicamente heterogêneo, para se vender melhor ao anunciante, fonte de lucros do jornal. A informação, apresentada como imparcial - "descrição fiel" do ocorrido - é a melhor mercadoria do jornal, tanto para conseguir este grande público politicamente heterogêneo, quanto para atrair o maior número de anunciantes, sem o perigo de, em qualquer um dos casos, afastar estas pessoas do jornal pela presença de uma opinião claramente expressa. Junta-se a esta "industrialização" do jornal, os custos crescentes e a necessidade, cada dia renovada, de investir em novos equipamentos técnicos - que estão nascendo ou se desenvolvendo nesta época - e em novos serviços. Neste período, uma série de inventos depois utilizados no jornalismo e na comunicação aparece e desenvolvem-se: a fotografia (1822), a eletrogravação e aperfeiçoamento na impressão da fotografia (1845), o telégrafo (década de 1840 - Morse) e o telefone (1876 - Graham Bell). Também as primeiras agências noticiosas são criadas neste momento histórico: a agência Havas - depois France Presse - em 1835; a Associated Press em 1848;

a Renter, em 1851⁽⁴⁴⁾. Outros serviços e características do jornalismo são trabalhados quase no final do século, como a técnica da entrevista, a reportagem e o deslocamento do profissional até o local do acontecimento etc.

As determinações político/ideológicas, em segundo lugar, podem ser desdobradas em imediatamente políticas e diretamente ideológicas. No primeiro caso, temos a desimportância e controle da opinião pública - conforme o trecho citado de Gabriel Cohn -, diminuindo o papel da opinião explícita e consciente, em prol da opinião implícita e, muitas vezes, inconsciente, presente no jornalismo informativo. Esta modificação é correlata à mudança da função dos meios, em relação a seus públicos: até 1848 - para definir um limite não muito preciso - os meios buscam formar uma opinião pública racional entre os cidadãos, que devem ser a fonte de legitimação do poder político; depois desta data, com a ampliação do público, atingindo outras classes sociais, a função dos meios é muito mais manipular e persuadir esta "massa". O caso número dois - ou da determinação diretamente ideológica - é definido pelas alterações ocorridas na consciência burguesa, que denunciavam seu caráter particular e, simultaneamente, impõem a fragmentação a esta consciência. Encarar o real como um conjunto de coisas desordenadas e sem articulação não é algo específico do jornalismo informativo, mas uma característica sempre presente no pensamento burguês, desde 1848, em diversos campos. A concepção factual da ciência histórica é apenas um dos muitos exemplos possíveis⁽⁴⁵⁾.

[44] Sobre a Havas escreve Luis Amaral: "Havas tratava sobretudo informações econômicas e, como ainda não existia o telégrafo (a primeira mensagem telegráfica na Europa data de 1844), trabalhava com pombas correios, que cobriam a distancia Londres-Paris (380 km) em 6 a 7 horas, e Bruxelas-Paris, em 4. Em 1832, transformou o escritório de traduções em escritório de notícias, recolhendo, elaborando e transmitindo informações, sobretudo econômicas e políticas. Três anos mais tarde, criou a Agência Havas - a primeira agência internacional de notícias do mundo, mas que também fazia publicidade". AMARAL, Luiz, Jornalismo: matéria de primeira página, Rio de Janeiro, Temp. Brasileiro, Brasília, INL, 1978, p. 185.

[45] Sobre este tema, ver algumas observações feitas por nós em trabalho apresentado no Mestrado de Ciências Sociais da UFB: RUBIM, Antônio Albino Caneles. "Objetividade ou Subjetividade no jornalismo: uma Falsa Questão?" Salvador, M. de Ciências Sociais da UFBa., 1976.

Conjugadas as determinações infra e supraestruturais da comunicação, com o aparecimento da cultura industrializada, temos, a partir desta conjugação, um avanço ampliado dos meios de comunicação nos anos posteriores a 1848. Em alguns países, como na Aústria, o avanço burguês pode ser "quantificado" pelo aumento do número de jornais existentes no país, como sugere Hobsbawm assim de 345 periódicos, em 1862, a Aústria passa a 866, em 1873, apontando a ascensão burguesa que aí ocorre nestes anos. Nos países capitalistas mais avançados, o crescimento númérico da comunicação pode ser demonstrado pela quantidade de pessoas dedicados a área - em 1871, 2.148 indivíduos são catalogados, na Inglaterra, como "escritores, redatores e jornalistas" -, ou pela circulação de alguns jornais: o "Times", de Londres, vende entre 50 a 60 mil jornais diariamente, nas décadas de 1850-1860, atingindo, em ocasiões especiais, 100 mil exemplares e os jornais populares - folhetins - atingem circulações de 250 a 500 mil exemplares, na Inglaterra e nos Estados Unidos, por volta dos anos 70.

8. Grandes mudanças ocorrem no mundo, por volta de 1875: o predomínio econômico-político da Inglaterra começa a se debilitar e dois novos países estão ascendendo - os Estados Unidos e Alemanha - e colocando-se no mesmo nível da Inglaterra; a industrIALIZAÇÃO, o comércio, os transportes e as comunicações se ampliam; a urbanização cresce extraordinariamente - entre 1851 e 1881 a população de Paris e Londres aumenta de 1 para 1,9 milhões e de 2,5 para 3,9 milhões, respectivamente.

Em termos econômicos, a empresa familiar da primeira metada do século XIX cede o lugar às grandes empresas de capital ampliado e não ligado unicamente aos grupos familiares. Estas grandes empresas nascem da concentração própria do capitalismo e da exigência de grandes capitais do novo tipo de industrialização, baseada no ferro e aço. A concentração e centralização das empresas industriais, junto à outros fatores, provoca uma mudança qualitativa no capitalismo, dando origem ao capital oligopolista, através do desenvolvimento da concentração e da centralização no setor industrial, no setor bancário e da vinculação entre essas

duas modalidades de capital, formando o capital financeiro⁽⁴⁶⁾.

Lenine resume a história do nascimento do capital oligopolista da seguinte forma: "1) Anos de 1860 - 1880: ponto culminante do desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não são mais do que embriões dificilmente perceptíveis; 2) Após a crise de 1873: o período de grande desenvolvimento dos cartéis; no entanto, eles ainda aparecem apenas a título excepcional. Carecem ainda de estabilidade. Têm ainda um caráter transitório; 3) Expansão do fim do século XIX e crise de 1900-1903: os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo⁽⁴⁷⁾. A concentração-centralização, essencial ao capital oligopolista, pode ser constatado pela diminuição do número percentual de empresários dentro da população economicamente ativa - nos EUA de 38% (1880), o número passa a 26% (1920) e 16% (1960) e na Alemanha o percentual de empresários diminui de 43% (1880), para 31 (1925) e 25 (1956 - RFA) -; ou pelo acréscimo percentual de assalariados empregados em grandes indústrias (mais de 1 mil assalariados) - nos EUA, por exemplo, o percentual aumentou de 15% dos assalariados (1909), para 24% (1929) e 34% (1955); ou ainda pelo volume de produção⁽⁴⁸⁾.

Como está explicitado na citação de Lenine, uma das consequências íntimas e indissociáveis do capitalismo oligopolista é o surgimento do imperialismo e da complementar diferenciação do mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Dobb explica o

⁽⁴⁶⁾ O capital oligopolista decorre da concentração e centralização do capital nas mãos de um número relativamente menor de capitalistas que possuem um capital cada vez maior. A concentração e centralização no setor industrial assume diversas formas: acordos ou cartéis, trustes, holdings e monopólios internacionais. Sobre o assunto, ver: SALAMA, Pierre e VALIER, Jacques, Uma Introdução à Economia Política, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975 pp. 81-86.

⁽⁴⁷⁾ LENINE, Vladimir, O Imperialismo, Estágio Supremo do Capitalismo. Coimbra, Candelária, 1974, p. 27.

⁽⁴⁸⁾ Os dados citados estão em SALAMA, P. e VALIER, J. ob. cit. p. 63 e 65. Sobre o volume de produção Lenine cita dados das empresas americanas no começo do século (que não coincidem em alguns aspectos com os citados por Salama e Valier): em 1904, as grandes empresas americanas são 0,9% do total de empresas e tem um volume de produção correspondente a 38% do total geral e, em 1909, elas são 1,1% e seu volume de produção já é de 43,8%. LENINE, V. ob. cit. pp. 20-21.

imperialismo como derivado da necessidade de investir o grande capital acumulado no capitalismo oligopolista e que não pode ser reinvestido no campo específico do monopólio, dadas as características particulares da acumulação oligopolista.

Neste sentido dois escoadouros são possíveis para investir este capital: ou empresas-indústrias fora da área própria do monopólio ou exportar o capital para os países subdesenvolvidos. Le nine propõe uma definição de imperialismo que engloba cinco características principais e aponta sua relação com o capital oligopolista: "1) concentração da produção e do capital, atingindo um grau de desenvolvimento tão elevado que origina os monopólios cujo papel é decisivo na vida econômica; 2) fusão do capital bancário e do capital industrial, e criação, com base nesse capital financeiro, de uma oligarquia financeira; 3) diferentemente da exportação de mercadorias, a exportação de capitais, assume uma importância muito particular; 4) formação de uniões internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si; 5) termo da partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas"⁽⁴⁹⁾.

Com relação à questão do capitalismo oligopolista, uma série de polêmicas, dúvidas e indefinições ainda hoje marca seu estudo. Swezzy num ensaio, escrito por volta de 1971, "Acerca da Teoria do Capitalismo Monopolista" enumera três abordagens possíveis sobre o assunto, a saber: a - a burguesa heterodoxa; b - a marxista tradicional e c - a neomarxista⁽⁵⁰⁾. Não cabe, nos limites deste texto, uma discussão sobre as posições apontadas, buscaremos simplesmente trabalhar com algumas características não muito polêmicas do capitalismo oligopolista e que dizem respeito à nossa discussão.

Um primeiro elemento acentuado, com tonalidades diferenciadas, por autores como Dobb, Swezzy, Theotonio dos Santos, Salama e Valier⁽⁵¹⁾, é o papel prioritário que assume a concor

(49) LENINE, V. ob. cit. p. 118-119.

(50) SWEZZY, Paul "Acerca da Teoria do Capitalismo Monopolista" in —, ob. cit. p. 35.

(51) DOBB, M. Capitalismo Ontem e Hoje ...; SWEZZY, P. ob. cit.; SALAMA, P e VALIER, J. ob. cit.; SANTOS, Theotonio dos, "Concentração e Monopólio nos Estados Unidos" in —. Imperialismo e Corporações Multinacionais, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

rência de marcas na nova fase do capitalismo, levando a antiga concorrência de preços a ocupar um lugar secundário na dinâmica capitalista. Daí, facilmente podemos fazer uma ponte para um área da comunicação: a publicidade. Nas palavras de Swezzy e Baran: "A competição dos preços desapareceu, em grande parte, como meio de atrair a preferência do público, dando lugar a novos modos de promoção de vendas: publicidade, variação do aspecto dos produtos, de sua embalagem, a "obsolescência planejada", as modificações de modelos, vendas a crédito, etc (...). Num sistema econômico no qual a competição é feroz e impiedosa, e no qual a escassez de rivais afasta a possibilidade de reduções de preço, a publicidade se torna, em proporção sempre crescente, a arma principal da luta competitiva (...). Quanto mais expressivo for o esforço de diferenciação, tanto mais estará o vendedor do produto diferenciado na posição de monopolista. E quanto menos elástica se torna a procura com que pode contar e tanto mais capacitado estará ele para elevar seu preço sem sofrer uma considerável perda de receita"⁽⁵²⁾.

No entanto, para Swezzy e Baran, a campanha de vendas não é algo importante apenas para o novo tipo de concorrência, ela ocupa destacado papel nas alterações ocorridas com o capitalismo para chegar à sua etapa monopolista. Estas alterações, associadas basicamente à utilização do capital excedente, envolvem modificações a diversas leis, formuladas por Marx, a respeito do capitalismo. Os dois autores sugerem: "Quando passamos da análise de um sistema competitivo para o de um sistema monopolista, uma transformação radical no pensamento se faz necessária. Com a substituição da lei da tendência decrescente da taxa de lucro pela lei do excedente crescente, e sendo os modos normais de utilização do excedente incapazes de absorver um excedente em crescimento, a questão de outros modos de utilização deste assume importância crucial. A existência de tais modos, em volume cada vez maior, torna-se uma questão de vida ou morte para o sistema. E à medida que crescem em relação ao consumo e acumulação capitalistas, dominam cada vez mais a composição do produto social, a taxa de crescimento econômico e a qualidade da própria sociedade".

⁽⁵²⁾ SWEZZY, Paul e BARAN, Paul, Capitalismo Monopolista, Rio de Janeiro, Zahar, 1974, p. 120-121.

Sweezy e Baran continuam: "Uma das formas alternativas de utilização recebe o nome de campanha de vendas. Conceptualmente, ela é idêntica às despesas de circulação mencionadas por Marx. Mas na época do capitalismo monopolista, passou a desempenhar um papel, quantitativo e qualitativamente, muito além de qualquer coisa sonhada por Marx"⁽⁵³⁾.

Esta utilização de excedentes, via campanha de vendas, ganha interesse e importância se remetida à outra característica, a pontada por Sweezy e Baran, no capital monopolista: a tendência à estagnação. Assim, além da campanha de vendas, do consumo e investimentos capitalistas, da administração civil, do militarismo e do imperialismo; guerras e suas repercussões e determinadas inovações que marcam época são necessárias para manter o dinamismo capitalista e ir contra a tendência à estagnação. A tese é apenas parcialmente aceita por Salama e Valier que, ao lado do caráter de freio das forças produtivas, aponta no capital monopolista também o papel de estimulante do avanço das forças produtivas⁽⁵⁴⁾.

Certamente existem outros aspectos do capitalismo oligopolista, não tão polêmicos, que podem ser acentuados: o crescimento acelerado dos trabalhadores improdutivos; a utilização de novas tecnologias, desenvolvidas durante o período que alguns autores chamam de segunda revolução industrial e, mais recentemente, da automoção; e finalmente, um tipo específico de racionalização em presarial, descrito por Max Weber⁽⁵⁵⁾. Estas características de desenvolvidas pelo capitalismo, como elementos próprios da sua fase oligopolista, permitem a destruição de algumas coações não econômicas ainda presentes no capitalismo, conforme Hobsbawm, em ple no século XIX, mesmo em países avançados economicamente, como a Inglaterra.

Ao lado disso, uma outra mudança, bastante mais importante para o nosso tema, ocorre: a passagem da exploração dos tra⁽⁵³⁾

SWEZZY, P. e BARAN, P. ob. cit. p. 119

⁽⁵⁴⁾ Ver SWEZZY, P. e BARAN, P. ob. cit. (especialmente capítulo VIII) e SALAMA, P. e VALIER, J. ob. cit. p. 86-83.

⁽⁵⁵⁾ Ver NOGUEIRA, Marco Aurélio "Max Weber: a Burocracia e as Armadilhas da Razão" Temas de Ciências Humanas, São Paulo, Gr Jalbo, 1977, n° 1 p. 135-152.

balhadores, a mais-valia absoluta cede lugar, nos países capitalistas avançados, à exploração baseada na mais-valia relativa. A partir deste momento, está aberta a possibilidade da existência de um mercado de "massa", onde o trabalhador pode consumir bens materiais e depois bens espirituais⁽⁵⁶⁾.

Da década de 1870 em diante, a existência deste mercado de "massa" possibilita ao capitalismo voltar-se para a produção, cada vez mais intensa, de bens de consumo não-duráveis ou duráveis e permite a participação de setores da classe operária no mercado capitalista, decorrente do aumento de seus salários. O aumento salarial pode ser explicado por dois processos, nem sempre conflitantes: de um lado, o avanço das forças produtivas e a possibilidade da exploração tipo mais-valia relativa; de outro lado, conforme alguns autores, como Dobb, por exemplo, o sa que imperialista permite a classe operária da nação hegemônica usufruir alguns benefícios desta situação.

A monopolização da economia e a correspondente falência do liberalismo econômico afetam, junto com outros fatores, o liberalismo político. A derrota da ideologia do livre mercado com o aparecimento em inúmeros países de uma política econômica protecionista; a democratização eleitoral em curso; o surgimento de um Estado, cada vez mais, intervencionista econômica, social e politicamente apontam o final da era liberal. A nova fase, segundo Hobsbawm, se caracterizará por modificações neste liberalismo econômico e político. Uma das modificações políticas é a passagem da democracia clássica de elites para a democracia de "massas". O movimento operário, que declina no pós-48, na década de 1860, reaparece na cena política, trazendo consigo o fantasma da revolução de 1848, quando as "massas" romperam o círculo

(56) Hobsbawm escreve: "Em algum momento da década de 1840 tudo isto começou a mudar (...) Os empregadores começaram a abandonar os métodos "extensivos" de exploração, como o aumento de horas de trabalho e a redução de salários, preferindo métodos "intensivos" que significavam o oposto". HOBSBAWM, E., Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo..., p. 114. Nesta página e na seguinte, o autor fala a respeito da superação das crises não econômicas. Em outro livro, o mesmo autor diz: "Não há evidência de que os salários reais na Europa tenham começado a aumentar antes do final da década de 1860, mas mesmo antes que o sentimento geral de que os tempos melhoravam passasse a ser uma certeza nos países desenvolvidos, o contraste com as décadas desesperadas e sofredoras de 1830 e 1840 era palpável". HOBSBAWM, E., A Era do Capital, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 232.

fechado da elite dirigente. Com a ascensão do movimento popular e o avanço industrial, ampliando os setores proletários, "Tornava-se (...) cada dia mais claro, nos países desenvolvidos e industrializados do Oeste, que mais cedo ou mais tarde os sistemas políticos teriam que abrir espaço para estas forças. Além disso, também tornava-se claro que o liberalismo que formava a ideologia básica do mundo burguês não tinha defesas teóricas contra esta contingência"(57).

Em termos continentais, as décadas de 50 e parte da década seguinte deram espaço para os setores burgueses respirarem, enquanto a França de Napoleão III serve de laboratório "experimentando dirigir as massas"; pois, neste país, levando-se em conta toda tradição revolucionária das "massas", parece utópica a tarefa de excluir as "massas" da participação política. Mas, se esta "direção" não alcança os resultados pretendidos - quebrar a tradicional afinidade do movimento dos trabalhadores com a esquerda - em relação aos grupos populares urbanos, ela não é tão ineficaz, com respeito aos setores rurais, em particular, os camponeses. Marx, com argúcia, observou, no *18 do Brumário de Luís Bonaparte*, a relação entre Napoleão III e os camponeses franceses, tornados base mais ou menos estável do seu governo.

Sob pressão do movimento popular, o quadro político institucional muda bastante entre as décadas 1850-1860. Na primeira, em nenhum país da Europa, com exceção da Suíça, o sufrágio é universal. Dez anos depois, a situação começa a se modificar substancialmente. Em 1867, por exemplo, grande parte dos trabalhadores urbanos ingleses adquirem o direito do voto. Cada vez mais incisivamente se coloca a questão crucial da direção intelectual e moral burguesa sobre os outros grupos sociais, num contexto de crescente pressão ou participação institucional dos grupos dominados, ainda que os camponeses pareçam "seguros".

A luta popular se mantém inicialmente num nível econômico e de autoproteção e aos poucos cresce e se amplia para outros ní-veis. Em 1864, as greves tornam-se legais na França e, nos anos 1870, as entidades sindicais são reconhecidas na Inglaterra. Mesmo assim o reconhecimento de entidades abrange um número reduzido

(57) HOBSBAWM, E., A Era do Capital p. 118.

da trabalhadores - são aqueles melhor organizados - e, em anos de grande expansão sindical, como 1871-1873, o número de trabalhadores sindicalizados não passa os 500 mil.

Hobsbawm escreve: "De fato, a partir de 1860, ficou claro que o proletariado estava voltando à cena como a outra dramática personae da década de 1840, embora num estado de espírito me nos turbulento. Emergiu com rapidez imprevista, para ser logo seguido pela ideologia a partir de então identificada com os seus movimentos: o socialismo"⁽⁵⁸⁾. Nesta década, em 1864, em Londres, é fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores - a primeira Internacional -, composta por uma combinação de líderes sindicalistas ingleses, liberais-radicais, militantes sindicalistas franceses mais esquerdistas e velhos revolucionários europeus de variadas tendências. A Internacional desempenha papel organizatório-ideológico, tornando o trabalhismo, em grande parte, independente e influenciado pelo socialismo, difundindo inclusive o marxismo, dada a influência de Marx, Engels e outros comunistas. A primeira Internacional teve seu auge no ano de 1871, ano da Comuna de Paris, mas diferentemente desta, não considera a revolução como tarefa para aquele momento e, se o massacre da comuna provoca um recesso no movimento popular, os frutos da Internacional não são tão atingidos como a insurreição, apesar da Associação se dissolver, em 1873. Depois de relativo descenso, o movimento se rearticula e quando, no final de 1880, a Internacional renasce, já é uma frente comum de partidos de "massa", com maioria marxista.

A burguesia, como em 1848, mostra-se preocupada e busca maneiras de controlar o "novo" movimento: "alguns governos e pelo menos seções da burguesia ficaram apreensivas com o crescimento do trabalhismo no início da década de 1860. O liberalismo estava demasiadamente comprometido com a ortodoxia do laissez-faire econômico para se preocupar seriamente com uma política de reforma social, embora alguns dos democratas radicais, alertados para o perigo de perder o apoio do proletariado, estivessem preparados até para este sacrifício e, em países onde o mancheterismo não

⁽⁵⁸⁾ HOBBSAWM, E., A Era do Capital ..., p. 128.

tinha sido totalmente vitorioso, alguns funcionários e intelectuais viam tais reformas como mais e mais necessárias (...). Porém, mesmo aqueles que viam a interferência pública no mecanismo de mercado livre como um caminho certo para a ruína estavam agora convencidos de que as atividades e as organizações trabalhistas deveriam ser reconhecidas para que fossem controladas"⁽⁵⁹⁾. Com isto, procura-se ou reconduzir, ou prevenir o aparecimento de movimentos trabalhistas autônomos, o que é conseguido em países de forte movimento trabalhista não-político ou liberal, como na Inglaterra, de onde o socialismo é "expulso" e a elite de trabalhadores requisitada para criar o Partido Trabalhista, nos inícios de 1900. Entretanto, em outros países, como na Alemanha, as coisas não ocorrem deste modo; aí o socialismo-marxismo penetrou e criou um forte partido social-democrata. O voto socialista alemão cresceu expressivamente neste período: 102 mil (1871), 340 mil (1874), 500 mil (1877) até a burguesia recorrer ao uso da força e proibir a atividade socialista.

A participação político/cultural das classe dominadas coloca a questão crucial, para a burguesia, de como incorporá-las no sistema político institucional e dirigi-las, ou seja, numa linguagem gramsciana, levanta a questão da hegemonia e da manutenção da sociedade de classes, não prioritariamente pelo uso da força, mas principalmente pela incorporação das "massas" e pela sua direção político-cultural. Ou seja, a pressão das classes dominadas cria a democracia burguesa, entendida como momento da sociedade capitalista em que a burguesia mantém-se como classe dominante pela utilização prioritária da direção político-cultural, e, só secundariamente, nas fases de avanço do movimento popular, faz uso da força.

Se internamente está ocorrendo esta democratização, o período do final do século XIX e inícios do século atual assiste à partilha do mundo, pela força, entre as grandes potências mundiais. O imperialismo transforma imensos territórios em colônias dos principais países europeus e dos Estados Unidos: na África de 10,8% (1876), a área das colônias cresce para 90,4% (1900);

(59) HOBBSBAWM, E., A Era do Capital p. 131.

na Polinésia, de 56,8% para 98,9% (1900); na Ásia, de 51,5% (1876) para 56,6% (1900); na Austrália, os 100% de áreas coloniais mantêm-se nestes anos e na América, os territórios coloniais diminuem de 0,3%, passando de 27,5% (1876) para 27,2 (1900)⁽⁶⁰⁾. O crescimento acelerado do imperialismo, criando áreas de atrito e conflitos de interesses entre as potências capitalistas desembocou, em 1914, na primeira guerra mundial imperialista.

Em meio à guerra mundial, na conturbada Europa destas duas primeiras décadas do século XX, desenvolve-se o movimento operário, dividido entre socialistas e comunistas, até concretizar seus projetos, em 1917, na primeira nação proletária - a URSS - construída pela ação -liderança do partido bolchevista de Lenine e Trotsky. O nascimento de um Estado operário repercute internacionalmente e o avanço dos setores populares se intensifica. Em grande quantidade de países capitalistas, a agitação social cresce: na Alemanha, acontece a revolução Spartaquista; na Hungria, Bela Kun chefia um Estado Socialista⁽⁶¹⁾. Mas a maré revolucionária é contida na década seguinte pela radicalização facista da burguesia.

Em termos políticos, se a concepção liberal entrou em crise por volta de 1870, culturalmente, em termos mais gerais, a consciência burguesa já havia entrado em crise em 1848, como sugerimos anteriormente; passando cada vez mais acentuadamente para o irracionalismo e/ou para o racionalismo formal. A predominância cultural do estilo de vida burguês e da sua filosofia - local onde a ideologia está mais coerente e trabalhada, segundo Gramsci e Althusser - são indiscutíveis. A filosofia do período é marcada predominantemente pelo cientificismo e abandona todas as questões mais gerais do homem, que não obtenham respostas "científicas", como não válidas. Os homens cultos da época não estavam apenas orgulhosos de suas ciências, mas preparados para subordinar todas as formas de atividade intelectual a elas. "As duas grandes correntes filosóficas subordinavam-se elas mesmas à ciência: o positivismo francês, associada com a escola do curioso

(60) Dados de SUPAN, A. apud LENINE, V. ob. cit. p. 101.

(61) Ver sobre as repercussões de 1917, BANDEIRA, Muniz e outros. O Ano Vermelho, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

Augusto Comte, e o empirismo inglês, associado com John Stuart Mill, sem mencionar o medíocre pensador cuja influência era en tão maior do que qualquer outro no mundo, Hebert Spencer (...). Ninguém duvidava do progresso, tanto material como intelectual, já que parecia tão óbvio para ser negado. Este era, sem dúvida, o conceito dominante da época, embora houvesse uma divisão funda mental entre aqueles que pensavam que o progresso seria mais ou menos contínuo e linear e aqueles (como Marx) que sabiam que ele precisaria e iria ser descontínuo e contraditório"⁽⁶²⁾.

Não será acaso que, num século de tal confiança nos mét dos da ciência e de predominância desta visão linear de história, a principal descoberta das ciências naturais da época - a teoria da evolução de Darwin - sirva de pretensa base para a ideologia do darwinismo social, pela qual parte da burguesia justifica a desi gualdade dos homens. Já que a teoria liberal se mostra incapaz teoricamente de conter o avanço das "massas", recorre-se a uma irrracional desigualdade biológica: a burguesia e aqueles que conse guiram ascender socialmente são superiores aos que continuam na miséria e nos estratos mais "baixos". A desigualdade deixa de ter bases sociais e passa a ser natural - naturalização de social própria do pensamento ideológico - e serve para justificar, tanto o imperialismo, como a destruição dos intelectuais das classes dominadas, pois o "agitador" não pode ser classificado dentro do estereótipo de obediência, estupidez "naturais" a um ser in ferior. "Tal atitude refletia a determinação em decapitar as clas ses menos favorecidas, quando elas não perdiam seus líderes po tenciais espontaneamente através da absorção por parte da classe média"⁽⁶³⁾.

A destruição e cooptação dos intelectuais das classe domi nadas faz parte da construção da direção político-cultural burgue sa, tão crucial naqueles países onde a burguesia detém o poder político e a pressão do proletariado ameaça este poder. A preo cupação e o interesse em criar e desenvolver esta direção intelec tual e moral ficam patentes se lembrarmos, por exemplo, que após 1870, na Inglaterra, nasce o sistema nacional de educação ele mentar e, em 1891, a educação de "massa" já é compulsória. Ob

⁽⁶²⁾ HOBBSBAWM, E. A Era do Capital p. 261-262-263.

⁽⁶³⁾ HOBBSBAWM, E. A Era do Capital p. 258.

viamente existem, nesta expansão da alfabetização e da educação, necessidades econômicas de formação de mão-de-obra etc; todavia não devemos esquecer de relacionar a educação com a problemática gramsciana do aparelhos ideológicos, nem deixar de lembrar a afirmação althusseriana de que a escola é o principal aparelho ideológico nas sociedades capitalistas desenvolvidas.

A partir desta época, pós 1870, outra questão se coloca para os proletários dos países capitalistas desenvolvidos; como utilizar o tempo de lazer. Em 1871, eles obtiveram, na Inglaterra, o reconhecimento do descanso semanal, e, aos poucos, com a passagem da exploração extensiva para a intensiva, os proletários conquistam afinal em tempo livre. Mas o tempo de lazer proletário aparece simultaneamente com inúmeras atividades que preenchem este tempo livre: o futebol, o "music-hall", as casas de variedades etc. Neste período, também surge o primeiro meio de transporte coletivo (o bonde) e a classe operária, ou alguns de seus setores, participam do mercado material e espiritual. "Na verdade, depois de 1870 os britânicos começaram a transformar seus hábitos alimentares (...) Além disso, a partir dessa data não só a oferta de alimentos cresceu como todo o mercado de bens de consumo para os pobres começou a se transformar com a multiplicação das lojas varejistas (sobretudo das cadeias de lojas) e da produção fabril destinada especificamente ao público proletário"⁽⁶⁴⁾.

O tempo livre também é ocupado pelo crescente consumo da cultura industrializada, que atinge faixas cada vez maiores da população, todavia sem penetrar na sua parte majoritária. "Na realidade, não havia como pensar num consumo em massa de material impresso no século XIX; na área de maior incremento, que é a da imprensa diária, mesmo na Inglaterra a exposição da parcela majoritária da população aos jornais é um fenômeno deste século, ocorrendo somente após a Primeira Guerra Mundial. No caso dos livros, a maioria da população somente se torna leitora na segunda metade do atual século"⁽⁶⁵⁾. Mas, se a produção cultural não pode ser considerada, sem mais, de "massa"; este é o mo

(64) HOBBSBAWM, E., *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*, p. 151.

(65) COHEN, G., *ob. cit.* p. 60-61.

mento inicial desta futura produção de "massa". Na comunicação, as tendências que se delimitam reforçam alguns aspectos do que chamamos cultura industrializada e apontam novos elementos que caracterizarão a chamada indústria cultural, que se concretiza no século XX.

O prosseguimento do avanço do capital sobre a produção cultural se define pela apropriação de padrões sócio-econômicos-tecnológicos cada vez mais oligopolistas. A tendência à concentração-centralização são comprovados pelos seguintes dados. Em primeiro lugar, por exemplo, a diminuição do número de jornais diários no Estados Unidos, a partir de 1920, e o aumento constante da tiragem dos periódicos⁽⁶⁶⁾. Em segundo lugar, pelo aparecimento de novos meios de comunicação - cinema (final do século XIX e inícios do XX), rádio (por volta de 1920-30) e televisão (em torno de 1940) - alguns dos quais nascem quase acompanhados da concentração/centralização, como, por exemplo, o cinema. Ele, desenvolvido, em 1895, pelos irmãos Lumière, já nas primeiras décadas do século XX, está concentrado/centralizado, primeiro nas mãos dos irmãos Pathé e, a partir do final da primeira guerra mundial, nas mãos de Hollywood, que chega a concentrar 95% da produção mundial de filmes⁽⁶⁷⁾. Aliás Hollywood é a inauguração do que chamamos indústria cultural, na década de 1930.

Fugindo um pouco a esta época e chegando aos dias atuais, percebemos que esta tendência à concentração-centralização permanece. Com dados de 1973, temos o seguinte quadro: "Casi la mi

(66) SCHRAMM, W. ob. cit. p. 76-77 apresenta os seguintes dados aproximados numa tabela: 1888 - 1442 diários - 4.500.000 exemplares - 61 milhões de habitantes; 1900 - 2.140 diários - 9.300.000 exemplares - 75 milhões de habitantes; 1914 - 2.442 diários - 25.400.000 exemplares - 96 milhões de habitantes; 1920 - 2.042 diários - 27.700.000 exemplares - 105 milhões de habitantes; 1930 - 1.842 diários - 39.500.000 exemplares - 122 milhões de habitantes; 1940 - 1.878 diários - 41.100.000 exemplares - 131 milhões de habitantes; 1950 - 1.772 diários - 53.800.000 exemplares - 150 milhões de habitantes; 1956 - 1.760 diários - 56.100.000 exemplares - 162 milhões de habitantes.

(67) SADOUL, Georges "Edificação de Hollywood" in ——. História do Cinema Mundial, São Paulo, Martins, 1963, pp. 197-214 (1º volume).

tad de los medios de información de masas y de propaganda están concentrados en el mundo capitalista en cincuenta grandes monopolios de la prensa, la radio y la televisión, los cuales controlan alrededor del 30% del tiraje de los diarios (75 millones de ejemplares) y unos 40 millones de ejemplares de semanarios. En sus manos se encuentra la inmensa mayoría de las emisoras de radio y tv"⁽⁶⁸⁾. Outro exemplo marcante da concentração - centralização da produção e difusão da cultura, ainda no campo das informações, são as agências internacionais de notícias. Segundo Luis Amaral, "as agências mundiais exercem influências sobre as seguintes porcentagens da população mundial: France-Press - 53%; Reuter - 55%; Associated Press - 63%; United Press - 63%; e Tass - 39%. As agências mundiais reunidas fornecem, diariamente, cerca de 19 milhões de palavras a quase 30 mil assinantes (jornais, revistas, emisoras de rádio e televisão, empresas públicas e privadas) espalhadas pelos cinco continentes"⁽⁶⁹⁾.

Quanto ao alcance/abrangência dos meios de comunicação, ele pode ser medido pelo número de meios, pela quantidade de seus receptores e pelo tempo que estes dedicam aos produtos dos meios de comunicação. Para nos atermos a um meio mais antigo, que permita uma comparação com dados já citados, tomemos, como exemplo, a tiragem dos jornais diários, inclusive porque os meios eletrônicos atingem públicos bastante mais vastos. Esta tiragem, em 1973, está entre 250 e 350 milhões de exemplares, com alguns jornais chegando aos 10 milhões de exemplares diários. Com relação ao tempo dedicado aos meios de comunicação, Wilbur Schramm, tomando com base a década de 50 do século atual, conclui: "Baseados nesses dados, teremos de concluir que a maioria dos norte-americanos gasta hoje de 3 a 6 horas diárias, em média, com a comunicação de massa. Isto provavelmente equivale a pouco mais de uma hora há 50 anos, e consideravelmente menos há 100 anos"⁽⁷⁰⁾.

A concentração-centralização, no entanto, não é algo espe

(68) "LOS MEDIOS de Comunicación de Masas de los Regimes Capitalistas" in Deciep, Havana, Departamento de Ciencias de Información de la Escuela de Periodismo de la Universidad de Havana 1973 (setembro/outubro) p. 47

(69) AMARAL, L. ob. cit. p. 161

(70) SCHRAMM, W. ob. cit. p. 79.

cífico dos meios de comunicação. Como vimos é tendência do capital oligopolista. Outra tendência afeta os meios de comunicação, provocando uma interdependência cada vez mais aprofundada entre eles e as agências de publicidade, de estudos de audiência, de pesquisa de mercado etc, formando uma espécie de sistema integrado e indissociável da existência dos meios no capitalismo oligopolista. Também uma relação cada vez mais estreita entre produção-consumo caracteriza o capital monopolista e, em particular, a comunicação nesta fase. Marx, segundo Sánchez Vásquez e como já afirmamos, assinala uma triíplice determinação da produção sobre o consumo: a produção cria o objeto, a matéria do consumo; a produção impõe um modo específico de consumir o objeto; finalmente, a produção "produz" o consumidor⁽⁷¹⁾. Todavia no capitalismo monopolista, a inter-relação entre produção e consumo é estreitada pela campanha de vendas que, ao mesmo tempo, produz em progressão geométrica o consumidor e "invade cada vez mais a fábrica e a oficina, ditando o que deve ser produzido de acordo com os critérios estabelecidos pelo departamento de vendas e seus consultores e conselheiros na indústria de publicidade"⁽⁷²⁾.

Uma das consequências desta relação íntima entre produção - consumo, via campanha de vendas, é uma procura de novidades e modificações artificiais nos produtos, criando uma "obsolescência pré-fabricada", como demonstram Swezzy e Baran, nas suas análises da indústria automobilística americana. Esta "obsolescência pré-fabricada" conduz a uma necessidade de renovação constante dos produtos o que impede a saturação do mercado e inaugura a "sociedade de consumo". Sintetizando esta questão e articulando-a com o já discutido até aqui, Theotonio dos Santos sugere: "Neste tipo de economia, a taxa de lucro passa a ser função do poder das grandes empresas e não de sua capacidade de concorrência, permitindo um aumento espantoso dos lucros sem rebaixar preços. Pelo contrário, os lucros crescem exatamente em consequência do aumento dos preços, superior em relação ao do custo. Mesmo assim, o aumento de custos deve-se aos gastos em publicidade, à extensa e custosa diversificação de produtos, às vendas condicionadas (a prazos, com seus altos custos em juros e serviços). Todos estes

(71) VASQUEZ, S. ob. cit. p. 279-280

(72) SWEZZY, P. e BARAN, P. ob. cit. p. 134.

fatores encarecem enormemente os produtos, sem melhorar sua qualidade, pelo contrário: sacrificando-a. A ausência de concorrência e o poder dos trustes sobre o governo permitem não aplicar as leis de controle de qualidade dos produtos, em benefício dos lucros das empresas. Uma vez mais sai prejudicado o consumidor(...) A riqueza do país se redistribui, assim, ao nível do consumo em favor das grandes empresas e em prejuízo dos que recebem outras fontes de rendas, sejam salários ou lucros não monopolistas"(73).

Pelo discutido até agora, podemos concluir que os meios de comunicação desempenham funções essenciais no capitalismo oligopolista e - mesmo sem propor ainda o debate sobre a indústria cultural - apoiados no trabalho de Sánchez Vásquez a respeito da arte no período, sugerimos duas funções básicas: a econômica e a ideológica. Nas palavras do professor mexicano: "El capitalismo está, pues, interesado en una nivelación tanto de la producción artística como de los gustos que determinan su goce o consumo. En primer lugar, por razones económicas ya que este consumo de masas es el que rinde más altos beneficios; en segundo lugar, desde un punto de vista ideológico, ya que es uno de los medios más efectivos para mantener las relaciones enajenantes clasificatorias, características de la sociedad capitalista"(74).

O capitalismo oligopolista impõe que os meios de comunicação e institucionais relacionados desempenhem uma série de funções,

(73) SANTOS, T. dos ob. cit. p. 103-104. Sobre a "obsolescência pré-fabricada", Salama e Valier escrevem: "É com esse espírito que os capitalistas deterioram as mercadorias (...) mostram que o essencial para o capitalista é produzir o mais possível, renovar com suficiente rapidez um mercado que apresentaria o risco de saturação caso os produtos tivessem a qualidade e durabilidade que poderiam ter. Gastar capitais com o objetivo de sabotar "cientificamente" as mercadorias mostra até que ponto um dos traços dominantes do capitalismo contemporâneo é o desperdício". SALAMA, P. e VALIER, J. ob. cit. p. 75-76. A propósito da questão da "sociedade de consumo", Goldmann sugere que ela seja uma nova fase do capitalismo. Assim as três etapas do capitalismo por ele seriam: capitalismo liberal até por volta de 1910-1911; a fase imperialista deste ponto até 1945; e o período do capitalismo de organização, a partir do pós-45 (também chamada de sociedade de consumo, sociedade tecnocrática, sociedade de massas) ver: GOLDMANN, Lucien "A Revolta das Letras e das Artes nas Civilizações Avançadas" in ———, A Criação Cultural na Sociedade Moderna, Lisboa, Editorial Presença, 1972, p. 50-66.

(74) VÁSQUEZ, A. S. ob. cit. p. 315.

imprescindíveis em termos econômicos à esta fase do capitalismo. Já vimos como, para Sweezy e Baran, a campanha de vendas (e meios de comunicação, é claro) é uma das formas de utilização do excedente, sem as quais a tendência à estagnação desta etapa capitalista pode se concretizar. A campanha de vendas e os meios de comunicação são também indispensáveis para, além de absorver o excedente, dinamizar o próprio capitalismo oligopolista: primeiro, por sua luta incessante contra a poupança e a favor do consumo; segundo, porque, via publicidade, desempenha papel básico na nova concorrência a concorrência de "marcas". Sobre a publicidade, os autores afirmam: "a publicidade, em todos os seus aspectos, não pode ser tratada, coerentemente, como uma excrescência indesejável do sistema econômico, que poderá ser eliminada se "nós" nos decidíssemos a isso. Produto mesmo do capitalismo monopolista, subproduto inevitável do declínio da competição de preços, a publicidade constitui parte integrante do sistema, tal como a própria empresa gigante"⁽⁷⁵⁾.

Esta relação capitalismo oligopolista - publicidade (e como veremos adiante, indústria cultural) é reafirmada por Baran e Sweezy e pelos dados citados por eles nos seguintes trechos: "... é fora de dúvida que as despesas com publicidade, na economia americana, sofreram uma elevação realmente espetacular. Há um século, antes da onda da concentração e trustificação que iniciou a fase monopolista do capitalismo, a publicidade tinha um papel muito pequeno no processo de distribuição de produtos e de influenciar as atitudes e hábitos do consumidor. A publicidade que existia era realizada principalmente pelos varejistas, e mesmo eles não procuravam promover marcas características ou artigos rotulados. Os fabricantes ainda não haviam começado a explorar a publicidade como meio de assegurar a procura de seus produtos pelo consumidor. Na década de 1890, porém, tanto o volume com o tom da publicidade se modificaram. As despesas com ela, em 1890, elevaram-se a 360 milhões de dólares nos Estados Unidos, cerca de sete vezes mais do que em 1867. Em 1929, tal número se havia multiplicado por quase 10, chegando a 3.426 milhões de dólares. Assim, à medida que o capitalismo monopolista chegava à

⁽⁷⁵⁾ SWEZZY, P. e BARAN, P. ob. cit. p. 127.

maturidade, a publicidade entrava na fase de persuassão, distinta da fase de proclamação ou repetição(...). Assim sendo, a publicidade cresceu astronomicamente, sendo a sua expansão e êxito promovidos continuamente pela crescente monopolização da economia e pela eficiência dos meios colocados a seu serviço - especialmente o rádio e, agora, acima de tudo a televisão"⁽⁷⁶⁾.

O aumento crescente dos gastos em publicidade pode ser observado, se pensarmos que, em 1962, estes gastos foram mais de 12 bilhões de dólares. E isto sem considerar as despesas em pesquisas de mercado, relações públicas, planejamento comercial e serviços semelhantes, realizados pelas agências de publicidade e outras firmas especializadas, que giram, em 1962, ao redor de 8 bilhões de dólares.

Entretanto estas funções econômicas extrapolam o imediatamente econômico: "... o esforço de venda, por seu turno, reage sobre o processo econômico e cria uma cultura capitalista monopolista diversa..."⁽⁷⁷⁾. A nova qualidade da sociedade oligopolista marca e impõe especificidades à cultura-ideologia desta sociedade, que afetam sobretudo a discussão das determinações supraestruturais da comunicação no capitalismo monopolista e das funções político-ideológicas impostas aos meios de comunicação. Torna-se necessário, portanto, uma reflexão sobre as modificações da consciência burguesa - ideologia e de suas relações com a indústria cultural, além de uma caracterização deste último fenômeno. Tais reflexões, no entanto, não cabem nos limites deste capítulo.

⁽⁷⁶⁾ SWEZZY, P. e BARAN, P. ob. cit. p. 122-123. Na página seguinte eles escrevem: "O que ocorre na realidade é que a publicidade se transformou num instrumento indispensável a um enorme setor do mundo das grandes empresas. Empregada de forma competitiva, ela se tornou parte integrante da política de maximização do lucro das empresas, e serve ao mesmo tempo como uma formidável muralha na proteção das posições monopolistas".

⁽⁷⁷⁾ SWEZZY, P. ob. cit. p. 57.

CAPÍTULO IV

CONSCIÊNCIA BURGUESA E INDÚSTRIA CULTURAL

1. A indicação das relações, realizada nos dois capítulos iniciais, e a configuração preliminar da problemática da Indústria Cultural, esboçada no capítulo três, introduziram/balizaram a questão central de nossa dissertação: a discussão da Indústria Cultural. Cabe, portanto, neste capítulo enfrentar a questão.

Com este objetivo, inicialmente estudaremos as modificações ocorridas na consciência burguesa, para num segundo momento propor o relacionamento entre ela e a indústria cultural, tentando, no entanto, apontar as especificidades desta produção-difusão de cultura-comunicação. Concluímos nosso trabalho elaborando uma caracterização provisória da Indústria Cultural, a partir dos elementos discutidos - no decorrer da dissertação e do atual capítulo - e da valiosa contribuição de autores interessados na questão da Indústria Cultural.

2. A cultura industrializada e a Indústria Cultural (que pretendemos definir adiante) são, como já propusemos, produtos da síntese das determinações infra e supraestruturais da comunicação. No caso da Indústria Cultural esta síntese encontra-se um estado ainda mais avançado do que na cultura industrializada e, é justamente sobre a relação indústria cultural-consciência burguesa atual que vamos nos deter daqui por diante.

Para a discussão da consciência burguesa, em especial, na fase oligopolista do capitalismo, privilegiamos sua manifestação mais coerente e sistemática, como sugerem Gramsci e Althusser, a filosofia. Esta opção, ao mesmo tempo que permite uma periodização da evolução da consciência burguesa, pode trazer algumas dificuldades no paralelismo desta com o real, pois não devemos esquecer duas observações feitas por Engels sobre esta questão: 1 - "Quanto mais o domínio que estudamos se afasta do econômico e se aproxima da pura ideologia abstracta, mais chegamos à conclusão que, quanto mais o avanço histórico apresenta acasos, mais a sua curva se apresenta aos zigue-zagues"; 2 - "A economia não cria aqui, nada diretamente dela mesma, nada de novo, mas determina o tipo de modificação e de desenvolvimento do material pré-exis-

tente, embora faça isso quase sempre indiretamente, pelo fato de serem os reflexos políticos, jurídicos e morais os que exercem a maior influência direta sobre a filosofia"⁽¹⁾. Feitas as observações de Engels, podemos apontar as modificações da consciência burguesa, a partir de duas periodizações; uma traçada por Georg Lukács e Carlos Nelson Coutinho e outra por Lucien Goldmann.

3. A primeira periodização - de Lukács - define três fases da consciência burguesa: uma antes de 1848, outra entre 1848 e o período inicial do imperialismo e, a última, do imperialismo em diante. As três fases são caracterizadas do seguinte modo por Lukács: "a filosofia burguesa clássica deu lugar ao nascimento e ao desenvolvimento de uma ideologia universal e potente, colocada sob o signo do progresso. Nessa época, a filosofia ocupava o cu me das ciências humanas; era o termo, a base e o quadro de todo o conhecimento. A ideologia constituía então o objeto propriamente dito da filosofia, ela própria produto orgânico do progresso social ininterrupto, término e corolário do conjunto da atividade científica de cada etapa da evolução social.

O período economicamente repleto de compromissos sociais desviou-se com preguiça e covardia de toda questão ideológica, cujo estudo julgava inútil, declarando anticientíficas as grandes realizações ideológicas do período precedente. Quanto à "intelligentzia" do período de crise, aspira à resignação e ao reconforto que uma ideologia nova devia fornecer-lhe"⁽²⁾.

(1) As citações são respectivamente: ENGELS, F. "Carta à Heinz Starkenburg (25 de janeiro de 1894)" in MARX, K. e ENGELS, F. Sobre Literatura e Arte, Lisboa, Estampa, 1974, p. 42 e ENGELS, Friedrich, "Carta à Konrad Schmidt (27 de outubro de 1890)" in MARX, Karl e ENGELS, Friedrich Cartas Filosóficas e Outros Escritos, São Paulo, Grijalbo, 1977, p. 40.

(2) LUKÁCS, Georg. Existencialismo ou Marxismo, São Paulo, Senzala, 1987, p. 43. O autor pouco depois - p. 54 - aponta outros elementos: "a filosofia do período clássico colocava o problema da ideologia sob o signo do conhecimento científico. Em outras palavras, sua ideologia era a ideologia da ciência. A filosofia do período de transição traçava-se limites intransponíveis justamente onde terminava o conhecimento registrado pelas ciências especializadas. A filosofia no estágio do imperialismo aceita esses limites, pretendendo criar uma nova ideologia supracientífica ou anticientífica, graças à criação de um novo instrumento do conhecimento".

Carlos Nelson Coutinho, no seu livro *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*, sistematiza, explica as passagens e, na sua análise, sugere o pós-1848 como um período onde o irracionalismo - "destruição da razão" - e o racionalismo formal - "miséria da razão" - coexistem, prevalecendo, a depender da conjuntura, uma ou outra destas formas de pensar. Geneticamente essa duplicidade se origina no período imediatamente posterior à Revolução Francesa, quando ambas as posições estão imediatamente relacionadas à aceitação ou não das novas formas econômicas capitalistas. Depois estas posições tendem a se sublimar em questões éticas ou epistemológicas. Nas palavras de Carlos Nelson: "Pensamos aqui na oposição entre o anticapitalismo romântico e a apologia vulgar do progresso capitalista. Por um lado, a crítica romântica do capitalismo via nas formas econômicas tão somente a causa de uma profunda dissolução da pretensa "plenitude natural" do homem, ou seja, via na radical socialização do trabalho uma ameaça mortal para a subjetividade espiritual dos indivíduos. Por outro, a vulgar apologética burguesa negava a contraditoriedade real da objetividade econômica do capitalismo (no que rompia decisivamente com a tradição progressista), afirmando sua homogeneidade, sua tendência ao equilíbrio e ao progresso linear. Com a acentuação das contradições capitalistas, essa segunda tendência orienta-se para o agnosticismo, refugiando-se num formalismo vazio e convertendo-se em positivismo, ou seja, passa a estabelecer "limites" à compreensão racional da realidade.

Trata-se de uma antinomia, essa, que o pensamento decadente não consegue superar"⁽³⁾.

Quanto às mudanças sofridas pela consciência burguesa, em 1848, o autor sugere que três elementos essenciais elaborados pela consciência da burguesia progressista são em maior ou menor grau abandonados: o humanismo, o historicismo e a razão dialética. Isto é determinado pelos acontecimentos político-sociais de 1848, quando pela primeira vez, em vários países europeus, o proletariado se rebela contra a burguesia. "Do ponto de vista imediatamente social e político, essa inversão tem sua gênese no

⁽³⁾ COUTINHO, Carlos Nelson. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972. p. 31/32.

surgimento de uma contradição antagônica entre as classes que outrora formavam o Terceiro Estado. Enquanto numa primeira etapa a burguesia representava objetivamente os interesses da totalidade do povo, no combate à reação absolutista-feudal, agora o proletariado surge na história como classe autônoma, em si e para si, capaz de resolver em sentido progressista as novas contradições geradas pelo próprio capitalismo triunfante"⁽⁴⁾. A "nova" consciência tem duas características: a especialização/fragmentação e o imediatismo/aparência⁽⁵⁾. Antes de uma discussão maior destas questões, vejamos a periodização de Lucien Goldmann.

4. O pensador francês, como já escrevemos anteriormente, distingue três períodos do capitalismo, com determinações diversas sobre a consciência burguesa: O primeiro período, que vai até mais ou menos 1910/11, é o capitalismo liberal; desta data até 1945 é o período imperialista ou de crise e, de 1945 em diante, a fase do capitalismo de organização. O momento inicial, segundo Goldmann, é caracterizado pela perda da totalidade e pela visão marcadamente individualista da sociedade que tem toda sua vida regulada por um mecanismo "inconsciente", o mercado. Com o desenvolvimento das grandes corporações monopolistas este mecanismo regulador entra em crise e, neste período, começa a fase imperialista, que, dadas as constantes conturbações econômicas e sociais, é encarada como a crise final do capitalismo, mas que, não

(4) COUTINHO, C. N. ob. cit. p. 8.

(5) Carlos Nelson, depois de observar o abandono do terreno científico nas questões básicas da concepção do mundo e da teoria do real, na ética e na ontologia, e a limitação do campo de conhecimento às ciências particulares, escreve: "ademais, mediante um intenso processo de especialização, consegue-se neutralizar as descobertas parciais e impedir que tenham repercussão na ética e na ontologia". COUTINHO, C. N. ob. cit. p. 16. Sobre o imediatismo/aparência temos: "De crítica da realidade em nome do progresso, do futuro, das possibilidades reprimidas, o pensamento burguês transforma-se numa justificação teórica do existente. Em proporções cada vez maiores, a história e a economia perdem sua anterior importância filosófico-ontológica, deixando de desempenhar um papel significativo na elaboração da concepção do mundo. E, com isso, perde-se a possibilidade de apreender a essência da realidade humana: a filosofia da decadência torna-se, cada vez mais, um pensamento imediatista, centrado nas aparências fatichizadas da realidade". COUTINHO, C. N. ob. cit. p. 22.

obstante, é hoje considerada como uma etapa de transição do capitalismo. "Seja como for, no plano filosófico esse período do capitalismo em crise corresponde a uma filosofia particular e original que, por certo lado, conserva elementos individualistas (...) mas que não tinha já por centro a razão nem a percepção, isto é, as possibilidades do indivíduo, e sim, pelo contrário, os limites e o limite por excelência: a morte. Essa filosofia, o existencialismo, tomava também por centro, no plano psíquico, o sentimento que se desenvolve a partir da consciência dos limites e da morte: a angústia"⁽⁶⁾.

O último período - no qual atualmente vivemos - é denominado pelo autor, como já foi dito, de capitalismo de organização e corresponde ao que outros autores chamam de sociedade de consumo, sociedade tecnocrática, sociedade de massas etc e difere das duas fases anteriores, porque os novos mecanismos reguladores da formação social passam pela consciência, o que não ocorre na fase liberal, onde o mecanismo é inconsciente e, no período da crise, quando não existem reguladores. Estes mecanismos ao passarem pela consciência fazem com que, ao menos, os teóricos do capitalismo possam tomar consciência dos problemas da organização global da sociedade e da economia: "... no capitalismo de organização é, pelo contrário, a tomada de consciência da totalidade que aparece, pelo menos ao nível da vontade e do comportamento dos dirigentes, como fenômeno fundamental"⁽⁷⁾. Algumas características básicas aparecem nesta sociedade; a melhoria do nível de vida das modernas classes médias - e não mais a tendência a pauperização destes segmentos sociais - como o abrandamento das oposições - inclusive porque nos grandes países capitalistas a melhoria do nível econômico de vida atinge setores operários -; o aparecimento de uma tecnocracia que concentra considerável poder de decisão em suas mãos; e finalmente, a redução da vida psíquica dos indivíduos, consequência da não-participação do indivíduo comum nos rumos da sociedade, criando o "especialista analfabeto".

(6) GOLDMANN, Lucien, "A Revolta das Letras e das Artes nas Civilizações Avançadas" in ———, A Criação Cultural na Sociedade Moderna. Lisboa, Presença, 1972. p. 54.

(7) GOLDMANN, L. ob. cit. p. 56-57.

5. Esboçada a periodização da consciência burguesa, podemos avançar nossa discussão para chegarmos às características desta consciência no mundo contemporâneo. Antes, porém, é necessária uma discussão, mesmo sumária, da fase pós-1848. - Historicamente esta etapa é marcada pelo liberalismo/iluminismo que, em verdade, formam a consciência da burguesia revolucionária e a base de toda e qualquer consciência burguesa, pois aí estão os princípios básicos desta consciência, ainda que nas suas diversas configurações histórico-sociais estes princípios estejam unidos a outros decorrentes da praxis de uma burguesia determinada e das especificidades da luta de classes num tempo e espaço dados. Luiz Antonio Cunha enumera os cinco princípios básicos da concepção de mundo da burguesia liberal: o individualismo, a liberdade, a propriedade, a igualdade e a democracia e, a partir deles, a consciência revolucionária da burguesia ascendente alcança elementos como o humanismo, o historicismo e a razão dialética⁽⁸⁾. Estes princípios constitutivos e os elementos alcançados já foram discutidos, pelo menos rapidamente, em outras partes deste trabalho. Mas, para exemplificar a relação consciência-real, detemo-nos momentaneamente no princípio da igualdade e no elemento razão.

Já vimos nos capítulos anteriores a necessidade econômico-política, para a burguesia, da igualdade jurídica dos homens que não deslegitima a desigualdade econômica e, pelo contrário, ajuda sua legitimação. Se partimos da conclusão de Goldmann⁽⁹⁾ - Sobre o fundamento da igualdade dos homens, veremos que esta ideologia,

745 CUNHA, Luiz Antonio, "A Educação e a Construção de uma Sociedade Aberta" in ——. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975, p. 28 a 34. No caso dos elementos ver COUTINHO, C. N. ob. cit. p. 12 a 15.

(8) "Só existem para o comerciante como tal e para o produtor - enquanto comprador de matérias-primas e de força de trabalho, e vendedor de produtos - seres que tem a mesma qualidade abstrata de homem, ou seja, de comprador e de vendedor possíveis, fazendo abstração de qualquer outra particularidade social. Reside aí, aliás, entre outros, o fundamento histórico da ideologia moderna dos direitos do homem, da igualdade, da legalidade, da justiça universal etc. GOLDMANN, L. "A Reificação" in ——. Dialética e Cultura, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967, p. 113.

conjugada à categoria da reciprocidade - troca justa no mercado dentro da lei da oferta e procura - servem para legitimar o capitalismo liberal.

A respeito do elemento razão, bastante importante para nossas reflexões, também já observamos que ele "deriva" do avanço constante das forças produtivas no capitalismo concorrencial. Para reafirmar esta relação, citamos Hobsbawm: "A Grande Enciclopédia de Diderot e D'Alembert não era simplesmente um compêndio do pensamento político e social progressista, mas do progresso científico e tecnológico. Pois, de fato, o "iluminismo", a convicção no progresso do conhecimento humano, na racionalidade, na riqueza e no controle sobre a natureza - de que estava profundamente imbuído o século XVIII - derivou sua força primordialmente do evidente progresso da produção, do comércio e da racionalidade econômica e científica, que acreditamos estar inevitavelmente associado a ambos"⁽¹⁰⁾. Neste sentido, a luta contra a aristocracia ganha aparência de luta contra a irrazão: "a filosofia anterior à Revolução Francesa ignorava esse problema. Para ela, a luta histórica e social tinha lugar entre a razão (a sociedade burguesa ascendente) e a não-razão (o absolutismo feudal decadente)"⁽¹¹⁾.

Esta razão não é a razão absoluta como pensa a burguesia, mas uma razão limitada e particular de classe, conforme vimos em inúmeras discussões anteriores. No entanto, isto não é aparente na fase de ascensão da burguesia, pois o projeto burguês da futura sociedade não via contradições de interesses nem exploração do homem pelo homem nesta sociedade. Devido, inclusive à visão individualista, a futura sociedade burguesa é pensada, neste momento, como harmoniosa e como capaz de satisfazer as necessidades básicas do homem, mesmo que em sua luta contra a aristocracia, a burguesia tenha chegado a limites de consciências próximas à luta de classes, historização das sociedades etc. A confiança na razão e na sociedade racional é atestada pela inexistência, no período, do conceito de ideologia e pela crença na superioridade absoluta da razão.

⁽¹⁰⁾ HOBBSAWM, Eric, A Era das Revoluções, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 36-37.

⁽¹¹⁾ LUKÁCS, G. ob. cit. p. 17. Sobre a relação razão e formas de conceber o social (inclusive em Hobbes e Voltaire) consultar ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max Temas Básicos da Sociologia, São Paulo, Cultrix, 1973, p. 30-31.

A confiança começa a ser abalada e o caráter particular desta "razão" burguesa aparece com a concretização da sociedade burguesa. Se antes a burguesia "queria ao mesmo tempo a revolução anti-feudal e sua dominação como classe exploradora"⁽¹²⁾, ela ao menos aglutina o terceiro Estado pela defesa de alguns interesses gerais destes segmentos e pela luta contra a aristocracia. Agora instalada no poder político e econômico, cada vez mais seus interesses particulares entram em contradição com interesses gerais da sociedade. Isto junto ao agravamento da luta de classes, possibilitando as primeiras rebeliões nitidamente proletárias, e ao nascimento dos princípios básicos da consciência do proletariado, levam à importantes modificações na consciência burguesa.

Estas modificações afetam inicialmente os níveis mais abstratos da consciência burguesa - na filosofia, começam a predominar correntes, como o positivismo, ligados à "miséria da razão", segundo a nomenclatura lukacsiana - e somente com as mudanças econômicas do capitalismo, no sentido da oligopolização, é que os níveis da consciência burguesa liberal mais ligados ao concreto são atingidos pelas modificações, quando passa a predominar na consciência burguesa uma atitude irracionalista própria deste momento de crise. Durante estes períodos duas características da nova consciência burguesa se desenvolvem: o imediatismo/aparência e a especialização/fragmentação. Como estas características são imprescindíveis para explicar e compreender a consciência burguesa do mundo contemporâneo, devemos fazer uma pequena reflexão sobre elas e suas consequências em termos ideológicos.

6. A citação anterior de Carlos Nelson - nota 5 - aponta para a transformação da consciência burguesa num "pensamento imediatista, centrado nas aparências fetichizadas da realidade", pelo abandono da história e da economia como núcleo filosófico-ontológico desta consciência. Daí a primeira característica que chamamos imediatismo/aparência. Ela decorre do desenvolvimento do fetichismo e de seu paralelo avanço, devido a importância cada vez maior do econômico na sociedade capitalista e da sua imposição à

(12) LOWY, Michael "Objetividade e Ponto de Vista de Classe nas Ciências Sociais" in LOWY, M., Método Dialético e Teoria Política, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, p. 34.

outras esferas da atividade humana, como, por exemplo, a cultura. Lucien Goldmann acredita que na sociedade burguesa " ... a consciência tende, com efeito, a tornar-se um simples reflexo, a perder toda a função ativa, na proporção em que o processo da reificação, consequência inevitável de uma economia mercantil, se estende e penetra no âmago de todos os setores não econômicos do pensamento e da afetividade"(13).

Deste modo, progressivamente a consciência burguesa é produzida por uma percepção imediata e aparente do real, inclusive deixando de lado aquelas questões não dadas imediatamente na aparência fenomênica das coisas, tornando-se uma consciência pragmática e, muitas vezes, desprezando especulações mais abstratas. Adorno, discutindo a questão da crítica e da cultura na sociedade atual, chega a afirmar: "Ideologia es hoy la sociedad como fenómeno". Uma página depois, o pensador alemão descreve: "La ideologia, la apariencia socialmente necesaria, es hoy la sociedad real misma, en la medida en que su fuerza y su inevitabilidad integrales, su existencia irresistible, se ha convertido en un substitutivo del sentido arrasado por ella misma"(14).

Já vimos que, em Adorno, ideologia e real não se confundem, ainda que na sociedade contemporânea eles sofram modificações convergentes - "porque ideologia e realidade correm uma para a outra" como dizem Adorno e Horkheimer. Esta proximidade faz com que a ideologia deixe de ser um pensamento pretensamente autônomo, como afirmaram Marx e Engels, para, no mundo contemporâneo, tornar-se claramente não autônomo, mesmo que continue desconhecendo (ou tentando desconhecer) seu fundamento de classe. "Hoje, a assinatura da ideologia caracteriza-se mais pela ausência dessa autonomia e não pela simulação de uma pretensa autonomia"(15).

(13) GOLDMANN, L. ob. cit. p. 111. Sobre a expansão do econômico e de seus efeitos sobre a cultura, Adorno escreve: "Durante toda la era liberal la cultura cayó en la esfera de la circulación de los bienes, y la paulatina consunción de ésta corroe el sistema nervioso de aquélla". ADORNO, Theodor "La Crítica de la Cultura y la Sociedad" in —. Prismas, Barcelona, Ariel, 1962, p. 17.

(14) ADORNO, T. ob. cit. p. 24 e 25.

(15) ADORNO, T. e HORKHEIMER, M. ob. cit. p. 200. Neste ponto é bom lembrar a afirmação de Luciano Gruppi da tendência, própria do capitalismo monopolista, de transformar os intelectuais (inclusive tradicionais) em intelectuais organicamente ligados à burguesia.

A proximidade e a convergência ideologia-real resulta de um duplo movimento: de um lado, a sociedade (logicamente uma parte do social) apresenta-se como ideologia; de outro lado, a ideologia metamorfoseia-se em propaganda do social. Em um dos seus ensaíos, no livro *Frismas*. Adorno anota: "Todos los fenómenos han cristalizado en signos del dominio absoluto de la realidad. Precisamente porque no existen ya ideologías en el sentido estricto de conciencia falsa, sino sólo propaganda por un determinado mundo mediante su simple reproducción, o bien mentira provocatoria que no pretende ser creída, sino que se limita a imponer silencio..."⁽¹⁶⁾.

A segunda característica, desenvolvida pela consciência burguesa, é aquilo que chamamos de especialização/fragmentação e que é consequência da aceitação e expansão de um tipo específico de razão-racionalidade na sociedade capitalista. A sujeição à racionalidade burguesa é expressa pela aceitação "acrítica da rígida especialização das atividades humanas exigida pela divisão capitalista do trabalho. Essa especialização atinge os próprios fundamentos subjetivos da praxis, operando no interior do homem uma falsa fragmentação entre supostas faculdades antagônicas, como a sensibilidade e o intelecto"⁽¹⁷⁾.

A especialização/fragmentação é simultânea ao imediatismo/aparência e decorre, como dissemos acima, da expansão da racionalidade

⁽¹⁶⁾ ADORNO, T. ob. cit. p. 28-29.

⁽¹⁷⁾ COUTINHO, C. N. ob. cit. p. 28. Weber discute a questão do especialista relacionando-a com a racionalidade-burocratização: "Tras todos los debates del presente en torno a los fundamentos de la esencia de la formación se halla, en algún punto decisivo, la lucha del tipo del "especialista" contra el antiguo "humanismo de cultura", lucha que entra en todas las cuestiones culturales más íntimas y que está condicionada por la inestable propagación de la burocratización en todas las relaciones de dominio públicos e privados y por la importancia constantemente creciente del "saber especializado" WEBER, Max apud ADORNO, Theodor, "Cultura y Administración" in ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max, *Sociología* Madrid, Taurus, 1971, p. 75. Na página 72, Adorno critica Weber: "Sin embargo, justamente en el caso de las SS se hace visible hasta que punto el concepto formal de racionalidad supuesto por Weber, que se limita a la relación entre medio y fin, impide el juicio sobre la racionalidad del fin mismo; y en la propia teoría weberiana de la racionalidad cabe recelar el precipitado del pensamiento administrativo".

lidade particular burguesa. Esta racionalidade específica está presente em toda a consciência burguesa, mas se acentua no período pós-Revolução Francesa. Max Horkheimer diz: "Al perder, con la Revolución francesa, su significado estratégico el antiguo e difícil político del absolutismo - en especial la alianza de clero y aristocracia -, la Ilustración, por así decirlo, rindió el espíritu, y lo que restó fue el positivismo"⁽¹⁸⁾. Neste momento a razão burguesa abandona uma série de elementos conquistados, inclusive a razão dialética, e mostra seu caráter de "racionalidade-com-respeito-a-fins"; racionalidade que elimina a diferença entre técnica e praxis e que é intimamente ligada à técnica. Isto nos conduz a distinção entre razão objetivo e razão subjetiva assinalada por diversos autores e principalmente aqueles ligados à Escola de Frankfurt.

Enquanto o conceito de razão objetiva abrange todas as operações do pensar e se preocupa com a essência das coisas, o conceito de razão subjetiva - cujo predomínio não é de forma alguma dissociado da sociedade capitalista, particularmente na sua forma contemporânea - não leva em conta a questão da essência, de algo objetivamente racional, mas volta-se exclusivamente para aquele que pensa, para o sujeito. A consciência subjetiva, forma particular de racionalidade, "se refere à relação entre finalidades e meios, à adequação dos modos de comportamento às finalidades, que, enquanto tais são mais ou menos aceitas, sem que sejam submetidos, por sua vez, a uma justificação racional"⁽¹⁹⁾

[18] HORKHEIMER, Max "Ideología y Acción" in ADORNO, T., e HORKHEIMER, M. ob. cit. p. 56.

[19] HORKHEIMER, Max apud COUTINHO, C. N. ob. cit. p. 38-39. Na página precedente, Carlos Nelson escreve: "Enquanto o racionalismo da época clássica propunha-se conquistar terrenos cada vez mais amplos para e através da Razão Humana, o miserável racionalismo da decadência preocupa-se principalmente em estabelecer "limites" para o conhecimento; enquanto a filosofia clássica era preponderantemente ontológica, preocupada com o conteúdo objetivo do mundo, o agnosticismo decadente, pretende-se simples epistemologia, simples análise formal dos "limites do conhecimento". A razão, em suma, deixa de ser a imagem da legalidade objetiva da totalidade real, passando a confundir-se com as regras formais que manipulam "dados" arbitrariamente extraídos daquela totalidade objetiva. O paralelismo entre esse empobrecimento da Razão e o esvaziamento da praxis na atividade burocrática não é casual". COUTINHO, C. N. ob. cit., p. 37-38. Sobre a razão objetiva e a razão subjetiva, ver também WERNET, Augustín e RIBEIRO, Silvia Lara "A Escola de Frankfurt" in História, cadernos de pesquisa, São Paulo, Auphib/Brasiliense, 1978 (nº 3) p. 34-43.

Analisando a sociedade moderna e sua ideologia própria, Adorno e Horkheimer apontam, tanto o avanço da "racionalização" sobre as esferas da atividade humana, quanto a ambiguidade do conceito de racionalização. Habermas, depois de confirmar o domínio da razão instrumental e do racionalismo formal - particulares à técnica - nas formações capitalistas atuais, acrescenta: "Acompanhamos o processo da racionalização de cima para baixo até o ponto em que a própria técnica e a própria ciência começaram a assumir, na forma de uma consciência comum positivista - e articulada como consciência tecnocrática -, o valor histórico de uma ideologia - sucedâneo das ideologias burguesas desmontadas. A esse ponto se chega pela crítica das ideologias burguesas: é essa a origem da ambiguidade do conceito de racionalização. Horkheimer e Adorno decifram nessa ambiguidade a dialética do iluminismo..."⁽²⁰⁾.

As contradições e ambiguidades fazem que, no período pós-1848, a consciência burguesa sofra uma metamorfose e expresse predominantemente seu caráter de racionalidade instrumental e manipulatória, antes encoberto. Como a racionalidade instrumental somente vê como racional aquilo que pode ser manipulado, formalizado. A cada racionalização maior da parte, o todo torna-se cada vez mais irracional, inclusive porque inúmeras questões essenciais, que não permitem formalização acentuada, são abandonadas como irracionais. A dissociação entre a racionalidade da parte e a irracionalidade do todo é anotada por vários pensadores. Adorno, por exemplo, observa: "Finalmente, la amenaza que representa la racionalidad para el espíritu señala ostensiblemente que la irracionalidad del todo continúa sin cambiar y que toda racionalización particular redundará en beneficio de tal irracionalidad, puesto que re-

(20) HABERMAS, Jürgen "Técnica e Ciência Enquanto Ideologia" in Os Pensadores, São Paulo: Abril, 1975 (volume 48), p. 328. Luiz Costa Lima diz, apresentando a *Dialética do Iluminismo* de Adorno e Horkheimer: "A contradição plantada na própria premissa do Iluminismo (...) O que equivale a dizer: esta só é degenerescência enquanto pelo termo se entender a revelação do que já vinha trazido a modo de embrião desde a abertura do projeto (...) o iluminismo formulado prepara a paralisia do Iluminismo". LIMA, Luis Costa, Teoria da Cultura de Massa, Rio de Janeiro, Saga, 1969, p. 158.

fuera la presión de una ciega e implacable generalidad sobre lo particular"⁽²¹⁾.

A expansão da racionalidade e o consequente benefício do ir racional são as duas faces que denunciam a racionalidade como ra cionalidade específica de uma totalidade social e derivada da evo lução desta formação. Uma primeira consequência do uso da razão instrumental é a perda da totalidade. "Ora, o que foge ao cálcu lo, às manipulações homogeneizadoras de uma racionalidade reduzi da a regras formais, é precisamente a totalidade do objeto, da vida humana. E essa totalidade só é irracional quando se tem da Razão um conceito limitado, um conceito que a reduza às simples regras do intelecto, ou - para usar a expressão com que Weber ca racteriza essa atitude burocrática - à mera "racionalidade for mal"⁽²²⁾.

Paralela a perda da totalidade do real, ocorrem alterações e a consciência burguesa também não trabalha como totalidade: "A consciência não estruturada dialeticamente é inútil exigir que fun cione como uma totalidade orgânica. Na sua perspectiva, as par tes não se articulam em função de um todo pensado. A dissociação entre as operações sintéticas e analíticas (...) corresponde uma forma de consciência em que a análise e a síntese se apresentam inevitavelmente dissociados"⁽²³⁾. O sacrifício da totalidade im

(21) ADORNO, T. "Cultura y Administracion" ...p. 92, Costa Lima, de pois de falar dos elementos de racionalização capitalistas, con clui "Tais elementos se integram nos mecanismos de produção, de controle, de expansão e repressão que caracterizam o capitalismo, concretizando a dicotomia de racionalidade de aspecto e irracionalidade do todo". LIMA, L. C. "Comunicação e Cultura de Messe" in —, ob. cit. p. 35. Também Konder enfatiza a dissociação: "A totalidade da economia capitalista, porém, está sujeita a um sis tema de leis qualitativamente diverso do sistema de leis que se verifica nas suas partes. E, deste modo, a totalidade da econo mia capitalista se torna ininteligível até para os seus beneficiá rios". KONDER, Leandro Marxismo e Alienação, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p. 101.

(22) COUTINHO, C. N. ob. cit. p. 29. Ver também pp. 39-40.

(23) KONDER, L. ob. cit. p. 119-120.

possibilita de pensar partes - todo numa relação bilateral e faz que as partes sejam pensadas sem se articularem com o todo, o que leva à fragmentação e ao todo ser pensado como mera soma das partes. Todos estes mecanismos marcam a consciência burguesa pós-48.

Essa racionalidade limitada e específica de uma totalidade social, como já dissemos, é uma forma de poder; uma forma de dominação, como acentuam Adorno, Horkheimer e Marcuse. Os dois primeiros na sua *Dialética do Iluminismo* escrevem enfaticamente: "Mas não se diz que o ambiente em que a técnica adquire tanto poder sobre a sociedade encarna o próprio poder dos economicamente mais fortes sobre a mesma sociedade. A racionalidade técnica hoje é racionalidade do próprio domínio ..." (24). A utilização desta racionalidade e sua expansão à quase todas ou à totalidade das esferas sociais da atividade humana é determinada pela lógica própria do capital monopolista e se expressa, por um lado, como economicamente necessária para a acumulação oligopolista nas diversas áreas e, por outro lado, como politicamente essencial para a nova legitimação do poder capitalista.

Com a possível participação dos segmentos assalariados no mercado e na política, a educação - via ideologia da ascensão social - e o nível de vida - via ideologia do consumo e do conforto passam a servir como legitimadores do poder político da burguesia. Habermas em seu artigo citado sobre "Técnica e Ciência Enquanto Ideologia", discute como a técnica e a ciência - e sua racionalidade específica - servem: para legitimar o sistema, pelo nível de vida, consumo e conforto alcançados ou que poderão ser atingidos pelo progresso - pensado de forma linear -; para justificar a diferenciação entre os homens pela educação; e por último, para legitimar os governantes, ou seja, os "especialistas", que, em lugar da antiga "opinião pública", devem tomar as decisões "racionais" - encaradas como puramente técnicas e não políticas - para "garantir" este nível de vida, de consumo etc. Ao Estado burguês cabe, desta maneira, desenvolver este "programa de subs

(24) HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor. "A Indústria Cultural: o Iluminismo como Mistificação de Massas" in LIMA, L. C. ob. cit., p. 158. Habermas afirma a respeito de Marcuse: "Marcuse está convencido de que, no processo que Max Weber chamou de "racionalização", dissemina-se não a racionalidade como tal, mas, em seu nome, uma determinada forma indesejada de dominação política". HABERMAS, J. ob. cit. p. 303.

titutivos", que toma o lugar da ideologia da livre troca, como base de sustentação do poder capitalista.

Para atingir esta nova legitimação é preciso que uma série de requisitos sejam alcançados: um razoável nível de vida, alguma possibilidade real de ascensão social para certos indivíduos etc. Uma destas condições, sugerida por Habermas, e que para nossas reflexões tem grande importância é a despolitização da população. Nas palavras do autor: "A solução de tarefas técnicas não depende da discussão pública. Discussões públicas poderiam, antes, problematizar as condições de contorno do sistema, dentro dos quais as tarefas da atividade do Estado se apresentam como técnicas. A nova política de intervencionismo do Estado exige, por isso, uma despolitização de massa da população. Na medida em que as questões políticas são excluídas, a opinião pública política perde a sua função"⁽²⁵⁾. Sintomaticamente a necessidade política de despolitizar a população converge para a função da nova ideologia apontada por Adorno, no seu livro *Prismas* já citada: "...sino que se limita a imponer silencio...".

7. Esboçada a periodização e traçada, em suas linhas genéricas, a evolução e as características da consciência burguesa - em particular, daquela vigente no capitalismo oligopolista - podemos então, analisar a relação consciência burguesa e indústria cultural. Antes já vimos que o capitalismo monopolista atual determina uma manipulação econômica - se é que podemos distingui-la da política - e torna-a imprescindível para o seu próprio desenvolvimento e para a regulação de, todo seu sistema econômico⁽²⁶⁾. Agora,

(25) HABERMAS, J. ob. cit. p. 320.

(26) Resumidamente, nas palavras de Carlos Nelson: "Elemento indispensável do neocapitalismo, a manipulação tem como objetivo destruir a especificidade dos indivíduos, homogeneizando seu comportamento ao transformá-lo em algo "calculável" e previsível; tão somente essa homogeneização e previsibilidade geram a segurança econômica da produção através de "padrões" estáveis de consumo. O homem, para a manipulação, converte-se num simples "produto", em uma coisa passiva. Desse modo, a manipulação da vida privada não passa de uma ampliação a novas esferas daquilo que chamamos de racionalidade burocrática, a qual, como vimos, é a "racionalidade" espontânea no quadro da alienação capitalista". COUTINHO, C. N. ob. cit. pp. 57-58.

pelo escrito acima - no item 5 - apontamos a determinação supraestrutural da Indústria Cultural e de sua função político/cultural de manipular as "massas". Estas determinações infra e supraestruturais explicam a Indústria Cultural e nela estas determinações alcançam sua maior interpenetração e indissociabilidade. Assim é impossível repartir ou separar as funções econômicas e político-culturais no caso da Indústria Cultural, pois ela é o resultado desta síntese de determinações.

Entretanto as determinações, no caso da indústria cultural, não são apenas coisas "exteriores" - num sentido específico da palavra -, mas penetram na própria mensagem produzida pela Indústria Cultural. É necessário discutir a especificidade desta mensagem no conjunto de mensagens produzidas pela burguesia monopolista e seus intelectuais para aprofundar a reflexão sobre as características da Indústria Cultural. Gabriel Cohn indica, de início, esta especificidade ideológica: "Por essa via, a ótica da análise tende a se deslocar para o nível dos produtos da Indústria Cultural. Estes são tomados como mercadorias que, enquanto articulados num sistema, conforme uma lógica específica - precisamente a da Indústria Cultural - engendra modalidades também específicas de ideologia"⁽²⁷⁾.

Para, genericamente, observar os pontos específicos da ideologia da Indústria Cultural podemos utilizar o texto citado de Adorno e Horkheimer - "A Indústria Cultural: o Iluminismo como Mistificação de Massas". Nele, os autores escrevem: "a indústria cultural tem a tendência de se converter em um conjunto de protocolos, e, por esta mesma razão, de se tornar o irrefutável projeto do existente (...) a ideologia cinde-se entre fotografia da realidade bruta e a pura mentira do seu significado, que não é formulada explicitamente, mas sugerida e inculcada. Pela demonstração de sua divindade o real é sempre e apenas clinicamente repetido. Esta prova fotológica não é precisa, mas é esmagadora (...). A nova ideologia tem por objeto o mundo como tal. Ela usa o culto do fato, limitando-se a suspender a má realidade, mediante a representação mais exata possível, no reino dos fatos"⁽²⁸⁾.

⁽²⁷⁾ COHN, Gabriel Sociologia da Comunicação: Teoria e Ideologia. São Paulo, Pioneira, 1973. p. 128.

⁽²⁸⁾ HORKHEIMER, M. e ADORNO, T. ob. cit. p. 182-183.

Estes trechos sugerem uma convergência entre algumas características - fragmentação, expressa pelo culto do fato, e caráter propagandístico da ideologia - da consciência burguesa, na etapa oligopolista, e da ideologia específica da indústria cultural. Cohn, falando "sobre Ideologia e Indústria Cultural", disse: "a coisa mais geral que se pode dizer a respeito de Indústria Cultural e Ideologia é que a Indústria Cultural seria, senão a expressão, pelo menos uma expressão fundamental da ideologia dominante no mundo contemporâneo, entendido como aquele segmento (...) do mundo onde o capitalismo de matriz monopolista está presente"⁽²⁹⁾. Desta maneira podemos concluir que a ideologia da indústria cultural tem suas especificidades definidas dentro dos limites da consciência burguesa contemporânea.

A relação Indústria Cultural-caráter publicitário da ideologia requer aprofundamento, pois esta discussão, além de permitir compreender as conexões e particularidades da ideologia dominante e da ideologia da Indústria Cultural, retoma a proposta de que as determinações infra e supraestruturais atingem também as mensagens. Os dois pensadores da Escola de Frankfurt, antes citados, no mesmo texto vêem a relação propaganda-Indústria Cultural da seguinte forma: "Técnica e economicamente, propaganda e indústria cultural mostram-se fundidas. Numa e noutra a mesma coisa aparece em lugares inumeráveis, e a repetição mecânica do mesmo produto cultural já é a repetição do mesmo slogan da propaganda. Numa e noutra, sob o imperativo da eficácia, a técnica se torna psicotécnica, técnica de manejo dos homens. Numa e noutra valem as formas do supreendente e do familiar, do leve e contudo incisivo, do especializado e entretanto simples; trata-se sempre de subjugar o cliente, representado como distraído ou relutante". E continuam Adorno e Horkheimer: "Pela linguagem em que se exprime, contribui ele próprio para fortalecer o caráter publicitário da cultura"⁽³⁰⁾.

A fusão propaganda e Indústria Cultural identificada acima conduz a um primeiro passo na concretização da proposta esboçada: se propaganda e Indústria Cultural estão fundidos e se confundem,

⁽²⁹⁾ COHN, Gabriel, Conferência sobre Ideologia e Indústria Cultural, Salvador, Departamento de Comunicação da UFBA., 1978 (novembro).

⁽³⁰⁾ HORKHEIMER, M. e ADORNO, T. ob. cit. p. 198.

pode-se sugerir que sendo a mensagem da Indústria Cultural sempre uma propaganda, aí estão reunidas as determinações infra e supra estruturais. Ou seja, estas determinações não são apenas "externas", mas tornam-se "internas" à própria mensagem da indústria cultural que, desta maneira, reúne funções econômicas e político/ideológicas de forma inseparável.

Um segundo passo, deve ser dado com ajuda das formulações de Gabriel Cohn sobre as formas ideológicas próprias e presentes, em graus variados, em qualquer mensagem da indústria cultural. Cohn, depois de desenhar um quadro evolutivo dos critérios burgueses de legitimação da cultura, aponta três formas ideológicas - sucesso, satisfação/necessidade e novidade - correspondentes às três dimensões clássicas de legitimação da cultura-arte, formação de opinião e conhecimento -, agora redefinidos, pelo desenvolvimento do capital monopolista, em programa, propaganda e notícia. Logo ele conclui "o argumento no fundo é que estas três grandes formas definem a matriz comum, no interior da qual a indústria cultural é capaz de dar consistência e homogeneidade, quanto aos seus critérios de produção e inclusive de assimilação, a todo e qualquer bem simbólico que lance no mercado"⁽³¹⁾.

Entretanto, estas formas ideológicas - comuns a todas as mensagens da Indústria Cultural, segundo Gabriel Cohn - são clara e nitidamente os princípios e elementos básicos de qualquer propaganda. Cabe sugerir a identidade: sucesso, satisfação/necessidade e novidade = propaganda e, daí concretizar a proposta: toda mensagem típica da Indústria Cultural é econômica e politíco-culturalmente uma propaganda.

Concluindo: a) toda história da comunicação deve ser explicada a partir das determinações infra e supraestruturais do social e do condicionamento produzido pela comunicação sobre a sociedade. b) a Indústria Cultural, forma específica de comunicação no capitalismo oligopolista, é explicada como síntese das determinações infra e supraestruturais desta totalidade social e como tendo importante função econômica e política/ideológica nesta sociedade. c) qualquer mensagem típica da Indústria Cultural é no fundamental propaganda, posto que é explicada também pela síntese de determi

⁽³¹⁾ COHN, G. Conferencia cit.

minações infra e supraestruturais do capitalismo oligopolista e desempenha simultânea e indissociavelmente funções econômicas e político/ideológicas.

Por tudo que foi dito e pela conclusão geral - a síntese de determinações infra e supraestruturais criam a indústria cultural e suas mensagens a impõe-lhes a função de produzir econômica e político/ideologicamente "a massa" - a fórmula adorniana - "as ~~mas~~ ~~sas~~ não são a medida, ~~mas~~ a ideologia da indústria cultural"⁽³²⁾ - é uma síntese admirável das propostas aqui defendidas.

8. Concluindo, devemos indicar uma caracterização-definição preliminar de Indústria Cultural, partindo daquilo que já foi exposto e da contribuição teórica de alguns autores. De início, a utilização do conceito Indústria Cultural, como vem sendo trabalhado aqui, exclui sua identificação (e redução) à simples produção de cultura feita de forma industrializada, como, por exemplo, propõe Edgar Morin, entre outros⁽³³⁾. A Indústria Cultural, conforme a construção adorniana do conceito, não é apenas cultura industrializada, mas, além de ser efetivamente cultura industrializada, possui uma série de características e elementos constitutivos que tornam o conceito de Indústria Cultural mais complexo e de abrangência mais limitada, permitindo com sua utilização uma melhor captação do real e, especificamente do processo comunicacional nas sociedades capitalistas desenvolvidas.

O conceito de Indústria Cultural, ao deslocar a ótica da análise da comunicação e da cultura para a esfera da produção, possibilita concretamente a explicação do consumo dos bens culturais no mundo capitalista e entende a produção cultural como decorrente de uma sociedade historicamente determinada. A construção adorniana do conceito - que não é possível discutir neste texto - tem

(32) ADORNO, Theodor "A Indústria Cultural" in COHN, Gabriel. Comunicação e Indústria Cultural, São Paulo, Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1971 p. 288.

(33) "Para evitar qualquer confusão, empregarei o termo cultura industrial para designar os caracteres comuns a todos os sistemas, privados ou de Estado, de Oeste e de Leste, reservando o termo de cultura de massa para a cultura industrial dominante no Oeste". MORIN, Edgar, Cultura de Massas no Século XX, Rio de Janeiro, Forense, 1969, p. 27.

importantes implicações científicas e políticas⁽³⁴⁾ esboçadas a seguir, numa caracterização preliminar que, de modo didático, secciona os elementos intimamente articulados da Indústria Cultural, para facilitar a exposição.

Em primeiro lugar, a Indústria Cultural é uma indústria oligopolista⁽³⁵⁾. Ela está organizada e funciona dentro dos padrões empresariais definidas pelo capitalismo, em sua fase oligopolista. No entanto, dada a especificidade da produção de bens culturais, a palavra indústria não pode ser entendida na acepção mais radical do termo. Adorno escreve: "De resto, não se deve tomar literalmente o termo indústria. Ele diz respeito à estandardização da própria coisa (...) e à racionalização das técnicas de distribuição, mas não se refere estritamente ao processo de produção"⁽³⁶⁾. Apesar desta especificidade - que será melhor explicitada adiante - a Indústria Cultural tem como pressuposto

(34) Para uma idéia inicial das implicações do conceito da indústria cultural é interessante citar a caracterização dela feita por Marc Jimenez: "O termo Kulturindustrie, empregado pela primeira vez por Adorno, designa a exploração sistemática e programada de "bens culturais", com fins comerciais.

Os mass media fabricam industrialmente elementos culturais, segundo as normas de rendimento, de estandardização e de divisão do trabalho, idênticas às do capitalismo. A indústria cultural reflete assim as mesmas relações e antagonismos que o mundo industrial das sociedades modernas, com a diferença que, cúmplice da ideologia dominante, ela tem com papel homogeneizar e tornar inofensivos os possíveis conflitos, em particular os que poderiam provir dos focos culturais. Assiste-se portanto a uma progressiva inserção da arte na esfera da indústria capitalista". JIMENEZ, Marc "A obra-de-Arte e a Administração" in _____ Para ler Adorno, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977, p. 85.

(35) MORIN, E. ob. cit. p. 27 diz: "... essa indústria ultraligeira está organizada segundo o modelo da indústria de maior concentração técnica e econômica". Gabriel Cohn, falando do caso brasileiro, afirma: "... existe uma afinidade, uma congruência muito grande entre a própria forma de organização da Indústria Cultural, que é intrinsecamente monopolista (ou pelo menos oligopolista) e essas tendências do desenvolvimento brasileiro...". COHN, Gabriel O Lugar do Poder na Comunicação no Brasil", comunicação apresentada na XXIX Reunião Anual da SBPC, no simpósio "Comunicação da Massa e Realidade Brasileira" e reproduzida pelo Departamento de Comunicação da UFBA (mimeo.). p.3.

(36) Pouco depois, o autor acrescenta: "Ela é industrial mais no sentido da assimilação-frequentemente observada pelos sociólogos - às formas industriais de organização do trabalho nos escritórios, de preferência a uma produção verdadeiramente racionalizada do ponto de vista tecnológico". ADORNO, T. "A Indústria Cultural" pp. 288 e 290 respectivamente.

para a sua existência: a concentração econômica, administrativa e da produção cultural e a assimilação de esquemas de racionalidade empresarial próprios do capital oligopolista, ainda que, frente às outras organizações oligopolistas ela tenha envergadura reduzida e seja dependente destas organizações⁽³⁷⁾.

Esta dependência - ou melhor interdependência - impossibilita pensar a Indústria Cultural isoladamente. Ela nasce num contexto de concentração e centralização econômica e administrativa e mantém essenciais relações com este contexto oligopolista, através de uma série de organizações e instituições que se desenvolvem simultaneamente à Indústria Cultural: as agências de publicidade e propaganda, de relações públicas, de estudos de mercado e pesquisa de audiência etc.

Ao lado da integração com estas instituições e com o capitalismo oligopolista, os meios de comunicação articulam-se entre si para constituir concretamente a Indústria Cultural. Gabriel Cohn, partindo desta articulação, define: "Nós podemos entender a Indústria Cultural, seja como um conjunto de instituições que se definem como empresas e que operam, em termos da elaboração e difusão, em grande escala, de material simbólico, constituindo nisto um sistema (...) de empresas integradas que elaboram e difundem material simbólico: ou então, podemos ir um pouco mais fundo, mas sem sair disto, e apontar como característica básica da Indústria Cultural, a lógica própria da produção e difusão de material simbólico no interior da sociedade; Lógica esta que se associa exatamente a circunstância de que esta elaboração e difusão de material simbólico se dá através de um sistema empresarialmente articulado"⁽³⁸⁾. Deste modo, a Indústria Cultural é uma estrutura historicamente determinada e integrada no capitalismo oligopolista.

[37] "...Os setores mais potentes da indústria. Os monopólios culturais são, em confronto com eles, débeis e dependentes". HORKHEIMER, M. e ADORNO, T. ob. cit. p. 159.

[38] COHN, G. conferência cit. Adorno e Horkheimer fazem a seguinte afirmativa sobre o assunto: "... Filmes, rádio e semanários constituem um sistema. Cada setor se harmoniza em si e todos entre si". HORKHEIMER, M. e ADORNO, T. ob. cit. p. 157. Noutro texto, Adorno escreve sobre a televisão: "O próprio meio de comunicação, contudo, insere-se no âmbito do esquema abrangente da indústria cultural ..." ADORNO, Theodor, "Televisão, Consciência e Indústria Cultural" in COHN, G., Comunicação e Indústria Cultural... p. 346.

A sujeição da Indústria Cultural, via publicidade, às outras empresas capitalistas, impõe como relação predominante e fundamental, esta relação com as empresas e reduz a relação Indústria Cultural - consumidores de bens simbólicos a um plano inferior. Como diz Adorno: "... as massas não são, então, o fator primeiro, mas um elemento secundário, um elemento de cálculo..."⁽³⁹⁾. Assim "as massas" servem basicamente como importante elemento da venda do tempo da Indústria Cultural aos empresários capitalistas que, neste sentido, são os "consumidores reais" da mercadoria da Indústria Cultural. Ou seja, dela própria, enquanto pura mercadoria-publicidade.

De outro lado, como empresa(s) oligopolista(s), a Indústria Cultural produz e difunde seus bens simbólicos em ampla escala, levando-se em conta a especificidade da produção e difusão cultural. Daí a utilização de padrões e estereótipos na Indústria Cultural. Adorno, falando especificamente do meio televisão - que deve ser entendido sempre dentro do sistema da Indústria Cultural - afirma: "A própria padronização indicada por quadros fixos de referência produz automaticamente certo número de estereótipos. Além disso, a tecnologia da produção da televisão torna quase inevitável a estereotipagem". Noutro texto, o pensador da Escola de Frankfurt ironicamente acrescenta: "O que na indústria cultural se apresenta como um progresso, o insistentemente novo que ela oferece, permanece, em todos os seus ramos, a mudança de indumentária de um sempre semelhante; em toda parte a mudança encobre um esqueleto no qual houve tão poucas mudanças como na

(39) ADORNO, T. "A Indústria Cultural...", p. 288. Escrevendo especificamente sobre a televisão, diz Cohn "A isso soma-se que as relações básicas da televisão enquanto conjunto empresarial são com outras instituições e não com os consumidores finais de sua programação. Afinal, a clientela dessa programação não é sua audiência mas sim seus patrocinadores. A eles cabe responder pelo que se faz, assim como a órgãos estatais. O peso relativo dado a uns ou outros varia conjuntamente". COHN, Gabriel, "Mudar os Conteúdos não é Decisivo" in Recruta: Brasil, São Paulo, Editora Abril, 1978, p. 189.

própria motivação do lucro desde que ela ganhou ascendência sobre a cultura"⁽⁴⁰⁾. A diferenciação dos produtos da Indústria Cultural é, feita de forma algo racionalizada pela utilização de alguns elementos, como os denominados "vedetes" ou "olimpianos", na linguagem de Edgar Morin⁽⁴¹⁾.

Os elementos antes enumerados impõem tendencialmente uma transformação radical da cultura em mercadoria. "As produções do espírito no estilo da indústria cultural não são mais também mercadorias, mas o são integralmente" escreve Adorno⁽⁴²⁾. Esta transformação tendencial leva ao limite a assimilação produção espiritual - produção material, aproximando a elaboração de bens simbólicos dos padrões de produção de bens materiais e consequentemente sacrifica a lógica própria da cultura à lógica do sistema econômico⁽⁴³⁾. Entretanto, dada a especificidade da criação/produção cultural esta assimilação não pode se tornar identificação, como indica todo este texto e a seguinte fala do professor Cohn: "... a produção e a difusão de material simbólico no interior da

[40] ADORNO, Theodor "A Televisão e os Padrões da Cultura de Massa", in ROSENBERG, Bernard e WHITE, David. M. Cultura de Massa, São Paulo, Cultrix, 1973, p. 557 e ADORNO, T. A Indústria Cultural, p. 289, respectivamente. Hauser discute a questão, contrapondo-a com a criação cultural dos grandes mestres: "O convencional e o estereotipado representam, evidentemente, um papel muito maior na produção em massa de arte, necessariamente impessoal, do que na arte dos mestres, mas a diferença reside precisamente em que a estandardização assume num dos casos formas mais rígidas, e no outro mais flexíveis" HAUSER, Arnold, "Camadas Educacionais na História da Arte: Arte Folclórica e Arte Popular" in ——. Teorias de Arte, Lisboa, Presença, 1973, p. 372.

[41] Ver: MORIN, E. ob. cit. capítulo X (Os Olímpianos) e ADORNO, T. "A Indústria Cultural...", p. 290.

[42] ADORNO, T. "A Indústria Cultural...", p. 289.

[43] "Por hora a técnica da indústria cultural só chegou à estandardização e à produção em série, sacrificando aquilo pelo qual a lógica da obra se distinguia da lógica do sistema social. Mas isto não vai imputado a uma lei de desenvolvimento da técnica enquanto tal, mas à sua função na atual sociedade econômica". HORKHEIMER, M. e ADORNO, T. ob. cit. p. 158. Com respeito à arte, Sánchez Vázquez escreve: "El capitalismo tiende a integrar la producción artística en el ámbito de la producción material, sujetándola a sus leyes, pero ello no quiere decir que esa tendencia se imponga plenamente o en una escala considerable". VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. "El Destino del Arte Bajo el Capitalismo" in ——. Las Ideas Estéticas de Marx, Havana, Instituto Cubano del Libro, 1973, p. 266.

sociedade - na medida que este material simbólico no interior é texto - por mais que elas se dêem por instituições que estão centralizadas, concentradas, monopolizadas, quanto a sua propriedade e seu controle (...) não se prestam a uma monopolização e a um controle integral no nível que é próprio, portanto, no nível simbólico..."⁽⁴⁴⁾. Isto se deve a impossibilidade de eliminar integralmente ou padronizar globalmente o momento da criação. Esta, apesar de ter seu tempo limitado e estar subjugado a leis que não lhes são próprias, é imprescindível à produção de bens simbólicos. Daí Adorno, depois de afirmar a total desigualdade entre técnica artística e técnica da Indústria Cultural, escreve: "a técnica da indústria cultural, por seu turno, na medida em que diz respeito mais à distribuição e reprodução mecânica, permanece ao mesmo tempo externa ao seu objeto"⁽⁴⁵⁾. Logo depois, o autor indica a mistura, "tão essencial para a fisionomia da indústria cultural", da precisão e nitidez fotográfica e dos resíduos individualistas, decorrentes da contraposição entre o momento da criação e a racionalidade extra-criação. Mas as modificações extra-criação e a utilização dos padrões de produção de bens materiais - tais como: trabalho assalariado, limitação do tempo de criação, ritmo próprio de trabalho, programação temporal das mensagens etc... - cada vez mais interferem sobre o momento da criação, impondo a lógica própria da Indústria Cultural. Particularmente o caráter mercantil e o trabalho assalariado - duas faces do capital - são elementos importantes para a diminuição da

[44] COHN, G. conferência cit. A limitação do tempo de criação e a impossibilidade de sua eliminação foram apontados durante os debates desta conferência pelo professor Ubirajara Rebouças. Também MORIN, E. ob. cit. p. 29, escreve: "Donde esse princípio fundamental: a criação cultural não pode ser totalmente integrada num sistema de produção industrial. Daí um certo número de consequências: por um lado, contratendência à descentralização e à concorrência, por outro lado, tendência à autonomia relativa da criação no seio da produção".

[45] ADORNO, T. "A Indústria Cultural ...", p. 290.

autonomia do criador e da criação cultural, nos limites da Indústria Cultural⁽⁴⁶⁾.

As contradições entre a necessidade de padronização e de criação, levam Morin a sugerir uma dialética produção x criação que tende a um termo médio⁽⁴⁷⁾. Na verdade, esta contradição torna-se concreta se pensada como contradição entre os interesses dos patrões - "produtores" e os dos assalariados - "criadores", como sugere Orlando Miranda, nos seus trabalhos. "De uma perspectiva marxista, este conflito é um aspecto das reproduções do conflito de classes, mas não é ele próprio um conflito de classes, já que decorre ao nível de expressão empresarial versus expressão individual, só superável fora dos parâmetros do capitalismo"⁽⁴⁸⁾. Adiante as importantes implicações deste conflito na esfera da produção cultural serão discutidas.

Em termos político/ideológicos pode-se afirmar que a Indústria Cultural corresponde a hegemonia político/ideológica da burguesia oligopolista - e da fase correspondente do capitalismo - e é uma expressão ideológica desta fase do desenvolvimento do capital⁽⁴⁹⁾. Pelo escrito no decorrer deste texto, a ideologia da

"Os que produzem o material obedecem, muitas vezes resmungando, a inúmeras exigências, princípios gerais baseados na prática, padrões estabelecidos e mecanismos de controle, que reduzem fortemente a um mínimo a esfera de auto-expressão artística. O fato de não ser a maioria dos produtos dos meios de comunicação de massa produzida por um único indivíduo, mas por uma colaboração coletiva (...) apenas contribui para essa condição, que prevalece de modo geral" ADORNO, T. "A Televisão e os Padrões de Cultura de Massa"... p. 555. Ver também ADORNO, T. "Cultura y Administración" p. 88 e MORIN, E. ob. cit. p. 20: "O produto cultural está estritamente determinado por seu caráter industrial de um lado, seu caráter de consumo diário de outro, sem poder emergir para a autonomia estética".

(47) "Em outras palavras, a dialética padronização-individualização tende frequentemente a se amortecer em uma espécie de termo médio". MORIN, E. ob. cit. p. 34.

(48) MIRANDA, Orlando "A censura como comunicadora", comunicação apresentada na XXIX Reunião Anual da SBPC no simpósio citado e reproduzido pelo Departamento de Comunicação da UFBA., p. 3-4.

(49) COHN, G. conferência cit. afirma: "... a indústria cultural sendo a expressão contemporânea da ideologia dominante...".

Indústria Cultural incorpora elementos ideológicos próprios à consciência burguesa contemporânea: de um lado, o imediatismo/aparência desembocando no caráter publicitário da ideologia; de outro lado, a especialização/fragmentação derivando uma cultura fragmentária⁽⁵⁰⁾. Estas características têm importante papel na função ideológica particular da Indústria Cultural.

Quanto a esta função ideológica específica, não se deve esquecer a fórmula adorniana - as massas são a ideologia da indústria cultural -, nem tampouco a função despolitizadora, intimamente ligada à anterior e apontada por Habermas. A função de despolitizar - criar "massas", realizada simultaneamente, é concretizada pela utilização da publicidade - fragmentação, numa linguagem aparentemente não política. Hauser sugere: "Assim, os princípios ideológicos que seguem são antes de uma espécie negativa do que positiva; essencial é que determinados temas não devam ser tratados ou sequer aflorados (...) Evitar estes temas significa, evidentemente, uma aceitação tácita de condições existentes, mas a propaganda positiva, falando dum modo geral, não resulta em mais do que uma garantia algo hesitante de que este mundo é o melhor de todos os mundos possíveis"⁽⁵¹⁾. Desta forma: de um lado, elimina-se a "má-realidade" - que não pode ser reelaborada e absorvida pela Indústria Cultural-; e, de outro lado, propaga-se o "real", entendido como face unilateral do capitalismo oligopolista, de um modo totalmente fragmentado, em mosaicos.

(50) Esta fragmentação é própria do positivismo - no sentido amplo da Escola de Frankfurt igualado à "teoria tradicional. A Escola de Frankfurt - em particular, Adorno e Horkheimer - preocupam-se bastante com o positivismo/fragmentação. Ver SLATER, Phil, Origem e Significado da Escola de Frankfurt, Rio de Janeiro, Zahar, 1978 (por exemplo: p. 68-69). O caráter fragmentário da cultura guarda relação com o que Abraham Moles chama de cultura-mosaico; "Denominamos uma tal cultura de cultura-mosaico, já que se apresenta como essencialmente aleatória, com uma reunião de fragmentos, por justaposição sem construção, sem pontos de referência, onde nenhuma idéia é forçosamente geral, mas onde muitas idéias são importantes (idéias-força, palavras-chave, etc.)". MOLES, Abraham, "A Noção de Cultura" in —, Sociodinâmica da Cultura, São Paulo, Perspectiva - Editora da USP, 1974, p. 18.

(51) HAUSER, A. ob. cit. p. 378. Cohn identifica esta função ideológica nos meios de comunicação, no caso brasileiro: "... Sua tarefa acabou sendo muito mais de despolitizá-las, para converter esses contingentes da população em consumidores". COHN, G., "O Lugar do Poder na Comunicação do Brasil"..., p. 2.

Os temas e aspectos do real, que podem ser absorvidos, são reelaborados dentro daquilo que Gabriel Cohn designou de formas ideológicas da Indústria Cultural: o sucesso, a satisfação/necessidade e a novidade. Estas formas ideológicas derivam das modificações sofridas pelos critérios burgueses de legitimação da cultura, que, modificando-se concomitantemente com a totalidade social capitalista, desagregam-se interiormente e se articulam exteriormente com os outros critérios, interligando-se. O processo culmina na Indústria Cultural, quando estas três formas ideológicas estão presentes em toda e qualquer mensagem típica da Indústria Cultural, independente da dimensão - programa, propaganda ou notícia - a qual pretensamente pertença. Isto cria a possibilidade de um padrão oligopolista da mensagem, onde estão presentes as três formas ideológicas⁽⁵²⁾.

A utilização das formas ideológicas parece estar ligada a outra forma de construção ideológica da Indústria Cultural: o tipo médio. Este é o "homem" construído pretensamente como um ser genérico, não pertencente e/ou determinado pelo lugar que ocupa numa classe social e na produção. No fundo esta apoteose do tipo médio esconde as intenções econômico-políticas da indústria cultural e a verdadeira filiação deste tipo médio, abstrato, "não determinado", à classe média, seus valores, comportamentos, aspirações etc.⁽⁵³⁾.

A união das características até aqui sugeridas, permite concretizar a afirmação de que a Indústria Cultural é uma estrutura historicamente circunstanciada, produto da convergência e interligação acentuada de determinações infra e supraestruturais. Este sistema - a Indústria Cultural - desempenha importantes funções econômicas e político/culturais no capitalismo oligopolista, obedecendo à uma lógica própria. "Vista dessa perspectiva, a Indústria Cultural não pode ser considerada, como simples instrumento,

⁽⁵²⁾ Sobre o assunto: COHN, G. conferencia cit. Para ver as mudanças dos critérios de legitimação sugeridos pelo prof. Cohn, vários textos podem servir. A passagem do critério arte para entretenimento pode ser visto em BENJAMIN, Walter "A Obra de Arte na Época de sua Reprodutibilidade Técnica" in LIMA, L. C. ob. cit. pp. 207-238.

⁽⁵³⁾ Ver HORKHEIMER, M. e ADORNO, T. ob. cit. p. 181-191.

à disposição de tais ou quais interesses isolados. Ela forma, sobretudo, uma estrutura de poder de *par et*, dotada de alto grau de integração e inércia"⁽⁵⁴⁾. A Indústria Cultural, pensada nesta angulação, não é possível de instrumentalização imediata pelos seus controladores diretos, ou sequer pelo Estado. Ela impõe de forma mediatizada, sua lógica própria e a sua estrutura particular de poder às mensagens econômico-ideológicas, embora possa ser observada, muitas vezes, uma coerência ampla entre o que está sendo produzido e o interesse do proprietário, por exemplo.

Por outro lado, dada a aproximação da ideologia da Indústria Cultural com a consciência burguesa contemporânea e, devido a interiorização das determinações infra e supraestruturais, a mensagem da típica Indústria Cultural é propaganda, sem mais. Propaganda econômica e política/ideológica intimamente reunidas para produzir as massas consumidoras e despolitizadas.

Para concluir, é preciso retomar a discussão dos conflitos na esfera da produção, antes indicados por Orlando Miranda. Estas conflitos têm duas consequências sumamente importantes para o entendimento concreto da Indústria Cultural e, particularmente, de sua relação com o resto da totalidade social capitalista. Em primeiro lugar, os conflitos da produção, marcam as mensagens produzidas ampliando as "chaves de fruição". Nas palavras de Miranda: "Então, essa ambiguidade, essa duplicidade, não seria casual na obra, nem a prejudicaria. Muito ao contrário, seria, exatamente o segredo do seu sucesso, pois ampliaria as chaves de fruição, aumentaria as possibilidades reinterpretações do receptor, de modo a que ele possa adequar a estória aos seus próprios desígnios e não o contrário.

Enfim, um público diferenciado poderia absorver os mesmos produtos, dotando-os de significado diverso"⁽⁵⁵⁾. Estas "chaves

(54) COHN, G. O Lugar do Poder na Comunicação no Brasil"... p. 8-9. Cohn também apontou este caráter não imediatamente instrumental em duas oportunidades: na conferência já citada "Sobre Indústria Cultural e Ideologia" e, em outra conferência intitulada "Poder político e Indústria Cultural", COHN, Gabriel, Conferência sobre Poder Político e Indústria Cultural, Salvador, Departamento de Comunicação da UFBA., 1978 (novembro).

(55) MIRANDA, Orlando, Tio Patinhas e os Mitos da Comunicação São Paulo, Summus, 1976, p. 50-51.

de fruição", que permitem às mensagens da Indústria Cultural "superarem" as barreiras de classe e atingir todas as classes sociais, tem significados diversos no material informativo ou de lazer: "Assim, seria precisamente nas mercadorias do lazer onde estariam presentes todas as condições para um máximo de ambiguidade, para a inclusão de chaves de fruição de significado substancialmente diverso. No jornalismo viu-se como o conflito, ao nível da produção, reflete-se numa luta pelo controle do conteúdo, com as quebras e rupturas consequentes. Mas, na indústria do lazer, o processo não é exatamente o mesmo. Não se trata de optar entre diferentes maneiras de transmitir uma informação, pois isto é absolutamente inessencial. O que se procura é, antes, transferir para o universo da ficção uma série de normas, valores, aspirações, frustrações, etc. dos agentes no processo de produção. Com isso, o conteúdo não é propriamente uma consequência do conflito, como sucede no jornalismo, mas uma sua representação. Não se tratará mais de afirmar opiniões no conteúdo, mas de representar-se nele"⁽⁵⁶⁾.

Em segundo lugar, a concepção da multi-significação das mensagens permite, ao nível do receptor, quebrar a homogeneização massificante normalmente aceita, problematizando e, ao mesmo tempo, concretizando a questão da massificação, em termos totalmente diversos dos "tradicionais". Ao nível da produção, a concepção multi-significante das mensagens oferece alguns elementos para matizar a concepção monolítica de Adorno sobre a indústria cultural, pois a insere nas contradições do real, que possibilitam ou impossibilitam inclusive sua (da Indústria Cultural) existência, e introduz estas contradições, via conflito empregados/patrões, no seio da Indústria Cultural. Das resoluções dadas e do movimento destas contradições ("externa" e "interna") e de suas relações depende toda a Indústria Cultural, desde a efetivação de algumas de suas características até sua existência. Recolocar a Indústria Cultural dentro das contradições do social, que permeiam ela própria, é a forma correta de estudá-la em seu movimento e, se as condições políticas o permitirem, de superá-la, transformando-a radicalmente, num contexto de ampla transformação social.

⁽⁵⁶⁾ MIRANDA, O. ob. cit. p. 121.

B I B L I O G R A F I A

- ADORNO, Theodor - "A Indústria Cultural" in COHN, Gabriel Comunicação e Indústria Cultural, São Paulo, Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1971.
- _____. - "A Televisão e os Padrões de Cultura de Massa" in ROSENBERG, Bernard e WHITE, David, Cultura de Massa, São Paulo, Cultrix, 1973.
- _____. - "Cultura e Administracion" in ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max, Sociológica, Madrid, Taurus, 1971.
- _____. - "La Critica de la Cultura y la Sociedad" in _____. Prismas, Barcelona, Ariel, 1965.
- _____. - "Televisão, Consciência e Indústria Cultural" in COHN, Gabriel, Comunicação e Indústria Cultural, São Paulo, Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1971.
- _____. - "Teoria de la Seudocultura" in ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max, Sociológica, Madrid, Taurus, 1971.
- ALTHUSSER, Louis - "Ciência e Ideologia" in _____. Elementos de Auto Crítica, Barcelona, Editorial Laia, 1975
- _____. - "Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado" Lisboa, Editorial Presença, 1972.
- _____. - "Marxismo, Ciência e Ideologia" (xerox).
- _____. - "Marxismo e Humanismo" in ALTHUSSER, Louis e Outros, A Polêmica Sobre o Humanismo, Lisboa, Editoraal Presença, sem data.
- _____. - "Materialismo Historico y Materialismo Dialéctico" in VERON, Eliseo, El Proceso Ideológico, Buenos Airss, Editorial Tiempo Contemporáneo, 1976.
- ALTHUSSER, Louis e Outros, A Polêmica Sobre o Humanismo, Lisboa, Editorial Presença, sem data.
- AMARAL, Luiz - "Agências de Notícias" in _____. Jornalismo: Matéria de Primeira Página, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978.
- AXELOS, Kostas - "Adorno e a Escola de Frankfurt" in CHACON, Vá nireh, Humanismo e Comunicação de Massa, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970.

- BANDEIRA, Muniz e Outros - O Ano Vermelho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- BARAN, Paul e SWEEZY, Paul - Capitalismo Monopolista. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- BENJAMIN, Walter, "A Obra de Arte na Época de Sua Reprodutividade Técnica" in LIMA, Luis Costa, Teoria da Cultura de Massa, Rio de Janeiro, Saga, 1969.
- BOSI, Ecléa - Cultura de Massas e Cultura Popular: Leituras de Operários, Petrópolis, Vozes, 1973.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro - "A Ideologia Como Problema Teórico" in ——. Ideologia do Desenvolvimento Brasil: JK - JQ, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- CAVAZZUTI, Tommaso - "A Epistemologia de Louis Althusser", Revista de Cultura Vozes. Petrópolis, Editora Vozes, 1977 (junho/julho).
- CHACON, Vamireh - "A Tragédia de Frankfurt: da Sociologia à Filosofia da Cultura, numa Sociedade Massificada", in ——. Humanismo e Comunicação de Massa, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970.
- COHN, Gabriel - Comunicação e Indústria Cultural, São Paulo, Companhia Editora Nacional e Editora USP, 1971.
- . - Conferência Sobre Ideologia e Indústria Cultural Salvador, Departamento de Comunicação da UFBA., 1978 (novembro)
- . - Conferência Sobre Poder Político e Indústria Cultural, Salvador, Departamento de Comunicação da UFBA., 1978 (novembro).
- . - "Mudar os Conteúdos não é Decisivo", Receita: Brasil, São Paulo, Editora Abril, 1978.
- . - "O Lugar do Poder na Comunicação no Brasil". Comunicação apresentada na XXIX Reunião Anual da SBPC no Simpósio "Comunicação de Massa e Realidade Brasileira" reproduzida pelo Departamento de Comunicação da UFBA., (mimeografado)
- . - Sociologia da Comunicação: Teoria e Ideologia, São Paulo, Pioneira, 1973.

- COLLEY, Charles - "O Significado da Comunicação Para a Vida Social" in CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octávio, Homem e Sociedade. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973.
- COUTINHO, Carlos Nelson - O Estruturalismo e a Miséria da Razão. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
- CUEVA, Agustin - "La Concepción Marxista de Las Clases Sociales" Debate e Crítica. São Paulo, Hucitec, 1974 (julho).
- CUNHA, Luis Antonio - "A Educação e a Construção da Sociedade Aberta" in ——. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.
- DA VIÁ, Sara Chucid - Televisão e Consciência de Classe. Petrópolis, Vozes, 1977.
- DOBB, Maurice - Capitalismo Ontem e Hoje. Lisboa, Editorial Estampa, 1972.
- . - "O Capitalismo" in ——. A Evolução do Capitalismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
- ENGELS, Friedrich - "Humanização do Macaco pelo Trabalho" in ——. A Dialética da Natureza, Rio de Janeiro, Paz e Terra 1976.
- . - "Ludwing Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã" in MARX, Karl e ENGELS, F. Textos Filosóficos. Lisboa, Editorial Presença, 1974.
- . "Prefácio de 1874" in ——. As Guerras Camponesas na Alemanha, São Paulo, Grijalbo, 1977.
- FADUL, Anamaria - "Por uma Filosofia da Comunicação" (texto mimeografado).
- FAUSTO NETO, Antonio - "Discussão em Torno da Ideologia" in ——. Cordel e a Ideologia da Punição. Brasília, Departamento de Comunicação da UNB, 1977.
- FINKELSTEIN, Sidney - "A História Segundo McLuhan, Versus História Real" ——. McLuhan: A Filosofia da Insensatez. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.
- GIANNOTTI, José Arthur - "Contra Althusser" in Exercícios de Filosofia. São Paulo, CEBRAP/Brasiliense, 1975.

- GOLDMANN, Lucien - A Criação Cultural na Sociedade Moderna, Lisboa, Editorial Presença, 1972.
- _____. - Ciências Humanas e Filosofia, São Paulo, Difel, 1974.
- _____. - Crítica e Dogmatismo na Cultura Moderna, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973.
- _____. - Dialética e Cultura, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.
- GRAMSCI, Antonio - A Formação dos Intelectuais, Venda Nova, M. Rodrigues Xavier, 1972.
- _____. - Obras Escolhidas, Lisboa, Editorial Estampa, 1974 (volume I).
- GRUPPI, Luciano - O Conceito de Hegemonia em Gramsci, Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- HABERMAS, Jurgen - "Técnica e Ciência Enquanto Ideologia", Os Pensadores, São Paulo, Abril, 1975.
- HAHN, Erich - "Contribución a la Crítica de la Conciencia Burguesa", in LENK, Kurt, El Concepto de Ideología, Buenos Aires, Amorrartu Editores, 1974.
- HAUSER, Arnold - "Camadas Educacionais na História da Arte: Arte Folclórica e Arte Popular" in _____. Teorias da Arte, Lisboa, Presença, 1973.
- _____. - História Social da Literatura e da Arte, São Paulo, Mestre Jou, 1972 (volume II).
- HOBSBAWM, Eric - A Era das Revoluções, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- _____. - A Era do Capital, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977.
- _____. - Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978.
- HORKHEIMER, Max - "Ideologia y Accion" in ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max, Sociológica, Madrid, Taurus, 1971.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor - "A Indústria Cultural: O Iluminismo Como Mistificação de Massas" in LIMA, Luis Costa, Teoria da Cultura de Massa, Rio de Janeiro, Saga, 1969.

- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor - Temas Básicos da Sociologia, São Paulo, Cultrix, 1973.
- IPANEMA, Marcelo e IPANEMA, Cybelle - História da Comunicação, Brasília, UNB, 1967.
- JIMENEZ, Marc - "A Obra de Arte e a Administração" in ——. Para Ler Adorno, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
- KONDER, Leandro - "A Concepção Marxista da História", Revista Paz e Terra (xerox).
- . - Marxismo e Alienação, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- KOSIK, Karel - Dialética do Concreto, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- LEFEBVRE, Henri - Sociologia de Marx, Rio de Janeiro, São Paulo, Forense, 1968.
- LENINE, V. - Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo, Coimbra, Centelha, 1974.
- LIMA, Luís Costa - "Comunicação e Cultura de Massa" in ——. Teoria da Cultura de Massa, Rio de Janeiro, Saga, 1969.
- LOS MEDIOS de Comunicación de Masas en los Países Capitalistas DECIEP, Havana, Departamento de Ciencias de la Información Escuela de Periodismo, 1973 (setembro/outubro).
- LOWY, Michael - "Objetividade e Ponto de Vista de Classe nas Ciências Sociais" in ——. Método Dialético e Teoria Política, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- . - "O Humanismo Historicista de Marx ou Reler o Capital" in ——. Método Dialético e Teoria Política, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- LUKÁCS, Georg - "A Consciência de Classe" in LUKÁCS, Georg e SCHAFF, Adam, Sobre o Conceito de Consciência de Classe, Porto, Publicações Escorpião, 1973.
- . - "A Consciência de Classe" in VELHO, Guilherme Otávio e Outros, Estrutura de Classes e Estratificação Social, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

- LUKÁCS, Georg - "Arte Livre ou Arte Dirigida", Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1967 (maio).
-
- _____. - Existencialismo ou Marxismo, São Paulo, Senzala, 1967.
- MACCIOCCHI, Maria Antonietta - A Favor de Gramsci, Rio, Paz e Terra, 1976.
- MACHADO N., Antonio Luis - Formação e Temática da Sociologia do Conhecimento, Salvador, UFBA., 1970.
- MARKUS, Gyorgy - A Teoria do Conhecimento no Jovem Marx, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- MARX, Karl - "Las Huelgas y las Coaliciones de Obreros" in _____. Miseria de la Filosofía, Madrid, Aguilar, 1973.
- _____. - "O 18 Brumário de Luis Bonaparte" in _____. O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- _____. - "O Fetichismo da Mercadoria: Seu Segredo" in _____. O Capital, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- _____. - "Prefácio" in _____. Contribuição para a Crítica da Economia Política, Lisboa, Estampa, 1973.
- MARX, Carlos e ENGELS, Federico - La Ideologia Alemana, Barcelona, Ediciones Pueblos Unidos Ediciones Grijalbo, 1974.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich - "Manifesto do Partido Comunista" in MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, Cartas Filosóficas e Outros Escritos, São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977.
-
- _____. - "Nota Marginal Crítica nº 2" in MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, A Sagrada Família, Lisboa, Editorial Presença, 1976.
-
- _____. - "O Materialismo Histórico e as Superestruturas Ideológicas" in MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, Sobre Literatura e Arte, Lisboa, Editorial Estampa, 1974.
- MATTOS, Florisvaldo - A Comunicação Social na Revolução dos Alfiates, Salvador, UFBA., 1974.
- MCLUHAN, Marshall - Os Meios de Comunicação Como Extensões do Homem, São Paulo, Cultrix, sem data.

- MEDINA, Cremilda de Araújo - "Conceito de Mensagem Jornalística, como Informação" in ——. Notícia: Um Produto à Venda. São Paulo, Alfa Omega, 1978.
- MELO, José Marques de - Sociologia da Imprensa Brasileira. Petrópolis, Vozes, 1973.
- MERANI, Alberto - "Mão, Cérebro e Linguagem" in ——. A Conquista da Razão, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
- MICELI, Sergio - A Noite da Madrinha. São Paulo, Editora Perspectiva, 1972.
- MIRANDA, Orlando - "A Censura Como Comunicadora", Comunicação apresentada na XXIX Reunião Anual da SBPC no Simpósio "Comunicação de Massa e Realidade Brasileira" e reproduzido pelo Departamento de Comunicação da UFBA. (texto mimeografado).
- . - Conferência sobre Indústria Cultural e Classes Sociais. Salvador, Departamento de Comunicação da UFBA., 1978 (novembro).
- . - Conferência sobre Perspectivas e Contradições de uma Prática Jornalística. Salvador, Departamento de Comunicação da UFBA., 1978 (novembro).
- . - Tio Patinhas e os Mitos da Comunicação. São Paulo, Summus Editorial, 1976.
- MOLES, Abraham - "A Noção de Cultura" in ——. Sociodinâmica da Cultura, São Paulo, Perspectiva - Editora da USP, 1974.
- MORIN, Edgar - Cultura de Massas no Século XX, Rio de Janeiro, Forense, 1969.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio - "Max Weber: A Burocracia e as Armadilhas da Razão", Temas de Ciências Humanas, São Paulo, Grimalbo, 1977.
- "OS IMPASSES da Cultura", Visão, 1973 (agosto).
- PARANHOS, Adalberto - "Consciência de Classe e Consciência Possível" - Revista de Cultura, Vozes, Petrópolis, Vozes, 1976 (outubro).
- PORTELLI, Hugues - Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

- POULANTZAS, Nicos - "O Estado Capitalista e as Ideologias" in ——. Poder Político e Classes Sociais. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- POURPRIX, B. - "Leitura Política de Mickey" - Cadernos do CEAS, Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, 1977 (maio/junho).
- PRADO JUNIOR, Caio - "Marxismo de Louis Althusser" in ——. Estruturalismo de Levi Strauss - Marxismo de Louis Althusser, São Paulo, Editora Brasiliense, 1971.
- RIZZINI, Carlos - O Jornalismo Antes da Tipografia, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968.
- ROCHA FILHO, Aloísio da Franca; MOURA, Mariluce; MATTOS, Sérgio - "Comunicação e Sociedade", Salvador, ESOP, 1976 (mimeografado).
- RUBIM, Antonio Albino - "Nem Televisão, Nem Consciência de Classe (Nem Efeitos Ideológicos da Comunicação)", Salvador, Departamento de Comunicação da UFBA., 1977 (mimeografado).
- . - "Objetividade ou Subjetividade no Jornalismo: Uma Falsa Questão?", Salvador, Mestrado de Ciências Sociais da UFBA., 1976 (mimeografado).
- SÁ, Adisia - "Fundamentos Filosóficos da Comunicação" in SÁ, Adisia e Outros, Fundamentos Científicos da Comunicação, Petrópolis, Vozes, 1973.
- SALAMA, Pierre e VALIER, Jacques - Uma Introdução a Economia Política, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- SANTOS, Theotonio dos - "Concentração e Monopólio nos Estados Unidos" in ——. Imperialismo e Corporações Multinacionais, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977.
- SCHAFF, Adam - "Aspecto Filosófico do Processo de Comunicação" in ——. Introdução a Semântica, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- . - História e Verdade, Lisboa, Editorial Estampa, 1974.
- . - O Marxismo e o Indivíduo, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

- SCHRAMM, Wilbur - "O Seu Desenvolvimento" in STEINBERG, Charles, Meios de Comunicação de Massa. São Paulo, Cultrix, sem data.
- SLATER, Phil - Origem e Significado da Escola de Frankfurt, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- SODRÉ, Muniz - Teoria da Literatura de Massa, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978.
- SODRÉ, Nelsc Werneck - História da Imprensa no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- SWEZZY, Paul - "Acerca da Teoria do Capitalismo Monopolista" in ——. Capitalismo Moderno, Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- . - "Karl Marx e a Revolução Industrial" in ——. Capitalismo Moderno, Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- SWEZZY, Paul e Outros - Do Feudalismo ao Capitalismo, São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- TOLEDO, Caio Navarro de - ISEB: Fábrica de Ideologias, São Paulo, Ática, 1977.
- TUCHERMAN, Yeda - "Recensão" - Comunicação, Rio de Janeiro, Bloch Editores e Escola de Comunicação da UFRJ, 1970.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sénchez - "El Destino del Arte Bajo el Capitalismo" in ——. Las Ideas Estéticas de Marx, Havana, Instituto Cubano del libro, 1973.
- VERON, Eliseo - Ideologia, Estrutura e Comunicação, São Paulo, Cultrix, sem data.
- WERNET, Augustin e RIBEIRO, Silva Lara - "A Escola de Frankfurt" in História: Cadernos de Pesquisa, São Paulo, Auphib/Brasiliense, 1978.